



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Relatório de Gestão 2018



MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro apresenta o presente relatório como prestação de contas de sua Gestão no exercício 2018, estruturado na forma de relato integrado, em atendimento à Decisão Normativa TCU nº 170/2018 e o Art. 8º da Lei 13.303/16.

O presente relatório se apresenta como um instrumento de accountability, conciliando a prestação de contas e a transparência na Gestão da CDRJ, e permitindo a sociedade compreender de forma clara o papel desta Autoridade Portuária no desenvolvimento dos Portos Públicos sob sua Administração e na promoção da Logística Portuária.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AECI	ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO
AGA	ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
ANTAQ	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
ARAIINT	ACOMPANHAMENTO DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA
ANVISA	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
AUDINT	AUDITORIA INTERNA
CDC	COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CDP	COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
CDRJ	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTO
CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CIEE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA
CODEBA	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
CODERN	COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
CODESA	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
CODESP	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONFINS	CONSELHO FISCAL
CONSAD	CONSELHO ADMINISTRATIVO
CGPAR	COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO
DIRAFI	DIRETORIA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA
DIRGEP	DIRETORIA DE GESTÃO PORTUÁRIA
DIRMEP	DIRETORIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E PLANEJAMENTO
DIREXE	DIRETORIA EXECUTIVA
DIRPRE	DIRETOR-PRESIDENTE
EGTI	ESTRATÉGIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ENGEPRON	EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

E-OUV	SISTEMA DE OUVIDORIA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
E-SIC	SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
EVTEA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E AMBIENTAL
GERAIP	GESTÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DO PATRIMÔNIO
GERARH	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
GERCAR	GERÊNCIA DE CARREIRAS
GERCON	GERÊNCIA DE CONTENCIOSO
IIA	INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS
IOB	INFORMAÇÕES OBJETIVAS
IPPF	INTERNATIONAL PROFESSIONAL PRACTICES FRAMEWORK
KPIs	INDICADORES DE DESEMPENHO
LMP	LEI DE MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS
MAINT	MANUTENÇÃO DE AUDITORIA INTERNA
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OI	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS
OUVGER	OUVIDORIA GERAL
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PAINT	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
PCES	PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS E SALÁRIOS
PDG	PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
PDZ	PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO
PGO	PLANO GERAL DE OUTORGAS
PLS	PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
PMGP	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO PORTUÁRIA
PNLP	PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA
PPA	PLANO PLURIANUAL
PREVIC	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PDTI	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
RAINT	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
REGIM	REGULARIZAÇÃO DE IMPROBIDADE
REP	REGULAMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS PORTOS

SIED	SISTEMA ELETRÔNICO DE DOCUMENTAÇÃO
SGA	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL
SGI	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA
SFC	SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
SNP	SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS
SNPTA	SECRETARIA NACIONAL DOS PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIC	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
SISP	SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SUPADM	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPCON	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COMERCIAIS E GESTÃO DE CONTRATOS
SUPENG	SUPERINTENDÊNCIA DE ENGENHARIA
SUPFIN	SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS
SUPGAB	SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE
SUPGEC	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E COMPLIANCE
SUPITA	SUPERINTENDÊNCIA GESTÃO PORTUÁRIA DE ITAGUAÍ E ANGRA DOS REIS
SUPGUA	SUPERINTENDÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA
SUPJUR	SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA
SUPLAN	SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE MERCADO
SUPMAM	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÃO PORTO CIDADE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO
SUPREC	SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
SUPRIO	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI
SUPTIN	SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SPP	SECRETARIA DE POLÍTICAS PORTUÁRIAS
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SSA	STARSOFT APPLICATIONS
TCA	TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TEUs	CONTÊINERES EQUIVALENTES A 20 PÉS
TUPs	TERMINAIS DE USO PRIVADO
VTMIS	VESSEL TRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 01 - Conselho Fiscal	36
Tabela 02 - Conselho de Administração	36
Tabela 03 - Diretoria Executiva	36
Tabela 04 - Leis, Decretos, Resoluções e Portarias	40
Tabela 05 - Pessoal da AUDINT	42
Tabela 06 - Processos Instaurados 2018	47
Tabela 07 - Processos Concluídos 2018	48
Tabela 08 - Solução de Processos 2018	49
Tabela 09 - Tipos de Manifestações	51
Tabela 10 - Pesquisa de Satisfação (e-Ouv)	52
Tabela 11 - Pesquisa de Satisfação (e-SIC)	52
Tabela 12 - Pedidos de Acesso à Informação	53
Tabela 13 - Riscos Corporativos	59
Tabela 14 - Indicadores de Desempenho Operacional	67
Tabela 15 - Indicadores de Negócio	69
Tabela 16 - Gestão Orçamentária e Financeira	72
Tabela 17 - Evolução das Despesas 2014-2018	72
Tabela 18 - Previsão e Execução das Despesas 2018-2017	74
Tabela 19 - Orçamento de Investimentos	75
Tabela 20 - Locação de Imóveis e Equipamentos	86
Tabela 21 - Distribuição de Recursos SUPTIN	88
Tabela 22 - Montante Total de Recursos Aplicados	90
Tabela 23 - Orçamento Estimado X Orçamento Executado	91
Tabela 24 - Tratamento de Recomendações do TCU	126
Tabela 25 - Tratamento de Recomendações do TCU	127
Tabela 26-27 - Tratamento de Recomendações do TCU	128
Tabela 28-29 - Tratamento de Recomendações do TCU	129
Tabela 30 - Tratamento de Recomendações do TCU	130
Tabela 31-32 - Tratamento de Recomendações do TCU	131
Tabela 33 - Tratamento de Recomendações do TCU	132
Tabela 34-35 - Tratamento de Recomendações do TCU	133
Tabela 36 - Tratamento de Recomendações do TCU	134
Tabela 37-38 - Tratamento de Recomendações do TCU	135
Tabela 39-40 - Tratamento de Recomendações do TCU	136
Tabela 41-42 - Tratamento de Recomendações do TCU	137
Tabela 43-44 - Trat. de Recom. do Órgão de Controle Interno	138
Tabela 45 - Trat. de Recom. do Órgão de Controle Interno	139

FIGURAS

Figura 01 - Organograma sem fotos	14
Figura 02 - Composição Acionária	15
Figura 03 - Organograma DIRPRE	16
Figura 04 - Organograma DIRAFI	18
Figura 05 - Organograma DIRMEP	20
Figura 06 - Organograma DIRGEP	22
Figura 07 - Porto Organizado	24
Figura 08 - Porto do Rio de Janeiro	25
Figura 09 - Porto de Itaguaí	26
Figura 10 - Porto de Niterói	27
Figura 11 - Porto de Angra dos Reis	27
Figura 12 - Processo Relacionado ao Negócio da CDRJ	28
Figura 13 - Processo de Apoio e Gestão	28
Figura 14 - Indicadores Econômicos e Sociais	30
Figura 15 - Objetivos Estratégicos	32
Figura 16 - Mapa Estratégicos	33
Figura 17 - Estrutura de Governança	34
Figura 18 - Vinculação Hierárquica	41
Figura 19 - Sistema Elet. de informação ao Cidadão	54
Figura 20 - Gestão de Licitações e Contratos	84
Figura 21 - Sistemas, Projetos e Resultados na Área de TI	93
Figura 22 - Macroprocesso Estratégico	94
Figura 23 - Macroprocesso Finalístico	94
Figura 24 - Processo do Macroprocesso Finalístico	95
Figura 25 - Processo do Macroprocesso de Sustentação	95
Figura 26 - Área da Futura Central de Resíduos (Foto 1)	101
Figura 27 - Área da Futura Central de Resíduos (Foto 2)	101
Figura 28 - Ciclo de Planejamento Estratégico	141

QUADRO

Quadro 01 - Missão	13
Quadro 02 - Visão	13
Quadro 03 - Valores	13
Quadro 04 - Análise Ambiente Interno	29
Quadro 05 - Rede ReciclaPorto	99
Quadro 06 - Palestra ReciclaPorto	100

GRÁFICO

Gráfico 01 - Processos Instaurados 2018	47
Gráfico 02 - Processos Concluídos 2018	48
Gráfico 03 - Solução de Processos 2018	49
Gráfico 04 - Canais de Ouvidoria	50
Gráfico 05 - Tipos de Manifestação de Ouvidoria	51
Gráfico 06 - Pesquisa de Satisfação (e-Ouv)	52
Gráfico 07 - Pesquisa de Satisfação (e-SIC)	52
Gráfico 08 - Tempo Médio de Resposta	53
Gráfico 09 - e-SIC X e-Ouv	54
Gráfico 10 - Gestão de Riscos e Controles	58
Gráfico 11 - Passivo Trabalhista	60
Gráfico 12 - Evolução de Risco	60
Gráfico 13 - Resultado das Metas 2018	62
Gráfico 14 - Análise dos Cumprimentos das Metas	63
Gráfico 15 - Custei	73
Gráfico 16 - Gastos com Pessoal	73
Gráfico 17 - Investimentos	73
Gráfico 18 - Desempenho Orçamentário	76
Gráfico 19 - Quantitativo de Funcionários	77
Gráfico 20 - Quantitativo de Funcionários por Cargo	78
Gráfico 21 - Quantitativo de Funcionários por Escolaridade	78
Gráfico 22 - Quantitativo de Funcionários por Gênero	79
Gráfico 23 - Quantitativo de Funcionários por Faixa Etária	79
Gráfico 24 - Quantitativo de Funcionários por Faixa Salarial	80
Gráfico 25 - Custo de Pessoal 2016-2018	80
Gráfico 26 - Custo de Pessoal por Tipo	81
Gráfico 27 - Treinamentos 2018	82
Gráfico 28 - Contratos de Arrendamentos Vig. por Município	86
Gráfico 29 - Recursos Definidos X Recursos Aplicados	89
Gráfico 30 - Recursos Aplicados em 2018	89
Gráfico 31 - Redução de Custos em Licitações	91

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
ANEXO II	ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Sumário

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

NOSSA IDENTIDADE.....	13
NOSSA ESTRUTURA	14
CAPITAL SOCIAL.....	15
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PRESIDÊNCIA	16
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	17
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO	18
MENSAGEM DO DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO	19
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO E PLANEJAMENTO	20
MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO E PLANEJAMENTO	21
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DIRETOR DE GESTÃO PORTUÁRIA	22
MENSAGEM DO DIRETOR DE GESTÃO PORTUÁRIA	23
NOSSO NEGÓCIO	24
AMBIENTE EXTERNO	29

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO	32
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	34
Descrição das Estruturas de Governança.....	35
Atuação da Unidade de Auditoria Interna	37
Orientação Normativa da Auditoria Interna	38
Vinculação Hierárquica	41
Quadro de Pessoal	42

Metodologia de Trabalho	43
Avaliação de Gestão de Riscos	43
Monitoramento das Recomendações	44
Empresa de Auditoria Independente Contratada	46
Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	46
Participação Acionária de Membros do Colegiado da Entidade	49
Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	49
PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	50
Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV)	51
Pesquisa de Satisfação	51
Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão	53
Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal x Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão	54
Carta de Serviço ao Cidadão	55
Formas de Participação Cidadã em Processo Decisório	55
Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	55

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	57
Riscos Corporativos	59
DEMANDAS JUDICIAIS	60

RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS	62
Análise dos Resultados Alcançados e Expectativas das Metas de Gestão	62
PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS/INICIATIVAS	63
Detalhamento de Relevância, Valores Aplicados, Resultados e Impactos	63

INDICADORES DE DESEMPENHO.....	64
Indicadores de Desempenho Operacional.....	64
Indicadores de Negócio.....	68
PERSPECTIVA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	70
Desafios e Incertezas para o Planejamento Estratégico	70
Desempenho Futuro	70
ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	
ESTRATÉGIA – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	72
Evolução das Despesas 2014-2018	72
Evolução das Despesas 2014-2018	74
Previsão e Execução das Despesas em 2018 e 2017	74
Orçamento de Investimentos – Ações e Projetos	75
Desempenho Orçamentário – Análise da Execução	76
Desempenho Orçamentário – Análise da Execução	76
GESTÃO DE PESSOAS	77
Legislação Aplicada	77
Análise dos Indicadores de Gestão de Pessoas.....	77
Política de Remuneração dos Administradores e Membros do Colegiado	83
Política de Participação dos Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade	83
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	84
Avaliação nos Reflexos da Desoneração da Folha de Pagamento nos Contratos de Administração Pública	85
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	85
Conformidade Legal da Gestão Patrimonial	85
Desfazimento de Ativos	86

Locação de Imóveis e Equipamentos	86
Principais Desafios e Ações Futuras	87
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	87
Conformidade Legal da Gestão de Tecnologia da Informação	87
Modelo de Governança de TI	88
Montantes de Recurso Aplicadas em TI	88
Contratações mais relevantes relacionadas a área de TI	91
Principais Iniciativas – Sistemas, Projetos e Resultados na área de TI por Cadeia de Valor	93
Segurança da Informação	96
Principais Desafios e Ações Futuras	96
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	98
Crterios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições	98
Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais	98
Redução de Resíduos Poluentes	100
Eficiência e Conformidade Legal	100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Tratamento de Recomendações do TCU	126
Tratamento de Recomendações do órgão de Controle Interno	138



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Visão Geral da
Organização e
Ambiente Externo.

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

NOSSA IDENTIDADE

Somos uma empresa pública supervisionada pelo Ministério da Infraestrutura que tem por finalidade o desenvolvimento da cadeia logística e do transporte marítimo através do exercício das funções de Autoridade Portuária no âmbito dos Portos Organizados no Estado do Rio de Janeiro.

Estamos comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura nacional e o crescimento econômico, executando nossas ações de acordo com o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLN, e em conformidade com a Lei 12.815/13 e o Decreto 8.033/13.



Valores

- Valorização do Capital Humano
- Comprometimento
- Transparência
- Foco na Satisfação do Cliente
- Responsabilidade Sócio ambiental
- Ética
- Inovação

Quadro 3 - Valores

MISSÃO

- Garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

Quadro 1 - Missão

VISÃO

- Até 2020, ser reconhecida como a autoridade portuária referência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.

Quadro 2 - Visão

NOSSA ESTRUTURA

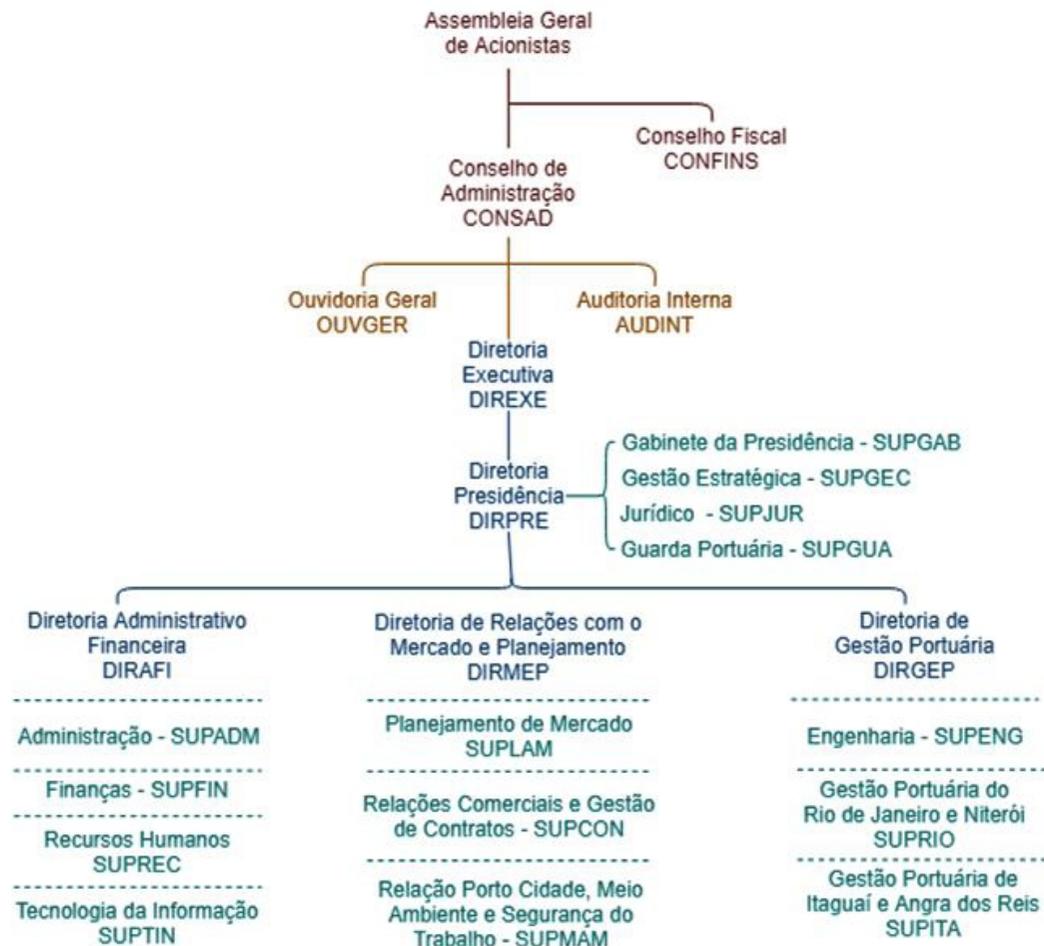


Figura 1 – Organograma sem fotos

CAPITAL SOCIAL

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado tem como capital social o valor de R\$2.445.536.905,71 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinco reais e setenta e um centavos), com a seguinte composição acionária:

Resumo	Composição Acionária Resgate dos Acionistas Particulares			Participação	Valor
	ON	PN	Total		
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183	99,98696883	2.455.216.920,59
Governo do Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301	0,013031167	319.985,12
Total	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484	100	2.455.536.905,71

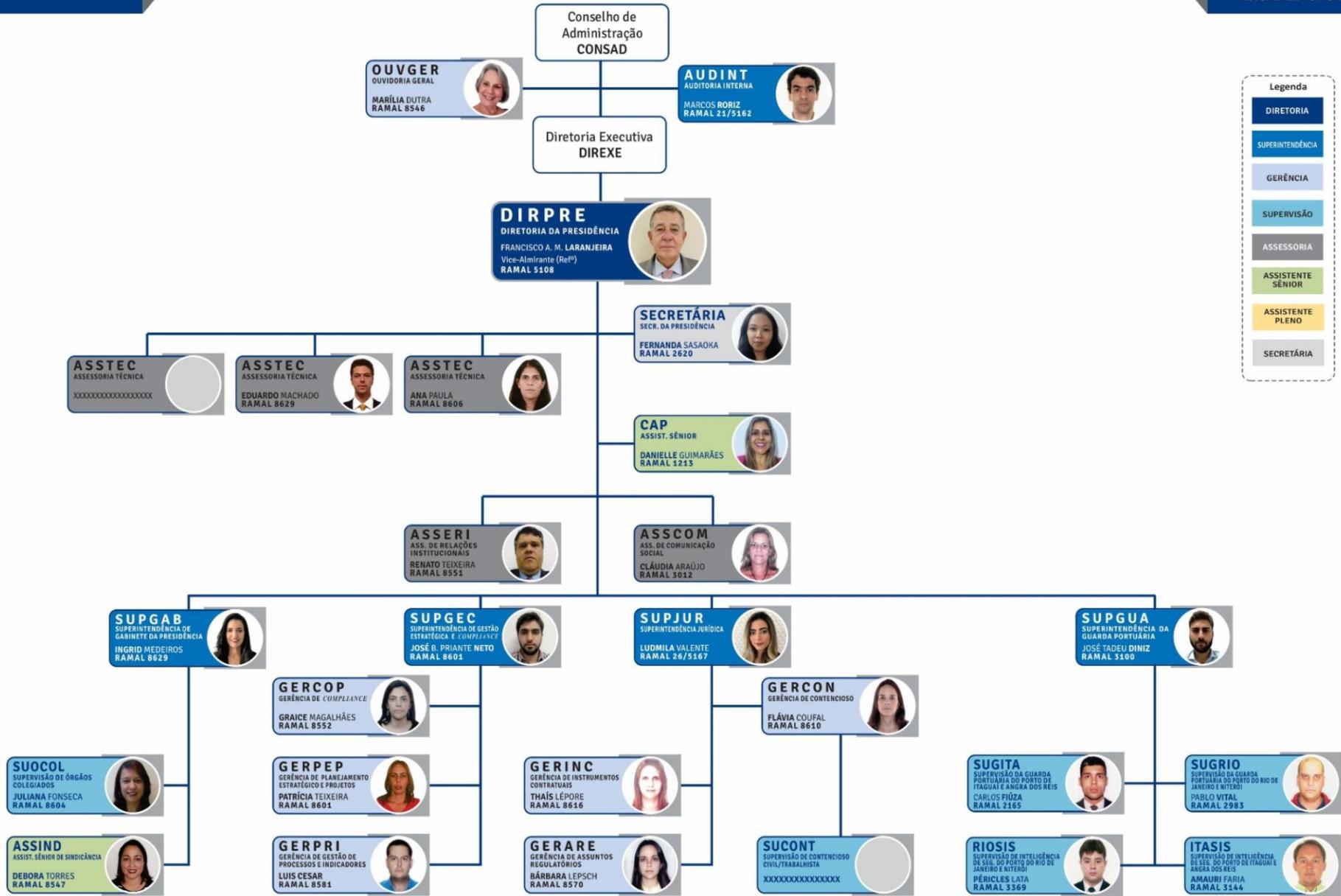
Figura 2 – Composição Acionária





Estrutura Organizacional | DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA - DIRPRE

ORGANOGRAMA CDRJ - Atualizado em abril/2019 | Considerando a aprovação da Estrutura Organizacional da Companhia, através da deliberação da Diretoria Executiva DIREXE em sua 2280ª reunião de 22/02/2018 e a aprovação do Conselho de Administração CONSAD em sua 689ª reunião de 11/05/2018; e Considerando a Resolução DIREXE nº 2330, de 31/01/2019.



Legenda

- DIRETORIA
- SUPERINTENDÊNCIA
- GERÊNCIA
- SUPERVISÃO
- ASSESSORIA
- ASSISTENTE SÊNIOR
- ASSISTENTE PLENO
- SECRETÁRIA

Figura 3 – Organograma DIRPRE

MENSAGEM DO DIRETOR



FRANCISCO LARANJEIRA

Perfil: O vice-almirante reformado Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira é Presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, desde 18 de fevereiro de 2019. O Presidente ingressou na Marinha do Brasil em 1968 e, em sua formação militar, passou pela Escola de Guerra Naval – EGN e por altos estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, além de ter assumido, nos últimos anos, o cargo de Diretor-Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.

DIRPRE - Diretoria da Presidência

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ desenvolveu e implementou ações e procedimentos com o objetivo de alavancar seu desempenho operacional no decorrer do ano de 2018, pautada, principalmente, nas Ações do Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP.

Os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí obtiveram um crescimento na movimentação de cargas e encerraram o ano com o recorde de 63,8 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 7% em relação a 2017, quando foram movimentadas 59,6 milhões de toneladas. Vale destacar que o Porto do Rio de Janeiro registrou um crescimento de 12,1% em sua movimentação total, atingindo a marca de 7.127.318 toneladas, e as 56.604.586 toneladas movimentadas pelo Porto de Itaguaí, correspondem a um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Em 2018, a CDRJ iniciou a análise preliminar da demanda para futuros arrendamentos no Porto de Itaguaí e apontou potencial de cargas a serem operadas no local. Tal análise, ainda pendente de finalização com a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs), viabilizará o início de processo de licitação, com vistas ao arrendamento das áreas. Com o mesmo objetivo, foi contratado estudo similar para o Porto do Rio de Janeiro, especificamente para a Ilha da Pombeba, com a finalidade de utilizá-la para movimentação de granéis líquidos.

O ano de 2018 marcou, ainda, a aprovação do plano de reestruturação financeira da CDRJ, pelo Conselho de Administração - CONSAD, que foi elaborado para atender acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU, com a finalidade de sanar pendências estruturais da Companhia, como dívidas vultosas absorvidas da antiga Portobras, referentes aos contratos de leasing, considerável passivo trabalhista, Portus e Securitização de alguns contratos de arrendamento junto ao Tesouro Nacional.

O referido plano de ação vem sendo implementado através do cumprimento de metas de curto, médio e longo prazos, e é considerado prioridade para o ano de 2019, com vistas a permitir a CDRJ ocupar o lugar de destaque que sua força de trabalho e sua história merecem.

MENSAGEM DO DIRETOR



HELIO SZMAJSER

Perfil: Engenheiro Civil e Engenheiro de Segurança do Trabalho, especializado em Portos e Vias Navegáveis, cursou MBA de Portos e Logística. Iniciou a carreira no sistema Portuário em 1984, na Companhia Brasileira de Dragagem e após na Portobras. Em 1990 teve seu vínculo funcional transferido para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ. Entre os cargos ocupados na CDRJ, destacam-se o de Auditor Técnico Operacional, de Chefe do Departamento de Portos e o de Superintendente do Porto do Rio de Janeiro. No período de 2007 a 2011, foi Diretor de Engenharia e Gestão Portuária, assumindo o cargo de Diretor de Administração, Finanças e Recursos Humanos em 2014. No mesmo ano foi nomeado Diretor Presidente da CDRJ, permanecendo até 2015. Foi nomeado Diretor Administrativo-Financeiro no período de junho de 2016 até março de 2017 e retornou como Diretor da mesma área em setembro de 2017 até a presente data. O Diretor Helio Szmajsler também responde como Diretor-Presidente Substituto desde setembro de 2016.

DIRAFI - Diretoria Administrativa-Financeira

Como parte do Plano de Reestruturação Financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro, a CDRJ aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em novembro de 2017 e desde então, mesmo diante do cenário de diversos bloqueios judiciais e dificuldades financeiras ao longo de 2018, manteve seus pagamentos em dia. Além do PERT, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário Previdenciário em maio de 2018 e ao Parcelamento Ordinário da PIS e da COFINS em julho de 2018, mantendo o pagamento das parcelas dentro dos seus respectivos vencimentos. A regularidade tributária e fiscal é condição obrigatória ao realfandegamento do porto do Rio de Janeiro, que representará um aumento significativo das receitas da CDRJ.

Com intuito de reduzir as rubricas vinculadas a gastos de pessoal, a CDRJ endereçou ao Ministério de Infraestrutura um estudo de plano de dispensa por mútuo acordo e aguarda aprovação do Ministério para início de sua implementação, representando uma economia aproximada de 20% da folha de pagamento anual, caso haja adesão de 50% do público elegível.

Na área da Tecnologia da Informação, o ano de 2018 contou com conquistas relevantes, tais como a implementação do SIED - Sistema Eletrônico de Documentação e a aquisição de novos Links de dados, possibilitando a interligação da rede de dados nos portos de Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói. Além dos Links, a Companhia também investiu em novos equipamentos e softwares de segurança, proporcionando melhor desempenho e proteção da rede de dados da CDRJ. Dois contratos foram firmados em 2018 que trarão mudanças significativas à Companhia ao longo dos próximos anos, que foram o Sistema de Segurança para o Porto do Rio de Janeiro (ISPS CODE) e o Sistema de Acesso Aquaviário.



Estrutura Organizacional | DIRETORIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E PLANEJAMENTO - DIRMEP

ORGANOGRAMA CDRJ - Atualizado em abril/2019 | Considerando a aprovação da Estrutura Organizacional da Companhia, através da deliberação da Diretoria Executiva DIREXE em sua 2280ª reunião de 22/02/2018 e a aprovação do Conselho de Administração CONSAD em sua 689ª reunião de 11/05/2018; e Considerando a Resolução DIREXE nº 2330, de 31/01/2019.

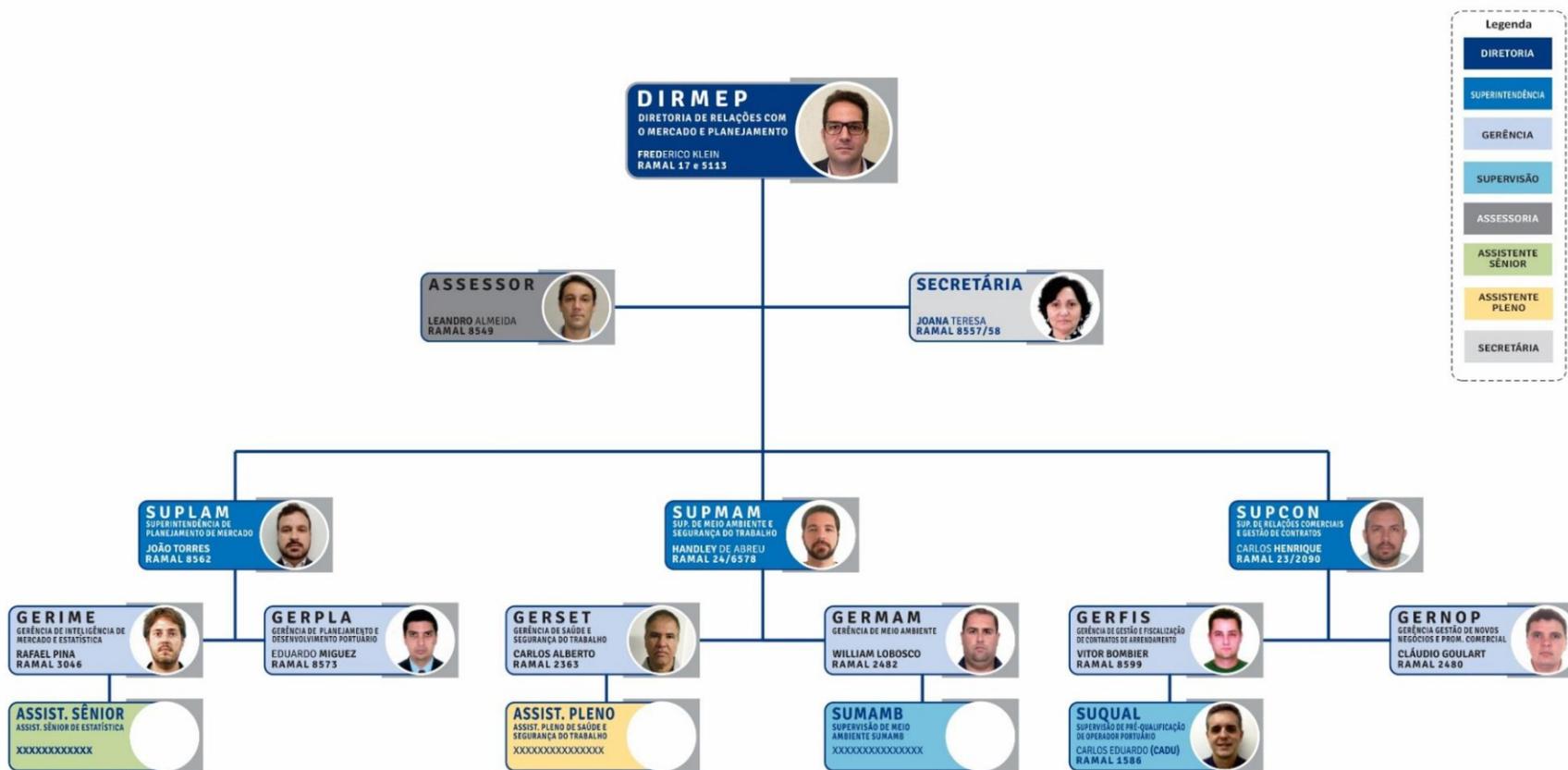


Figura 5 – Organograma DIRMEP

MENSAGEM DO DIRETOR

FREDERICO KLEIN



Perfil: Diretor de Relações com o Mercado e Planejamento, com formação em Administração de Empresas e de Gestão na Cadeia de Petróleo e Gás Natural. Trabalhou como Diretor Administrativo Financeiro, entre os anos de 1999 e 2015, nas empresas OCEANGEO – Tecnologia de Exploração de Reservatórios do Brasil S.A., na AMT- Port Logistic e PGS Do Brasil. Foi, também, consultor empresarial.

DIRMEP - Diretoria de Relações com o Mercado e Planejamento

A DIRMEP tem certeza de que o ano de 2018 foi muito importante para a CDRJ, pois trouxe melhoras na Gestão da empresa de uma forma geral. A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, deu continuidade ao processo de modernização interna, efetuando a revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais buscando melhorias na eficiência da gestão e a efetividade dos seus resultados. Os controles e ajustes de processos herdados de outras gestões, tais como: o Leasing originado na Petrobrás, a questão do Fundo de Pensão PORTUS, as penhoras de receitas, por força de decisões judiciais em processos trabalhistas, foram identificados e atacados, para que a CDRJ possa voltar a crescer num futuro próximo.

No caso específico dessa DIRMEP, em 2018 foi entregue um estudo de análise de demanda para futuros arrendamentos no Porto de Itaguaí, que apontaram potenciais cargas para serem operadas. Agora serão finalizados os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEAs) das áreas designadas para essas cargas, com o intuito de possibilitar a licitação e arrendamento das mesmas. Com o mesmo objetivo, contratou-se o estudo para o Porto do Rio mais especificamente na Ilha da Pombeba. Além disso, concluiu-se com êxito o processo de PPI no Porto de Niterói, com participação direta e efetiva do Poder Concedente, no caso o Ministério dos Transportes com anuência da ANTAQ e da CDRJ e por último, mas não menos importante, a CDRJ conseguiu um assento no CONEMA, para participar de debates que envolvam meio ambiente e sustentabilidade.

Estamos empenhados em colocar a CDRJ no lugar de destaque que ela sempre ocupou, como Autoridade Portuária. Todas as medidas adotadas foram estabelecidas para se adequar ao principal objetivo que é eliminar as barreiras ao fluxo de comércio brasileiro, incentivando a redução de custos e o aumento da eficiência na movimentação de cargas.



Estrutura Organizacional | DIRETORIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - DIRGEP

ORGANOGRAMA CDRJ - Atualizado em abril/2019 | Considerando a aprovação da Estrutura Organizacional da Companhia, através da deliberação da Diretoria Executiva DIREXE em sua 2280ª reunião de 22/02/2018 e a aprovação do Conselho de Administração CONSAD em sua 689ª reunião de 11/05/2018, e Considerando a Resolução DIREXE nº 2330, de 31/01/2019.

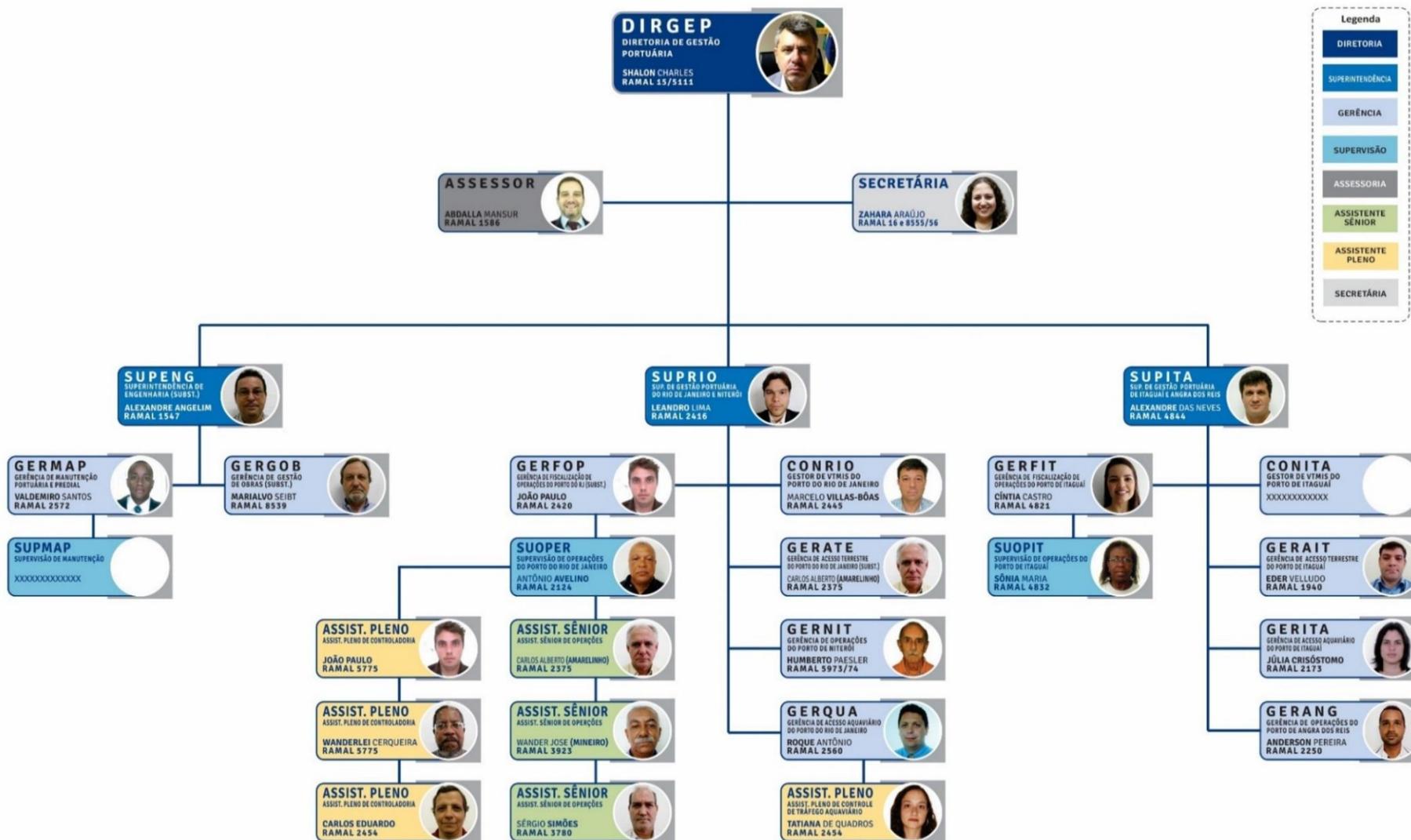


Figura 6 – Organograma DIRGEP

MENSAGEM DO DIRETOR



SHALON CHARLES

Perfil: Diretor de Gestão Portuária com formação em Direito, MBA em Gestão do Transporte Marítimo e Portos em curso. Na CDRJ, esteve à frente da Superintendência de Gestão Portuária de Itaguaí e Angra dos Reis entre os anos de 2015 e 2016; foi, interinamente, Diretor de Relações com o Mercado e Planejamento e Diretor Administrativo Financeiro da CDRJ. Trabalhou como consultor das empresas JHmelo comissária de despachos e agenciamentos, entre os anos de 2011 a 2016, e na CEG – SP, entre 2011 e 2013.

A DIRGEP - Diretoria de Gestão Portuária

Em 2018, assim como nos anos anteriores, a DIRGEP pautou sua administração focando na Missão da CDRJ, qual seja, desenvolver os portos organizados sob sua responsabilidade gerindo a infraestrutura portuária e fomentando a competitividade das operações.

Dentre as ações e projetos ocorridos em 2018, destacam-se: Elaboração de Projeto Básico de Derrocagem no canal principal de Itaguaí, com vistas à obtenção de um aumento de calado para 20m; Início do Projeto do EVTEA da Ilha da Pombeba e Porto de Itaguaí; Realização de *Ramp-ups* visando à homologação do aumento de calado, gerado pela dragagem no Canal do Tecon, realizada em 2017, no Porto do Rio de Janeiro; Dragagem de trechos do canal de acesso e das bacias de evolução do Porto de Itaguaí; Gestão e atualização de diversos projetos de engenharia.

O Diretor de Gestão Portuária é responsável pela eficiência nas operações e logística dos Portos, pasta de suma importância para o desenvolvimento portuário. São inúmeras as ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, por exemplo: Construção de infraestrutura de atendimento à sinalização náutica, no Porto de Itaguaí; Recuperação da pavimentação asfáltica dos Portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro; Dragagem do Canal Derivativo do Porto de Itaguaí; Ações junto ao Ministério de Infraestrutura, com vistas à liberação de recursos para o projeto de expansão do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro; Implantação do VTMS nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí; Ações junto a Capitania, visando à liberação da programação de manobras noturnas de entrada e saída pelo canal varrido, no Porto do Rio de Janeiro.

NOSSO NEGÓCIO

O Papel da Autoridade Portuária - o ecossistema portuário é complexo e cada vez mais integrado às cadeias logísticas globais, onde somente os atores mais eficientes tendem a permanecer integrados a elas. A COORDENAÇÃO dos diversos interesses, por vezes conflitantes, dos variados *stakeholders* ligados ao citado ecossistema, deve ser o papel fundamental da autoridade portuária, garantindo a maior eficiência do sistema e a primazia do interesse coletivo sobre os interesses individuais. Também cabe à Autoridade Portuária LIDERAR as ações para a resolução de problemas comuns a todos os entes vinculados à atividade portuária. Dentre esses problemas/entraves estão a segurança pública, os acessos terrestres e aquaviários, a burocracia excessiva e demais custos que eventualmente afastem negociações comerciais da região de influenciados Portos sob o comando da CDRJ. Por isso, conhecer profundamente os envolvidos no processo (produtores, exportadores, importadores, transportadores rodoviários, aeroviários e ferroviários; agentes marítimos, operadores logísticos e portuários, armadores, entidades de fiscalização e demais anuentes, agências de regulação, associações comerciais e industriais, praticagem, órgão gestor da mão de obra, governos locais, estaduais e federal, investidores, arrendatários, sindicatos, comunidade impactada pela operação portuária e os profissionais da própria autoridade portuária) e conjugar, da maneira mais eficiente possível, todos os interesses, é o desafio posto à autoridade portuária, dado ser a mesma **o ente convergente nesse conjunto de interesses**, sendo, portanto, aquele que reúne a maior possibilidade de coordenar o processo com vistas à garantia da eficiência e a captação de novos negócios. Aliás, também é ambiente de negócio da Autoridade Portuária a captação de cargas que não deve ser função apenas dos arrendatários.

Nesse sentido, a Companhia Docas do Rio de Janeiro administração, empresa pública, administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

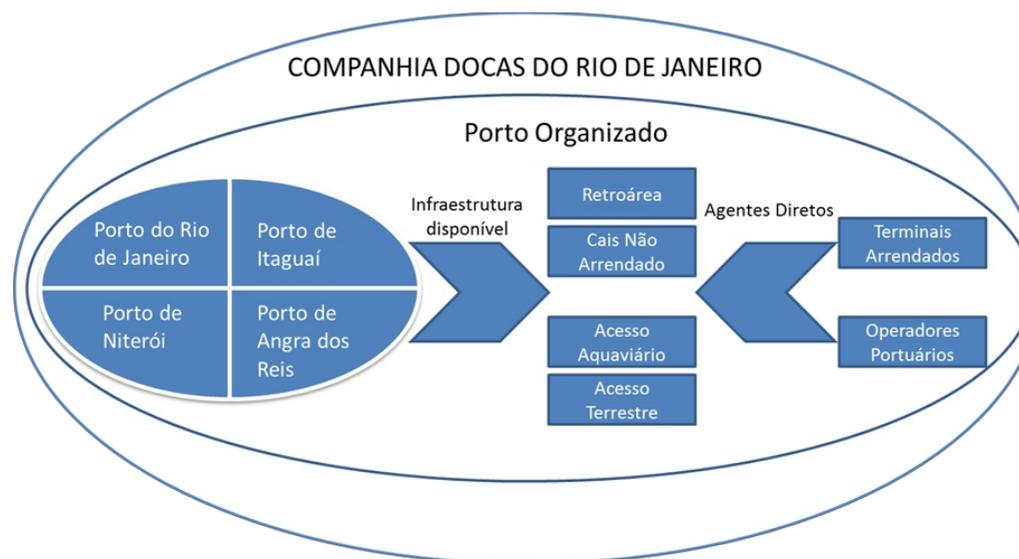


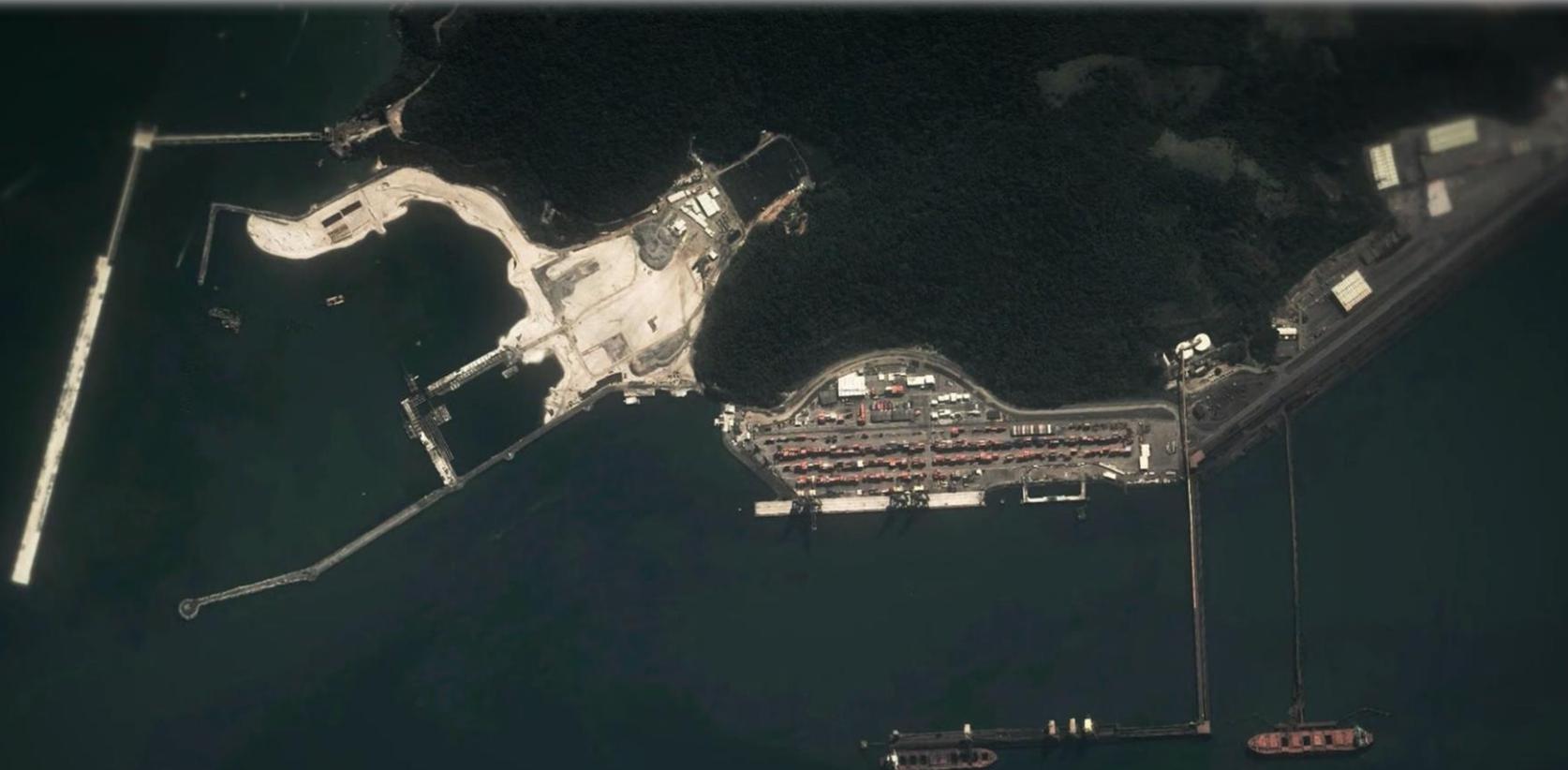
Figura 7 – Porto Organizado



Porto do Rio de Janeiro

Figura 8 – Porto do Rio de Janeiro

Porto do Rio de Janeiro - tem características que o tornam um ativo extremamente interessante, mas com desafios igualmente vultosos para geri-lo. O Porto movimenta cargas de alto valor agregado, portanto, é um grande arrecadador de ICMS para o Estado do RJ, e está localizado no centro da região mais rica do país. Possui potencial de arrendamento ainda bastante razoável e seus acessos aquaviários têm boa profundidade natural (com baixa taxa de assoreamento). Contudo, por ser um porto localizado na área central de uma metrópole, enfrenta problemas sérios com relação ao tráfego de caminhões (talvez o maior problema para a melhoria dos índices de eficiência). É um Porto com uma pluralidade de terminais, significativa variação de cargas exportadas e importadas com um equilíbrio entre a tonelagem exportada e importada, tornando-o um ativo menos suscetível à oscilação dos valores de moedas estrangeiras e preços externos de produtos, algo que não ocorre com o Porto de Itaguaí, extremamente centrado na atividade de exportação de minério de ferro.



Porto de Itaguaí

Figura 9 – Porto de Itaguaí

Porto de Itaguaí - reúne características extremamente positivas que podem torná-lo o melhor porto do Estado do Rio de Janeiro e um dos melhores do país. É dono de uma extensa área territorial, que permite a expansão do mesmo sem maiores impactos na hinterlândia. Possui acesso viário e ferroviário privilegiado e acesso aquaviário de grande profundidade natural e baixa taxa de assoreamento. Além disso, fica próximo à cidade do Rio de Janeiro e de cidades importantes do Estado de São Paulo. Sua dependência excessiva de operações vinculadas à EXPORTAÇÃO do Minério de Ferro, no entanto, acaba tornando-o bastante suscetível às variações cambiais e dos preços externos da commodity, dado a baixa diversificação das operações.



Figura 10 – Porto de Niterói



Figura 11 – Porto de Angra dos Reis

Portos de Niterói e Angra dos Reis - vocação específica para operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar (conhecidas como operações offshore). Hoje, no RJ, tais operações estão vinculadas à cadeia do petróleo. Contudo, a ideia de utilizar espaços marítimos “afastados da costa” vem sendo amplamente difundido na construção de usinas de geração de energia eólica (caso da Holanda) e usinas de geração de energia solar (caso da China). Com custos descendentes e *funding* cada vez mais robusto, há que se considerar a possibilidade de que investimentos dessa natureza possam ser realizados na costa sudeste do país, a maior consumidora de energia do país. Os portos do Rio de Janeiro, de Niterói e de Angra dos Reis conduzem a maior operação de offshore do país e essa experiência tem que ser potencializada com o desenvolvimento de estruturas que se apresentem como extremamente competitivas no futuro, para o mercado de energia fóssil ou renovável.

Processos Relacionados ao Negócio da Companhia Docas do Rio de Janeiro



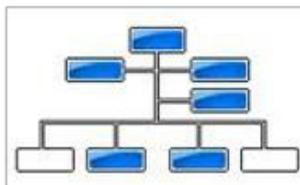
Figura 12 – Processo Relacionados ao Negócio da CDRJ.

Processos de Apoio e Gestão

Gestão da Manutenção Predial



Gestão de RH



Gestão de Compras



Gestão da TI



Compliance e Controles



Gestão de Indicadores



Figura 13 – Processo de Apoio e Gestão

AMBIENTE EXTERNO

ANÁLISE AMBIENTE INTERNO

Forças	Fraquezas
Complexo Portuário naturalmente abrigado.	Falta de sinalização e balizamento no canal de acesso de Cotunduba - Complexo Portuário do Rio de Janeiro.
Infraestrutura adequada de cais e retroárea.	Vias ferroviárias internas inativas no Porto do Rio de Janeiro.
Área livre para expansão.	Licença ambiental pendente.
Presença de núcleo ambiental consolidado na Autoridade Portuária.	Ausência de Sistema de Gestão Ambiental Integrada de Meio Ambiente (SGA) e de Saúde e Segurança do Trabalho (SGI).
Manutenção de programas de gerenciamento de riscos à saúde e segurança do trabalhador.	Ausência de planos de gerenciamento de riscos e atendimento a emergências por parte da CDRJ.
Desenvolvimento de ações de educação ambiental.	Ausência de ferramentas de gestão na CDRJ.
Calado operacional elevado no Complexo Portuário de Itaguaí.	Ausência de sistema de custeio implantado nos portos.
Capacidade do canal de acesso superior à demanda.	Indicadores financeiros negativos.
Terminais especializados com alta produtividade.	Alto grau de colaboradores aposentáveis na CDRJ.
Disponibilidade de áreas greenfield e brownfield.	Manutenção desfavorável nas linhas ferroviárias ativas, situadas dentro da poligonal do Porto Organizado de Itaguaí.
Oportunidades	Ameaças
Área de influência abrange os principais centros demandantes e geradores de carga do País.	Trafegabilidade rodoviária da hinterlândia do Complexo Portuário do Rio de Janeiro e de Niterói.
Condições favoráveis de infraestrutura nas rodovias da hinterlândia no cenário atual.	Incidência de criminalidade ao longo das rodovias do estado do Rio de Janeiro.
Programa Porto do Rio Século XXI.	Infraestrutura desfavorável em vias do entorno dos Complexos Portuários.
Existência de rota ferroviária de contêineres.	Conflito com o tráfego urbano nas vias do entorno portuário do Rio de Janeiro e de Niterói.
Existência de projetos que visam mitigar os principais conflitos rodoferroviários nos acessos terrestres.	Morosidade do órgão licenciador para renovação das licenças ambientais existentes e novos processos de licenciamento.
Existência de estrutura retroportuária de apoio às operações ferroviárias.	Complexo Portuário inserido em uma área próxima a Ucs.

Quadro 4 – Análise Ambiente Interno

Indicadores Econômicos e Sociais



Figura 14 – Indicadores Econômicos e Sociais



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Planejamento
Estratégico e
Governança.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO

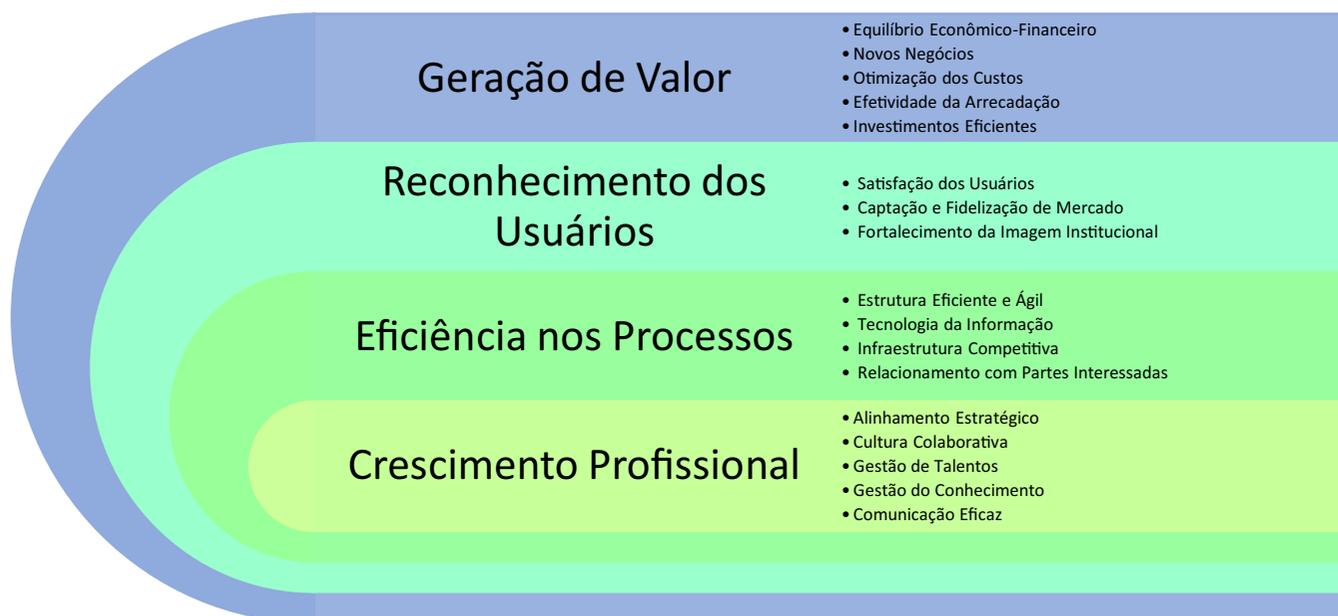


Figura 15 – Objetivos Estratégicos

O exercício do planejamento estratégico institucional foi iniciado em 2016, de forma simplificada e obrigatória, respeitando-se os diferentes níveis de maturidade de processos de negócios das áreas organizacionais da Companhia. Em 2015 foi realizado Workshop com diversos gestores para apresentação final deste Planejamento e por consequência do mapa estratégico que segue abaixo, que gerou diversas iniciativas estratégicas para a CDRJ.



Planejamento Estratégico CDRJ 2016-2020

MAPA ESTRATÉGICO CDRJ 2016-2020

Valores: Comprometimento, Ética, Foco na Satisfação do cliente, Inovação, Responsabilidade socioambiental, Transparência e Valorização do capital humano.

Missão: Garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

Visão: Até 2020, ser reconhecida como a autoridade portuária referência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.



* O objetivo **estratégico Assegurar a fiscalização efetiva dos Portos** foi somado ao objetivo estratégico Prover infraestrutura portuária adequada e moderna com custos competitivos até nova revisão do mapa estratégico.

Figura 16 – Mapa Estratégico

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

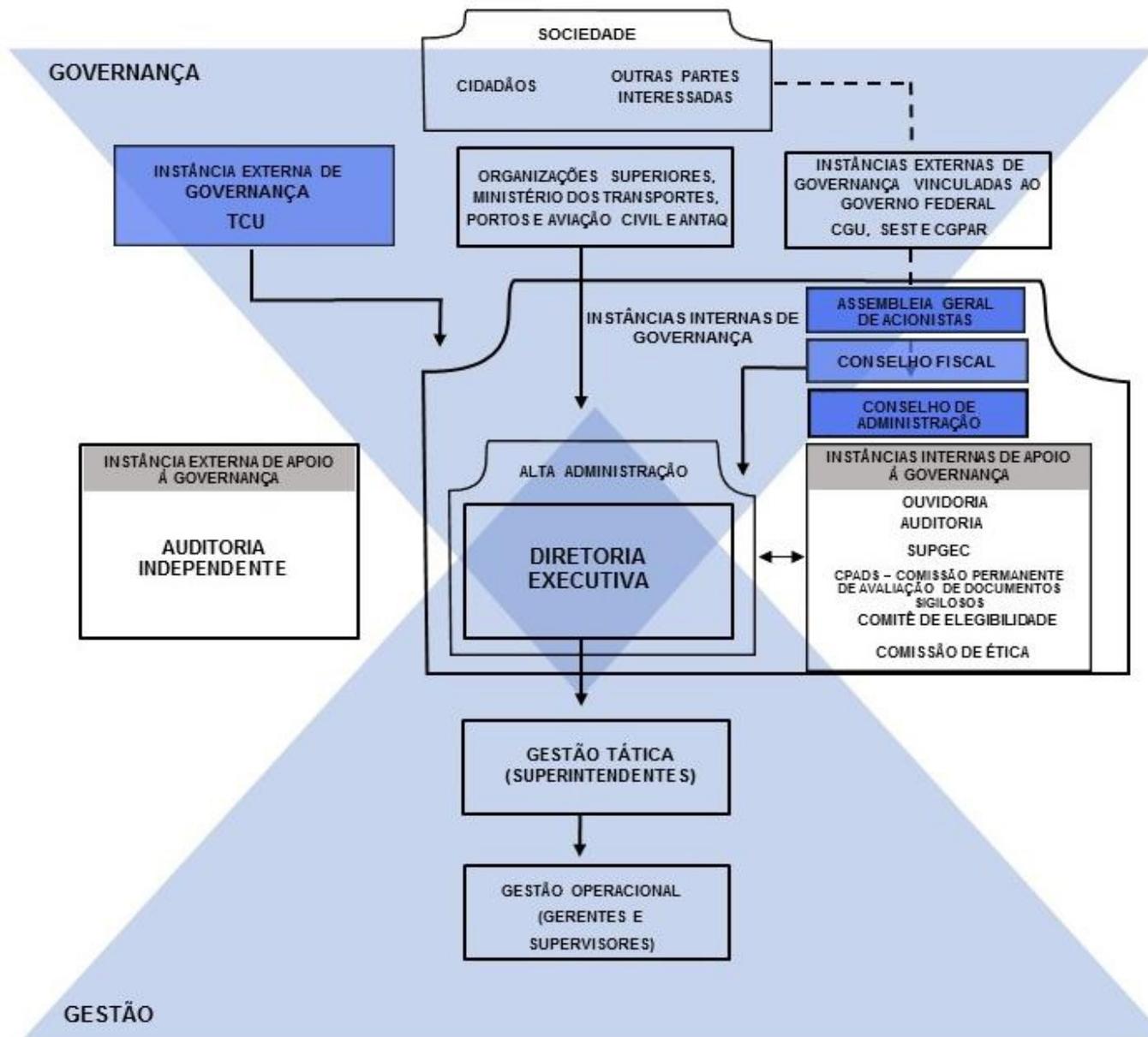


Figura 17 – Estrutura de Governança

Descrição das Estruturas de Governança

Administração Superior

- (a) **Assembleia Geral de Acionistas (AGA)** - órgão representado pelo Procurador Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Procurador do Estado, Representante dos Acionistas e representantes da Companhia, tendo em vista a deliberação de assuntos de sua competência e do interesse da sociedade.
- (b) **Conselho Fiscal (CONFIS)** - Colegiado de caráter permanente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, composto por 4 (quatro) membros sendo 2 (dois) representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura), 1 representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Compete ao CONFIS fiscalizar os atos de gestão dos administradores e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício, dentre outras atribuições.
- (c) **Conselho de Administração (CONSAD)** - Colegiado composto por 7 (sete) membros, sendo: 3 (três) indicados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura); 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 1 (um) representante da classe empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária, que deve atender os requisitos de conselheiro independente; 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e, 1 (um) representante dos empregados da CDRJ (nos moldes da Lei nº 12.353/2010) indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. Compete ao CONSAD fixar a orientação geral dos negócios da empresa e deliberar sobre o planejamento estratégico da Companhia, dentre outras atribuições.
- (d) **Diretoria Executiva (DIREXE)** - Colegiado composto pelo Diretor-Presidente e os 03 (três) diretores titulares das diretorias Administrativa Financeira - DIRAFI; Gestão Portuária - DIRGEP e Relações com o Mercado e Planejamento - DIRMEP. Compete à DIREXE a deliberação sobre os atos de gestão da Companhia.
- (e) **Diretor-Presidente (DIRPRE)** - Compete ao DIRPRE dirigir, coordenar e controlar as atividades da CDRJ.

Conselho Fiscal - CONFIS
Representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Presidente do Conselho Fiscal
Representantes (2) do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura)
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Tabela 1 – Conselho Fiscal

Conselho de Administração - CONSAD
Representantes (3) do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura)
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Representante da Classe Empresarial
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro
Representante dos Trabalhadores da CDRJ

Tabela 2 – Conselho de Administração

Diretoria Executiva - DIREXE
Diretor-Presidente - DIRPRE
Diretoria de Gestão Portuária - DIRGEP
Diretoria de Relações com o Mercado e Planejamento - DIRMEP
Diretoria Administrativo Financeira - DIRAFI

Tabela 3 – Diretoria Executiva

Outros órgãos de Governança:**Superintendência de Gestão Estratégica
e Compliance- SUPGEC****Ouvidoria Geral - OUVGER****Auditoria Interna - AUDINT**

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Estatuto Social da CDRJ estabelece, textualmente:

“Art. 119 A Auditoria Interna - Audint será vinculada ao Conselho de Administração, de acordo com as normas e diretrizes constantes do regulamento próprio da Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 120 À Auditoria Interna compete:

- I. executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial, operacional e de engenharia da Companhia, com observância as orientações técnicas e normativas do órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;*
- II. propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;*
 - a. verificar o cumprimento e a implementação pela Companhia das recomendações ou determinações dos órgãos de controle interno e externo e do Conselho Fiscal;*
- III. outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e*
- IV. aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.*

Art. 121 Trimestralmente, serão enviados relatórios ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de Auditoria Interna.

Art. 122 O órgão da Auditoria Interna, sempre que solicitado pelos órgãos responsáveis pela direção da Companhia, deverá prestar assessoramento quanto ao gerenciamento de riscos relativos às decisões importantes da empresa.

Art. 123 O planejamento das atividades de auditoria interna será consignado no PAINT para cada exercício social, o qual será previamente submetido à Controladoria Geral da União, para posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

Art. 124 Os resultados anuais dos trabalhos de auditoria interna serão apresentados no RAINT, em conformidade com as normas da Controladoria-Geral da União. “

O Manual de Auditoria Interna (MAINT), aprovado pelo Conselho de Administração, é o regulamento interno da AUDINT e estabelece as seguintes competências:

- a) *Assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, objetivando a economicidade, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a equidade, assim como a aderência regulatória;*
- b) *Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;*
- c) *Estabelecer e monitorar planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de atividades que não agregam valor para a Companhia;*
- d) *Elaborar o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna - (RAINT);*
- e) *Examinar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual da Companhia e em Tomada de Contas Especial, segundo diretrizes emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;*
- f) *Realizar auditagens especiais por demanda dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Presidência e das Diretorias;*
- g) *Prestar assessoramento aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Diretoria Executiva, ao Diretor-Presidente e aos Diretores nos assuntos de suas competências, sem perda da independência;*
- h) *Prestar assessoramento, sempre que solicitado pelos Conselhos de Administração e Fiscal, à Diretoria Executiva, ao Diretor-Presidente e aos Diretores quanto ao gerenciamento de riscos relativos às decisões importantes da Companhia;*
- i) *Conhecer e intermediar, quando necessário, os trabalhos de auditoria realizados pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.*

Orientação Normativa da Auditoria Interna

O Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, que regulamenta a Lei 10.180/2001 dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Dentre as disposições contidas na Lei, destacamos a constante do Artigo 14 que define:

“...As entidades da Administração Pública Federal indireta deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle”.

A Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) estabelece em seu § 3º do Artigo 9º que:

“A auditoria interna deverá:

I - ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Interna Estatutário;

II - ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

O mesmo Decreto nº 3.591/2000 (alterado pelo Decreto nº 4.113/2002) dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal que visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, com as finalidades, atividades, organização, estrutura e competências estabelecidas da seguinte forma:

Controladoria Geral da União (CGU) - órgão central do controle interno que está incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o sistema.

Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) - órgão que desempenha as funções operacionais da CGU e das atividades de controle interno de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, excetuados aqueles jurisdicionados aos órgãos setoriais.

Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) - órgão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura), o qual atua junto aos gestores do ministério, orientando-os tecnicamente em temas relacionados a gestão de riscos e controles, governança, integridade, em instâncias de supervisão e monitoramento.

Unidade de Auditoria Interna - órgão de linha das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União.

Além da legislação anteriormente citada, existe uma série de normativos que norteiam as atividades e o funcionamento da Unidade de Auditoria Interna, conforme a relação a seguir:

Lei nº 13.303/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Lei das Estatais.
Decreto nº 8.945/2016	Regulamenta a Lei nº 13.303/16.
Instrução Normativa CGU nº 9/2018	Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências.
Instrução Normativa CGU nº 03/2017	Aprova o referencial técnico da atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.
Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016	Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.
Resolução CGPAR nº 21//2018	Trata da nomeação, exoneração e tempo de permanência no cargo do Titular da Auditoria Interna.
Resolução CGPAR nº 2, de 31/12/2010	Determina a adoção pelas empresas estatais dos aprimoramentos das suas práticas corporativas.
Resolução CGPAR nº 3, de 31/12/2010	Determina o aprimoramento das práticas de governança corporativa, relativas ao Conselho de Administração.
Portaria CGU nº 2.737/2019	Estabelece critérios sobre a indicação, nomeação ou designação e tempo de gestão do Titular da Auditoria Interna.
Estatuto Social da CDRJ	Estabelece as competências, atribuições e posição hierárquica da AUDINT.
Instrução Normativa CDRJ nº 68/2016	Estabelece as competências e os procedimentos internos da Auditoria Interna - AUDINT.

Tabela 4 – Leis, Decretos, Resoluções e Portarias

Vinculação Hierárquica

A Auditoria Interna (AUDINT) está vinculada, estatutariamente, ao Conselho de Administração da CDRJ (CONSAD) e, administrativamente, ao Diretor-Presidente da Companhia.

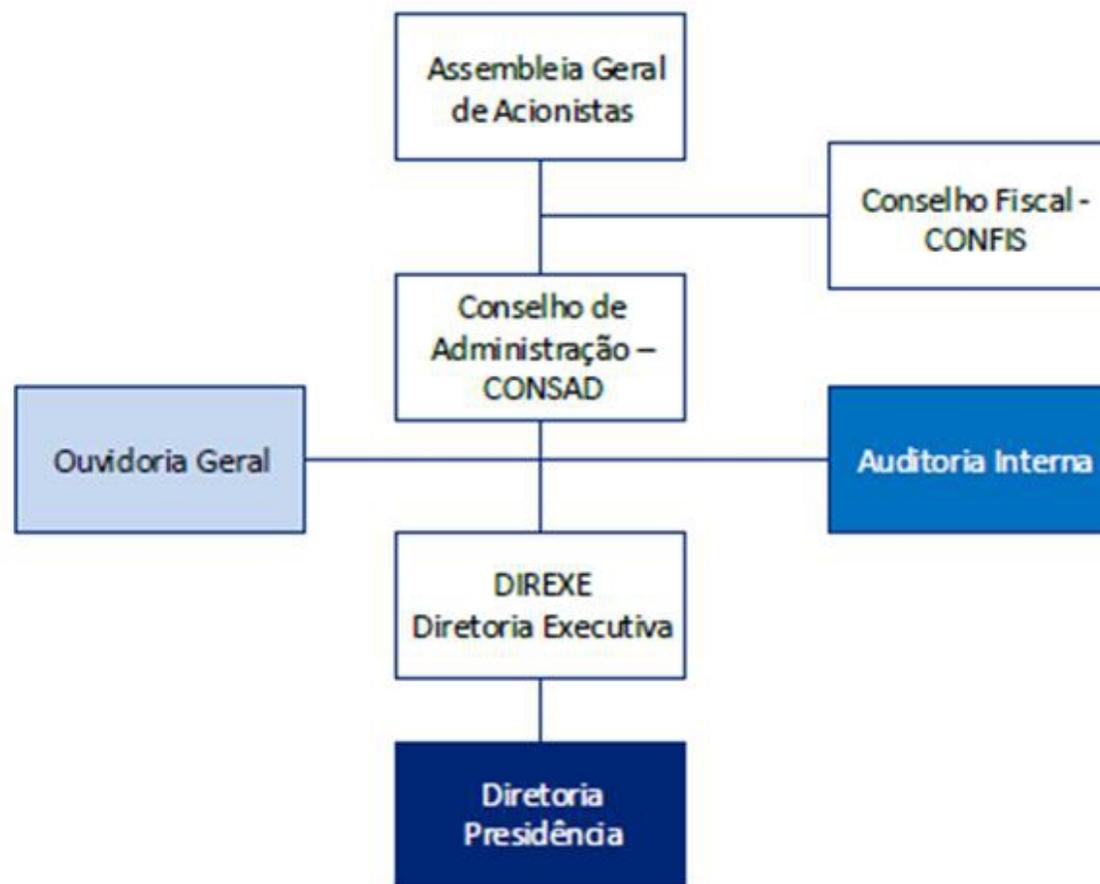


Figura 18 – Vinculação Hierárquica

Quadro de Pessoal

Coordenação

Nome	Cargo	Formação
Marcos Antonio Roriz	Superintendente	Administrador

Equipe técnica

Fernando V. de Sá	Especialista	Engenheiro
Carlos André P. de Paula	Especialista	Contador
Luciano D. V. de Almeida	Especialista	Contador
Jorge Alves Farias	Técnico	Contador

Apoio Administrativo

Katia da Silva Gravina	Técnico	Administrador
------------------------	---------	---------------

Tabela 5 –Pessoal AUDINT

Metodologia de Trabalho

A AUDINT desenvolve seus trabalhos em consonância com o seu regulamento próprio que é o **Manual de Auditoria Interna - MAINT - 3ª versão**, aprovado pelo Conselho de Administração.

O Manual de Auditoria Interna - MAINT foi elaborado em estrita observância às normas emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e tomou por base, ainda, as normas implementadas pelo **International Professional Practices Framework – IPPF** (Estrutura Internacional de Práticas Profissionais) do *The Institute of Internal Auditors – IIA Global*; livros técnicos na área de auditoria interna e as normas internas da CDRJ.

O MAINT tem por finalidade definir e regulamentar a sistematização e a dinâmica de funcionamento da AUDINT no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), estabelecendo a forma de realização dos seus trabalhos; a comunicação; o relacionamento com os órgãos da Administração Superior e com os órgãos de controle interno e externo; a subordinação hierárquica; a atuação dos empregados na função de auditor interno; e, ainda, estabelecer a padronização dos procedimentos de auditoria, orientando os empregados lotados na AUDINT a pautarem seus trabalhos na ética, na técnica e nas regras de conduta.

Avaliação de Gestão de Riscos

Toda organização existe para gerar valor às partes interessadas, seja valor financeiro ou social. Para atingir esses objetivos as organizações enfrentam obstáculos e incertezas decorrentes do ambiente interno e externo. Esse cenário expõe as organizações a riscos que podem comprometer a obtenção desses objetivos.

O gerenciamento dos riscos corporativos possibilita aos administradores a identificação desses riscos e a criação de mecanismos de controle que possam mitigá-los.

A Auditoria Interna deverá avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos.

A atividade de auditoria interna deverá avaliar as exposições aos riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, com relação a:

- Confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais;

- Eficácia e eficiência das operações e programas;
- Salvaguarda de ativos;
- Conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

As afirmações acima emanam da Norma 2120 do IIA e conforme se observa, resta claro que a responsabilidade pelo gerenciamento de riscos na organização é da Administração Superior, cabendo à Auditoria Interna a sua avaliação.

A CDRJ implantou em 26.08.2015 nova estrutura organizacional que previu a Superintendência de Gestão Estratégica, atual Superintendência de Gestão Estratégica e *Compliance* (Resolução DIREXE nº 02/2019). Essa superintendência possui hoje 3 (três) gerências, a saber: Gerência de Gestão de Processos e Indicadores; de *Compliance* e Riscos e de Planejamento Estratégico e Projetos.

Não obstante a realização do trabalho de avaliação do gerenciamento de riscos da Companhia, a AUDINT elaborou a sua matriz de risco de auditoria baseada nos relatórios de auditoria emitidos nos últimos 6 (seis) anos, visto que a Companhia ainda não possui seus macroprocessos mapeados com a definição dos riscos e seus respectivos níveis.

Além da matriz de risco de auditoria baseada na recorrência dos pontos de auditoria constantes dos relatórios de auditoria interna, a AUDINT utilizou-se também dos critérios de relevância, materialidade e criticidade para a seleção das atividades a serem auditadas em 2019.

Nos relatórios de auditoria interna também consta um item específico para a avaliação do risco dos pontos de auditoria detectados na auditoria, sendo avaliado sob a ótica da relação **Causa x Consequência**.

Monitoramento das Recomendações

Após a emissão do Relatório de Auditoria Interna, seus pontos de auditoria e suas respectivas recomendações integrarão o relatório de monitoramento denominado *Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria Interna (ARAIINT)* a fim de que sejam verificadas as providências e ações adotadas pelos gestores e informado, trimestralmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como ao Diretor-Presidente.

As respostas/informações encaminhadas pelos gestores serão analisadas pelo empregado na função de auditor interno responsável pela elaboração do Relatório de Auditoria Interna.

Ao acolher as informações e as ações implementadas pelos gestores, os pontos de auditoria poderão ser considerados sanados, sendo emitido o formulário *Regularização de Impropriedade (REGIM)*, que será assinado pelo empregado na função de auditor interno e pelo Superintendente da Auditoria Interna.

As respostas, documentos e informações dos gestores que serviram de base para a baixa do ponto de auditoria serão anexados ao formulário REGIM e arquivado em pasta própria nos arquivos da AUDINT.

Caso o empregado na função de auditor interno entenda que as respostas/informações encaminhadas pelos gestores não foram suficientes para sanar o ponto de auditoria, deverá emitir despacho circunstanciado ao Superintendente da AUDINT para que o assunto retorne a área gestora sendo reaberto o prazo para o atendimento.

As informações do REGIM serão inseridas no relatório de monitoramento *Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria Interna (ARAIINT)*.

O relatório de monitoramento *Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria Interna (ARAIINT)* tem a finalidade de informar a Alta Administração da Companhia o andamento das providências e ações acerca das recomendações da auditoria (pontos de auditoria) constantes dos Relatórios de Auditoria Interna.

O relatório de monitoramento *Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria Interna (ARAIINT)* será emitido a cada trimestre, ou a qualquer tempo, mediante solicitação dos Conselhos de Administração, Fiscal e do Diretor-Presidente da Companhia.

Os pontos de auditoria constarão no ARAIINT nas condições de Sanados, Pendentes e em Monitoramento, de acordo com o que segue:

Sanado - Quando as respostas/informações encaminhadas, contendo as providências do gestor responsável da área auditada, atendem plenamente à recomendação constante do Relatório de Auditoria Interna;

Pendente - Quando as respostas/informações não são encaminhadas dentro do prazo estabelecido (10 dias) ou quando não demonstram uma ação efetiva para o atendimento da recomendação constante do Relatório de Auditoria Interna;

Monitoramento - Quando as respostas/informações encaminhadas, contendo as providências do gestor responsável da área auditada, demonstram uma ação proativa, mas não suficiente para sanar o ponto de auditoria, sendo necessário o acompanhamento até a adoção da solução definitiva. Esse tipo de status deve ser utilizado para assuntos de relevância.

Empresa de Auditoria Independente Contratada

STAFF Auditoria & Assessoria-EPP, com sede na Av. Imperatriz Dona Teresa Cristina, nº 444, sala 22, Jardim Guarani, na cidade de Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.791.963/0001-08, representada pelo sócio Roberto Araújo de Souza, portador do CPF nº 064.556.218-16, contratada por procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, autorizado pela DIREXE em sua 2317ª reunião, realizada em 01/11/2018, cuja proposta apresentada foi de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme termos do Contrato CDRJ nº 32/2018.

Os serviços expressamente contratados foram a emissão de pareceres quanto às demonstrações financeiras do 3º e 4º trimestres de 2018, dos 1º e 2º trimestres de 2019 e exercício de 2018, com emissão de parecer no formato completo.

Havia também cláusula estipulando a contratação de serviços de auxílio no envio da escrituração contábil digital, assessoria técnica e a participação de um representante em quatro reuniões do Conselho Fiscal.

O contrato está vigente até 28 de dezembro de 2019.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos dessa estatal estão previstas na Instrução Normativa nº 38/2017 que estabelece os procedimentos disciplinares no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro e são coordenadas por Assistente Sênior de Sindicância, subordinado à Superintendência de Gabinete da Presidência.

As medidas administrativas para apuração dos ilícitos administrativos previstas no supracitado normativo são:

1. **Investigação Preliminar** – procedimento investigatório instaurado para confirmar a existência de infração e identificar sua autoria, podendo o mesmo resultar em arquivamento ou instauração de procedimento para apuração de responsabilidade.
2. **Sindicância Sumária Acusatória** – procedimento destinado a apuração de responsabilidade de empregado por infração disciplinar, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar nas penalidades de advertência e suspensão de até 20(vinte) dias.

3. **Processo Administrativo Disciplinar** - procedimento destinado a apuração de responsabilidade de empregado por infração disciplinar, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar nas penalidades de advertência, suspensão por até 30(trinta) dias, exoneração de função gratificada e dispensa por justa causa.

Durante o exercício de 2018 foram instaurados 24 procedimentos administrativos dos quais 4 foram concluídos. Além desses foram concluídos 19 procedimentos instaurados em anos anteriores, totalizando 23 procedimentos concluídos. De todos os procedimentos concluídos foram aplicadas 3 advertências e 1 suspensão de 20 dias, os demais foram arquivados.

INSTAURADOS 2018	
Investigação Preliminar	11
Processo Administrativo Disciplinar	11
Sindicância Sumária Acusatória	2
TOTAL	24

Tabela 6 – Processos Instaurados 2018

Procedimentos Instaurados em 2018

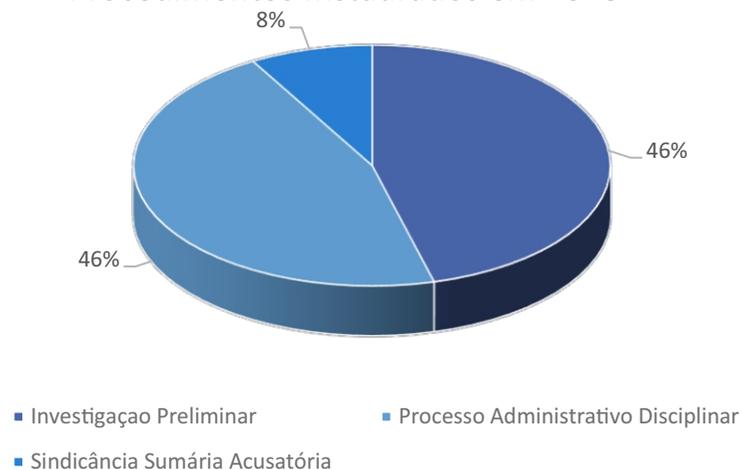


Gráfico 1 – Processos Instaurados 2018

CONCLUÍDOS 2018	
Investigação Preliminar	5
Processo Administrativo Disciplinar	15
Sindicância Sumária Acusatória	3
TOTAL	23

Tabela 7 – Processos Concluídos 2018

Procedimentos Concluídos em 2018

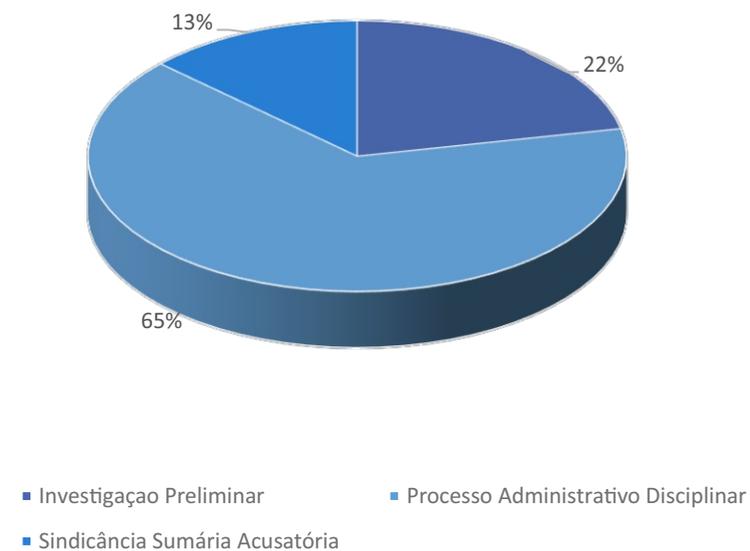


Gráfico 2 – Processos Concluídos 2018

SOLUÇÃO	
Arquivamento	17
Advertência	3
Suspensão	1
Abertura de PAD	2
TOTAL	23

Tabela 8 – Solução de Processos 2018

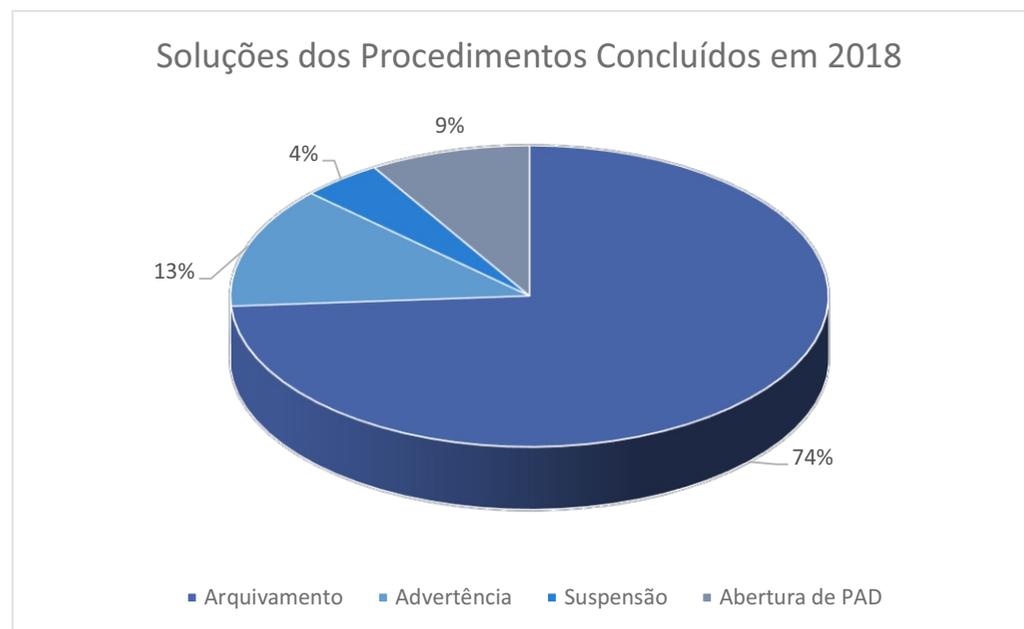


Gráfico 3 – Solução de Processos 2018

Participação Acionária de Membros do Colegiado da Entidade

Não há participação acionária dos membros do colegiado na entidade.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, mira consolidar e formalizar os principais componentes da Governança Corporativa da CDRJ, a fim de que a Companhia mantenha os padrões de excelência em suas atividades e aperfeiçoe o relacionamento e a comunicação com seus empregados e clientes, de forma a melhor cumprir suas obrigações estatutárias, garantindo a transparência nos processos e procedimentos corporativos, promovendo a melhoria constante de sua Política Pública e Governança Corporativa.

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual de Políticas Públicas referente ao exercício social de 2017. Ela está disponível em: [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa](#)

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Ouvidoria da CDRJ recebe suas demandas por meio de atendimento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), e-mail, telefone, presencial, fale conosco e simplifique!

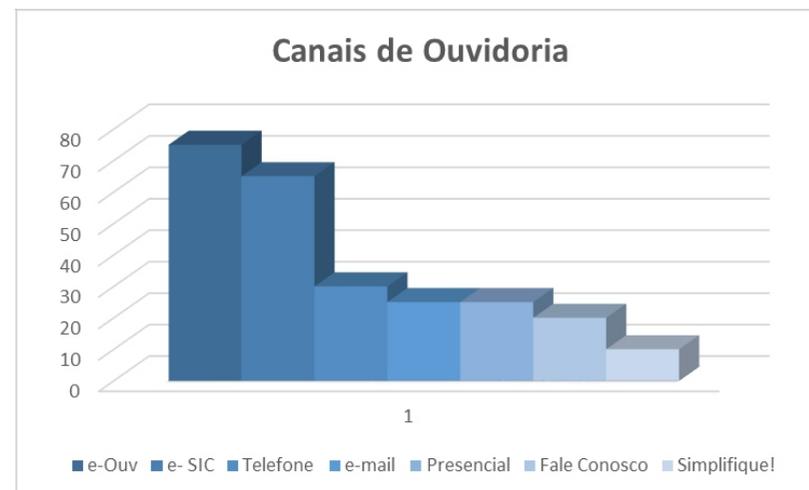


Gráfico 4 – Canais de Ouvidoria

Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV)

A Ouvidoria da CDRJ recebe suas demandas por meio de atendimento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), e-mail, telefone, presencial, fale conosco e simplifique!

MANIFESTAÇÕES		
Tipo de manifestação	2018	%
Denúncia	34	261,54%
Elogio	5	38,46%
Reclamação	19	146,15%
Sugestão	4	30,77%
Solicitação de informação	13	100,00%
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	75	100%

Tabela 9 – Tipos de Manifestações



Gráfico 5 – Tipo de Movimentação de Ouvidoria

Pesquisa de Satisfação

A pesquisa de satisfação é uma estratégia proativa dos órgãos prestadores de serviço público, em que a sua principal função é receber feedback dos serviços prestados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro. Esse feedback é tão rico de informações que pode ser transformado em oportunidades de melhorias dos serviços prestados pela CDRJ.

A pesquisa de satisfação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) e a pesquisa de satisfação do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) são respondidas, via os sistemas utilizados para realizar a manifestação de ouvidoria e o pedido de acesso à informação, pelo usuário ao final do atendimento prestado pela Ouvidoria da CDRJ.

Pesquisa de Satisfação (e-Ouv)					
Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Total Manifestações realizadas	Total de respostas à pesquisa de satisfação	Demanda foi resolvida		
			Não	Parcialmente	Sim
e-Ouv	75	2	0	0	100%

Tabela 10 – Pesquisa de Satisfação (e-Ouv)

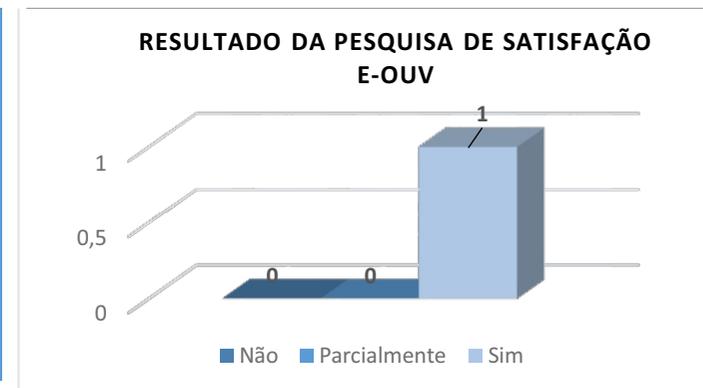


Gráfico 6 – Pesquisa de satisfação (e-Ouv)

Pesquisa de Satisfação (e-SIC)							
Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão	Total manifestações realizadas	Total de respostas à pesquisa de satisfação	Nível de satisfação do nosso atendimento				
			Não atendeu	Atendeu parcialmente	Atendeu regularmente	Atendeu bem	Atendeu plenamente
e-SIC	65	18	1	2	1	1	13

Tabela 11 – Pesquisa de Satisfação (e-SIC)

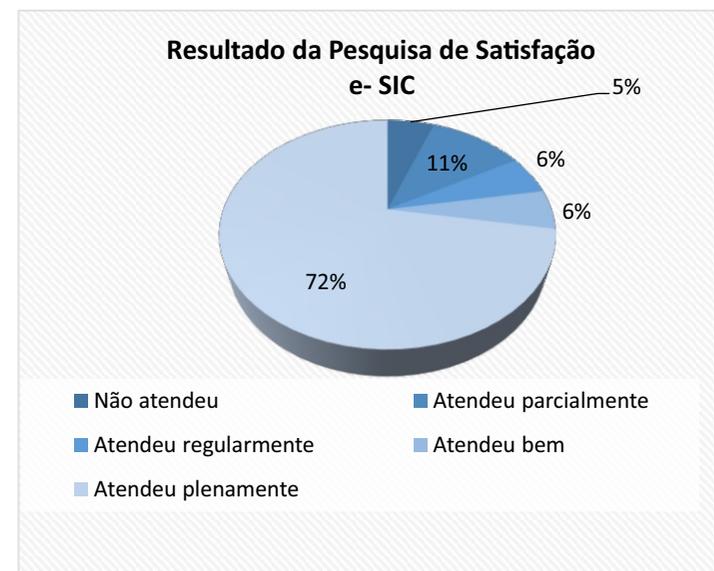


Gráfico 7 – Pesquisa de satisfação (e-SIC)

Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) disponibilizou, em 2018, nova funcionalidade que permite ao cidadão, em casos de pedido de informação cujo a natureza possa vir a ser objeto de denúncia, com a identidade preservada.

O e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracias.

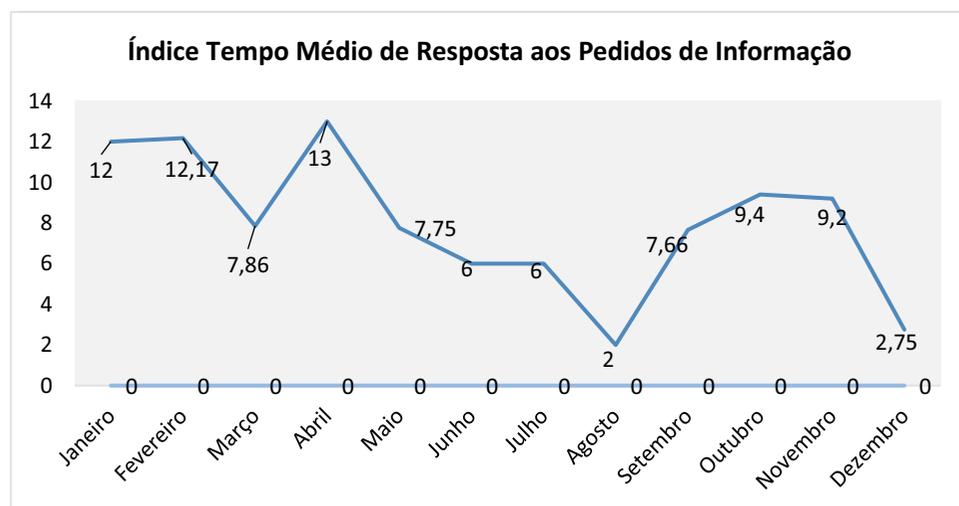


Gráfico 8 – Tempo Médio de Resposta

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas	82	Total de solicitantes	55
Perguntas por pedido	1,26	Maior número de pedidos feitos por um solicitante	3
		Solicitantes com um único pedido	48

Tabela 12 – Pedidos de Acesso à Informação

Quantidade de pedidos	65
Média mensal de pedidos	5,42
Tempo médio de resposta	12,22 dias

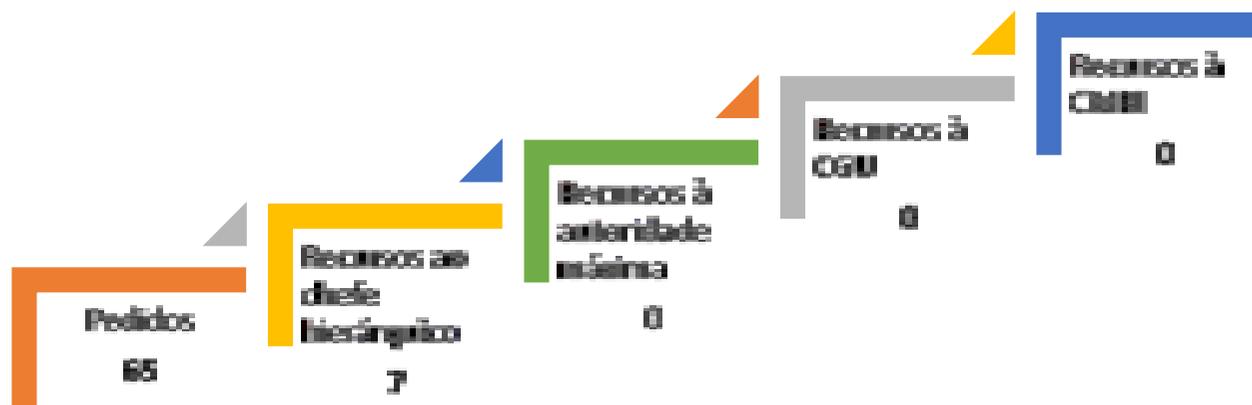


Figura 19 - Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão

Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal x Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

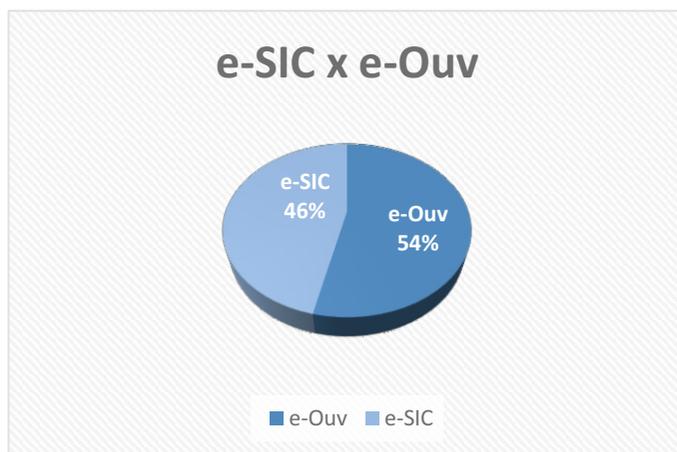


Gráfico 9 – e-SIC x e-Ouv

Carta de Serviço ao Cidadão

A carta de serviço ao usuário está prevista no art.7º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e encontra-se devidamente elaborada e publicada no portal da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no menu de acesso à informação/ações e programas, disponível em: <https://www.portosrio.gov.br/node/show/12>

Formas de Participação Cidadã em Processo Decisório

A ferramenta, promovida pelos ministérios da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), é a maneira pela qual qualquer usuário de serviços públicos pode contribuir e participar do processo de simplificação do país, fiscalizando os padrões de atendimento definidos pelo Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

O Simplifique foi implementado na CDRJ, no exercício de 2018, por meio da Portaria nº 522/2018 e encontra-se disponível através do portal: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacaoSimplifique.asp>

Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

O prédio da CDRJ onde encontra-se localizado a Ouvidoria atende aos quesitos de acessibilidade, dispondo de elevadores para deficientes na portaria principal e elevadores no interior do prédio, limpeza e poltronas confortáveis aos usuários do serviço da Ouvidoria. Quando a acessibilidade aos nossos serviços o atendimento ocorre diariamente em horário comercial, na sala da ouvidoria no 3º andar do edifício sede, ou através dos canais de atendimento disponibilizados em nosso portal, e-mail da ouvidoria, sic ou fale conosco e os Sistemas e-Ouv, e-SIC.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Gestão de Riscos e Controles Internos.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Companhia Docas do Rio de Janeiro vem estruturando sua unidade de Gerenciamento de Riscos. Onde, foram desenvolvidos os seguintes documentos internos:

IN. SUPGES.01.002 para a Gestão de Riscos e Controles da empresa: Composta pelas diretrizes que serão observadas na Gestão de Risco da Companhia, o plano de Comunicação de Risco, os critérios para avaliação de risco adotados pela Companhia e a tabela e formulário de Avaliação de Riscos;

Detalhamento do Processo - Governança e Controles: No qual consta o desenho proposto pela SNP, por intermédio da Consultoria Deloitte, durante o PMGP, contemplando as atividades de Gestão de Riscos e Controles Internos na CDRJ;

Fluxograma - Gerir Riscos e Controles: Fluxo do processo de Gestão de Risco e Controles da Companhia Docas do Rio de Janeiro, desenvolvido pela SNP, por intermédio da Consultoria Deloitte durante o PMGP. Embora algumas ações pontuais tenham sido postas em prática, devido ao acúmulo de competências mapeadas no bojo do PMGP, o setor vem encontrando entraves para o efetivo cumprimento do Gerenciamento de Riscos na Companhia. Visando contornar esses entraves, algumas ações vêm sendo estudadas, como a segregação das competências do setor responsável por coordenar o gerenciamento de riscos, bem como a estruturação de quadro de pessoal da equipe, com previsão para execução das propostas de melhorias para o exercício de 2019.

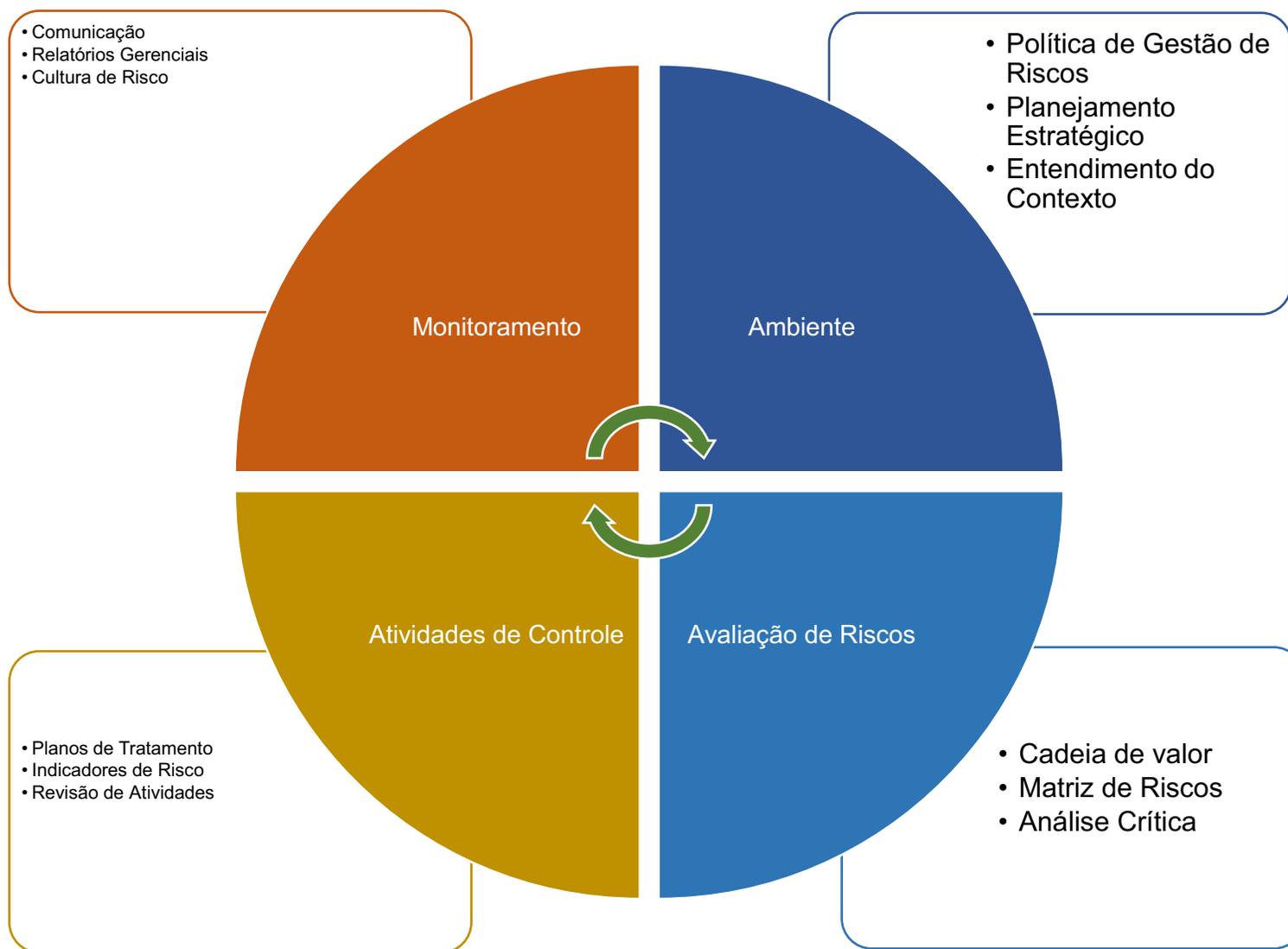


Gráfico 10 – Gestão de Riscos e Controles

Riscos Corporativos

TIPO DE RISCO	RISCO	MITIGAÇÃO
Estratégico	Eficiência da Estrutura e dos Processos Organizacionais	Mensuração de processos\atividades através de indicadores de desempenho Programa de Modernização da Gestão Portuária (PMGP) Aperfeiçoamento da Gestão de Riscos
Tecnológico	Sistemas de Informação	Desenvolvimento de Soluções em TI Integração dos Sistemas de Informação
Comercial	Atração de Novos Negócios e Parcerias	Estudos de viabilidade de novos terminais e projetos de expansão Elaboração do Plano de Negócios Anual

TIPO DE RISCO	RISCO	MITIGAÇÃO
Operacional	Perda de Competitividade	Análise contínua da demanda da infraestrutura portuária, buscando adequá-las as necessidades da operação portuária
Regulatório	Fiscalização de Terminais	Alocação de recursos e capacitação da força de trabalho das áreas de fiscalização
Jurídico	Processos Judiciais e Contingências	Análise jurídica prévia a tomada de decisão Identificação e tratamento da causa-raiz Revisão de normativos Internos

Tabela 13 – Riscos Corporativos

DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia Docas do Rio de Janeiro se orienta através dos Instrumentos Normativos IN.GERCON.007.001 e 07.002.

Além disso, o acompanhamento da atuação do escritório externo é realizado pelos especialistas portuários, fiscais do contrato, que solicitam o envio do relatório mensal das ações em curso, bem como os relatórios de providências e informações acerca das atividades desenvolvidas, sob supervisão da Gerência de Contencioso – GERCON.



Gráfico 11 – Passivo Trabalhista

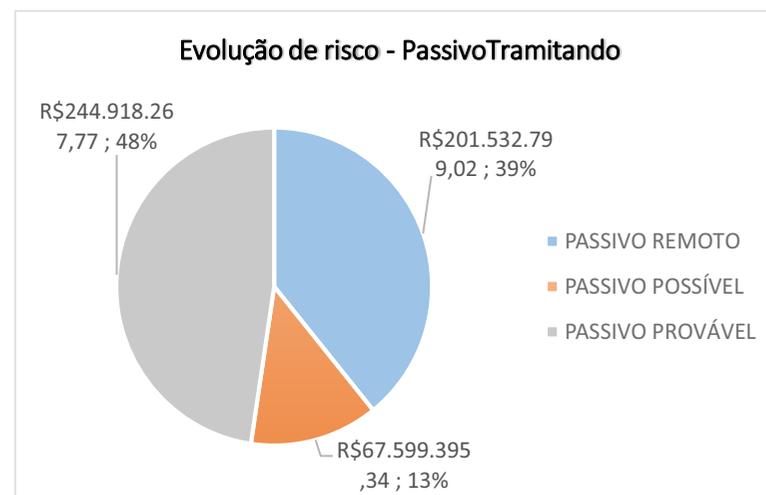


Gráfico 12 – Evolução de Risco



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Resultados da Gestão.

RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS

Análise dos Resultados Alcançados e Expectativas das Metas de Gestão

A Lei 12.815/2013 estabeleceu como diretriz o estímulo à modernização da gestão portuária. O artigo 64 da referida Lei exige que as Companhias Docas firmem com o ministério setorial ao qual estão vinculadas, compromissos de metas e desempenho empresarial. As metas estão relacionadas com a condução de ações de gestão, modernização dos processos e gestão de projetos estruturantes. O cumprimento das metas de gestão trimestrais impacta em uma parcela variável os honorários dos diretores.

A escolha das metas de gestão trimestrais é feita pela Secretaria Nacional dos Portos e Transporte Aquaviário (SNPTA), do Ministério da Infraestrutura, alinhadas com a companhia, sobre as ações estratégicas e táticas aplicáveis no respectivo trimestre. As metas definidas pela SNPTA são validadas e fiscalizadas pelo Conselho de Administração – CONSAD da empresa.

Assim, a criação das metas de gestão gerou mecanismos que facilitam o entendimento das prioridades para execução dos projetos setoriais, aumentou a interlocução entre a companhia e o ministério setorial, no acompanhamento da execução dos projetos, e possibilitou a constatação de eventuais entraves à execução dos mesmos, que podem ser conhecidos, documentados e tratados. Resultando numa convergência de objetivos mensuráveis, bem como a abrangência do envolvimento dos colaboradores na governança da empresa.

O resultados das Metas de Gestão alcançados no ano de 2018 foram avaliados pela SNPTA com os seguintes percentuais (i) 1º trimestre de 2018 88,70%; (ii) 2º trimestre de 2018 86,90%; (iii) 3º trimestre de 2018 97,50%; e (iv) 4º trimestre de 2018 99,20%. As expectativas futuras para o atingimento das metas de gestão são otimistas, tendo em vista que no 1º trimestre de 2019 alcançamos 99,20% do cumprimento das metas.

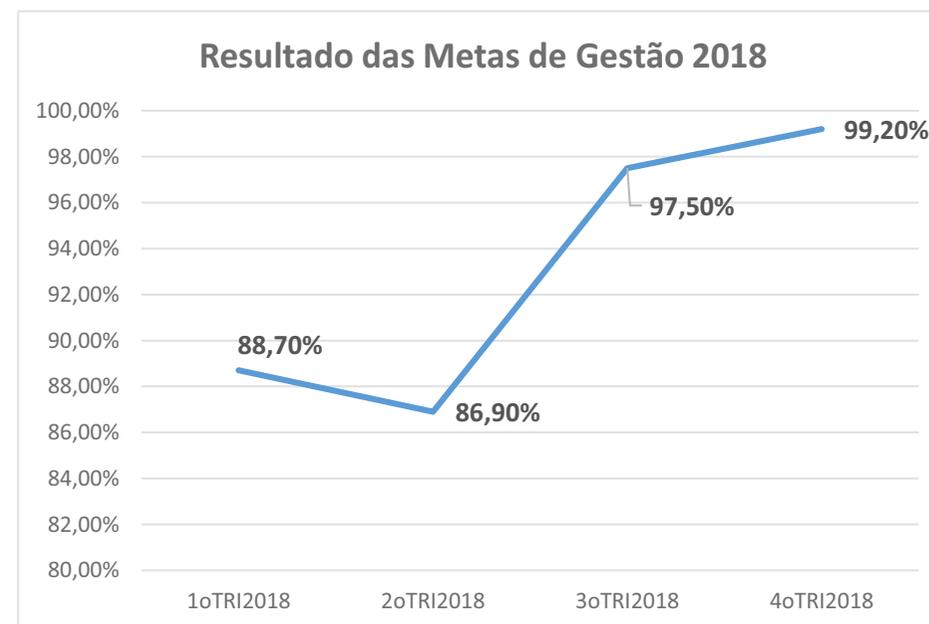


Gráfico 13 – Resultado das Metas 2018

PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS/INICIATIVAS

O gráfico representa os resultados alcançados através das ações propostas frente aos objetivos, para atender o art. 23 § 2º, da Lei 13.303/2016. Foram geradas 71 Iniciativas Estratégicas referente aos 17 (dezessete) Objetivos Estratégicos. Dessas 71 Iniciativas Estratégicas, 24 foram concluídas e 47 encontram-se em processo de andamento.

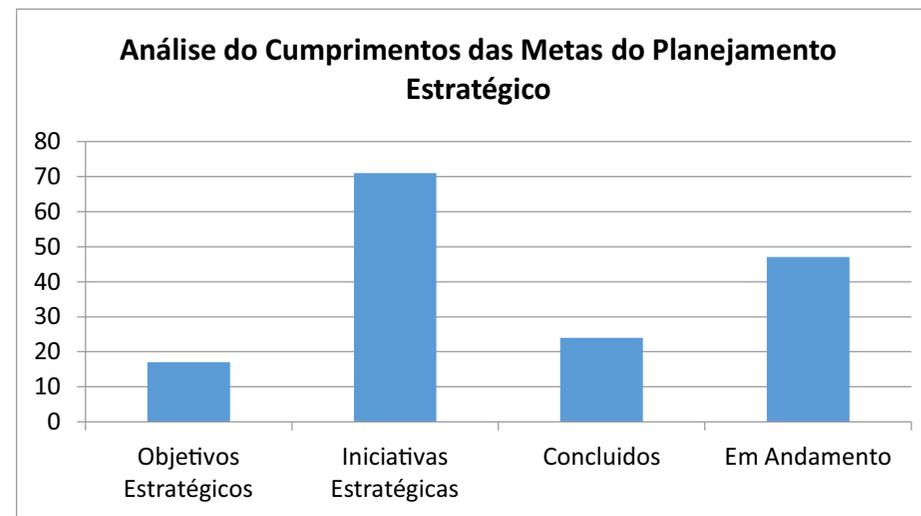


Gráfico 14 – Análise dos Cumprimento das Metas

Detalhamento de Relevância, Valores Aplicados, Resultados e Impactos

O Acompanhamento dos principais projetos e programas da cadeia de valor no que se refere a relevância, valores aplicados, resultados e impactos vem sendo acompanhado informalmente. A Companhia vem buscando focar na implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO) e a automação de processos. Hoje contamos com uma Gerência específica para acompanhamento dos principais projetos com recursos externos, subdivididos em dois grandes programas de governo, quais sejam: Programa 2086 Transporte Aquaviário, com treze ações e com metas parcialmente atendidas evidenciadas pela baixa execução orçamentária que contempla dentre outros o Projeto de Modernização Portuária para Implantação dos Sistemas de Apoio e Gestão de Tráfego de Navios – VTMS, Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, a Expansão do Terminal 1 no Porto do Rio de Janeiro (reembolso de financiamento), Adequações das instalações gerais e de suprimentos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, Implantação do sistema de sinalização náutica e Estudos para o Planejamento do Setor portuário; e o 0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais, são investimentos continuados para a manutenção de bens móveis e imóveis, inclusive de tecnologia da informação, com três ações no Orçamento de Investimento da Companhia. Esse programa traduz sua função menos relevante,

destinando-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional. Dentro da Cadeia de valor, considerando as ações implementadas a partir dos objetivos estratégicos, acompanhamos os projetos com necessidade de recursos financeiros como os citados acima e aqueles que por sua natureza se enquadram na categoria de projetos Político/Administrativo, os quais vêm sendo acompanhados através das ações alinhadas a cada objetivo estratégico constantes da Análise das Metas e Resultados do Planejamento Estratégico com horizonte até 2020.

INDICADORES DE DESEMPENHO

A CDRJ acompanha e avalia o resultado dos seus processos de trabalho por meio de um conjunto de Indicadores de Desempenho, que representam métricas de controle que denotam resultados das ações realizadas.

Além disso, estes indicadores estão associados aos Objetivos Estratégicos da CDRJ, com profunda relação aos fatores críticos de sucesso do negócio, visando uma melhor organização da Companhia e assim fazer com que seu desempenho, qualidade de serviço, qualidade de trabalho e agilidade melhorem substancialmente.

Indicadores de Desempenho Operacional

Os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Niterói obtiveram um crescimento expressivo na movimentação de cargas em 2018, fechando o ano com o recorde de 63,8 milhões de toneladas. O número representa um aumento de 7% em relação a 2017, quando foram movimentadas 59,6 milhões de toneladas. O acréscimo, em toneladas, de 22,6% da carga containerizada e de 5,5% dos Granéis Sólidos influenciou a evolução do total movimentado pela Companhia. O trigo (aumento de 16%), o sal (114%), o gesso (56%), Roll-on/Roll-off (19%) e a carga containerizada (22,6%) foram os produtos com os acréscimos de maior destaque.

O Porto do Rio de Janeiro registrou um crescimento expressivo de 12,1% na movimentação total, que atingiu a marca de 7.127.318 toneladas. Na carga containerizada, o destaque foi o aumento de 73% na importação de longo curso da Arrendatária Libra. No caso da Arrendatária Multiterminais, tanto a importação como a exportação de longo curso registraram aumento de 29% e 14%, respectivamente.

Já o Porto de Itaguaí, com 56.604.586 toneladas movimentadas, registrou um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior. Destaque para o crescimento de 5,4% na movimentação de granéis sólidos, ocasionado pela ampliação da exportação do minério de ferro em 8%, e para o

expressivo crescimento de 33,4% na movimentação de contêineres. A arrendatária Sepetiba Tecon movimentou o equivalente a 4.034.128 toneladas em 2018, ante pouco mais de 3 milhões em 2017. Essa tonelage foi derivada da movimentação de 415.907 TEUs, ante 246.033 TEUs movimentados entre janeiro e dezembro de 2017.

No total, a CDRJ movimentou o equivalente a 763.688 TEUs nas duas unidades (Rio de Janeiro e Itaguaí), o que representa um incremento de 25,3% em relação ao ano anterior. Apesar da pequena representatividade em termos de tonelada movimentada (44.603), o Porto de Niterói alcançou um crescimento 101,6%, em relação ao ano de 2017, atribuído à demanda da atividade offshore.

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Período	Melhor Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
	Relação da movimentação física acumulada (em volume) e o total nacional acumulado, no mês corrente, por perfil de carga: granel líquido, granel sólido, carga geral etc.	$= \left(\frac{\text{Carga i}}{\text{Total Nacional}} \right) \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor												
	CARGA CONTEINERIZADA		%	Mensal	Quanto maior melhor	6,68	6,47	6,44	6,07	6,96	6,51	7,04	6,68	7,19	6,98	7,07	7,53
Market Share no Complexo Portuário (por perfil de carga + volume)	CARGA GERAL SOLTA		%	Mensal	Quanto maior melhor	8,51	11,46	9,61	6,62	9,91	8,06	8,05	8,20	8,97	12,36	6,17	4,86
	GRANEL SÓLIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	14,13	16,87	15,11	13,96	14,94	14,38	15,08	15,20	15,01	16,45	15,28	17,21
	GRANEL LÍQUIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	7,24	7,89	6,36	6,45	7,34	6,99	6,29	8,85	8,68	6,73	6,51	7,14
	TOTAL - SOMATÓRIO DE CARGA BRUTA		%	Mensal	Quanto maior melhor	11,37	13,50	12,04	11,24	12,42	11,89	12,17	12,64	12,70	13,12	12,12	13,45

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Periodo	Meio Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	
Market Share no Porto Organizado (por perfil de carga - volume)	Relação da movimentação física acumulada (em volume) e o total nacional acumulado (em volume), no mês corrente, por perfil de carga: granel líquido, granel sólido, carga geral, etc. à exceção de TUPs.	$\frac{\text{Movimentação física acumulada (em volume)}}{\text{Total nacional acumulado (em volume)}}$	%	Mensal	Quanto maior melhor													
	PORTO DO RIO DE JANEIRO																	
	CARGA CONTEINERIZADA		%	Mensal	Quanto maior melhor	4,79	4,50	4,31	4,46	5,23	4,33	5,00	5,24	5,57	5,49	5,11	5,49	
	CARGA GERAL SOLTA		%	Mensal	Quanto maior melhor	6,73	6,23	4,42	0,92	1,10	3,66	5,29	4,23	6,95	6,34	3,29	2,94	
	GRANEL SÓLIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	1,15	0,32	0,38	0,62	0,46	0,04	0,26	0,60	0,43	0,94	0,27	0,38	
	GRANEL LÍQUIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,12	0,33	0,24	0,19	
	PORTO DE ITAGUAÍ																	
	CARGA CONTEINERIZADA		%	Mensal	Quanto maior melhor	4,66	4,39	4,70	3,88	4,40	4,79	4,77	3,88	4,41	4,28	4,96	5,17	
	CARGA GERAL SOLTA		%	Mensal	Quanto maior melhor	5,01	6,71	5,83	0,00	6,89	2,79	3,46	2,27	2,99	4,71	2,28	3,15	
	GRANEL SÓLIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	26,26	20,03	21,60	20,01	23,69	23,89	22,88	22,34	23,00	28,35	26,23	28,87	
	GRANEL LÍQUIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PORTO DE NITERÓI																	
	CARGA CONTEINERIZADA		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CARGA GERAL SOLTA		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,13	0,19	0,20	0,27	0,13	0,31	0,17	0,12	0,33	0,19	0,05	0,09	
	GRANEL SÓLIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	GRANEL LÍQUIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PORTO DE ANGRA DOS REIS																	
	CARGA CONTEINERIZADA		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CARGA GERAL SOLTA		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	GRANEL SÓLIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GRANEL LÍQUIDO		%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Período	Melhor Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Market Share no Complexo Portuário (por perfil de carga Valor)	Relação da movimentação física acumulada (em valor) e o total nacional acumulado, no mês corrente, por perfil de carga: granel líquido, granel sólido, carga geral etc.	$\frac{\text{Movimentação física acumulada}}{\text{Total nacional acumulado}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor												
	PORTO DO RIO DE JANEIRO		%	Mensal	Quanto maior melhor	3,80	3,61	3,14	4,18	2,33	2,57	2,03	2,13	1,76	2,05	3,15	3,10
	PORTO DE ITAGUAÍ		%	Mensal	Quanto maior melhor	10,93	10,46	8,12	9,59	7,27	7,12	6,75	5,50	6,50	6,30	5,80	14,19
	PORTO DE NITERÓI		%	Mensal	Quanto maior melhor	6,54	6,80	7,03	6,50	6,30	4,50	20,18	4,76	24,03	22,31	8,60	9,72
CDRJ			%	Mensal	Quanto maior melhor	21,27	15,91	11,39	15,24	11,03	10,65	28,96	9,18	25,82	26,29	25,15	23,92
Distribuição modal no acesso ao porto	Avaliação do percentual de cargas que chega ao porto através de cada um dos modais de transportes.	$\frac{\text{Carga por modal}}{\text{Modal Porto}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor												
	PORTO DO RIO DE JANEIRO																
	Modal Ferroviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	19	27,00%	23%	19%	13%	20%	19%	14%	20%	15%	22%	20%
	Modal Dutoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	2	5,00	3%	7%	4%	5%	3%	3%	4%	3%	2%	2%
	Modal Rodoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	79	68,00	74%	74%	83%	76%	78%	83%	76%	83%	75%	78%
	PORTO DE ITAGUAÍ																
	Modal Ferroviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	89	89,00	91%	92%	92%	92%	92%	92%	92%	91%	92%	92%
	Modal Dutoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	0	0,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Modal Rodoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	11	11%	9%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	9%	8%	8%
	PORTO DE NITERÓI																
	Modal Ferroviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Modal Dutoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Modal Rodoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
PORTO DE ANGRA DOS REIS																	
Modal Ferroviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Modal Dutoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	
Modal Rodoviário		%	Mensal	Quanto maior melhor	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Tabela 14 – Indicadores de Desempenho Operacional

Indicadores de Negócio

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Período	Melhor Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Percentual de Cumprimento das Metas de Gestão	Proporção entre o total de metas atingidas e o total de metas estabelecidas.	$= \frac{\text{Metas Atingidas}}{\text{Metas Estabelecidas}} \times 100$	%	Trimestral	Quanto maior melhor		88,7			86,9			99,2			99,5	
Índice de resposta aos pedidos de informação dentro do prazo	Quantidade de pedidos de acesso à informação respondidos dentro do prazo (20 dias, podendo ser prorrogados por mais 10, desde que justificado)	$= \frac{\sum(\text{Respostas dentro do prazo})}{\sum(\text{Pedidos totais})} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor	85,71	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Tempo médio de resposta aos pedidos de informação	Tempo médio de resposta aos pedidos de informação	$= \frac{\sum(\text{Tempo de resposta})}{\sum(\text{Pedidos totais})}$	Dias	Mensal	Quanto menor melhor	12,00	12,17	7,86	13,00	7,75	6,00	6,00	2,00	7,66	9,40	9,20	2,75
Categoria de pedidos	Representatividade dos processos por finalidade sobre o total de processos	$= \frac{\sum(\text{Processos por finalidade})}{\text{Total de processos}} \times 100$	%	Mensal	-												
	RECLAMAÇÃO		%	Mensal	-	12,50	18,20	-	33,33	16,66	100,00	33,33	33,33	12,50	25,00	20,00	60,00
	INFORMAÇÃO		%	Mensal	-	50,00	54,50	-	16,67	16,67	-	16,67	-	25,00	-	40,00	-
	DENÚNCIA		%	Mensal	-	25,00	18,20	100,00	16,67	50,00	-	33,33	66,67	62,50	75,00	20,00	-
	ELOGIO		%	Mensal	-	-	-	-	33,33	-	-	-	-	-	-	-	40,00
	CRÍTICA		%	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice de atendimentos em até 30 dias	Proporção de atendimentos dentro dos 30 dias em relação ao total de atendimentos, em período determinado	$= \frac{\text{Atendimentos em até 30 dias}}{\text{Total de atendimentos}} \times 100$	%	Semestral	Quanto maior melhor	91,89			93,43								
Favorabilidade de mídia	Proporção de matérias positivas publicadas sobre a Companhia.		%	Trimestral	Quanto maior melhor		100,00%			82,06%			82,30%			100,00%	

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Período	Melhor Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Portos de Auditoria Sanados	Portos sanados X Portos constatados	$X = \frac{\text{Portos sanados}}{\text{Portos constatados}} \times 100$	%	Semestral	Quanto maior melhor				12,50%						48,91%		
Cumprimento do PAINT	Ações executadas X Ações totais previstas no PAINT	$X = \frac{\text{Ações executadas}}{\text{Ações previstas}} \times 100$	%	Trimestral	Quanto maior melhor		100,00%			75,00%			100,00%			100,00%	

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Período	Melhor Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Fluxo de Caixa Operacional (FCO) sobre EBITDA	Mensurar o quanto efetivamente de caixa uma empresa está gerando, considerando as variações nos saldos do ativo ou passivo.	$= \frac{\sum (FCO) - \sum (FCO)_{inicial}}{\sum (EBITDA)}$	Valor	Mensal	Quanto maior melhor	4,02	1,47	8,81	-0,26	-0,19	-0,12	-0,10	-0,12	-0,10	-0,10	-0,13	-0,11
Retorno sobre o Capital Ajustado	Proporção do EBITDA sobre o Patrimônio Líquido + Empréstimos + Financiamentos	$= \frac{EBITDA - \text{Lucro Líquido} + RPJ + CSSL + \text{Resultado Financeiro} + \text{Depreciação}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Empréstimos} + \text{Financiamentos}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00	0,01	0,11	0,16	0,22	0,31	0,29	0,37	0,34	0,28	0,25	0,53
Taxa de participação de despesas com pessoal e encargos	Proporção entre as despesas com pessoal e encargos e a receita operacional auferida, no mês corrente.	$= \frac{\text{Despesas com pessoal e encargos}}{\text{Receita Operacional}} \times 100$	%	Mensal	Quanto menor melhor	68,62	36,48	72,33	72,47	73,15	70,40	67,99	68,93	52,32	59,70	64,57	71,32
Taxa de participação da Despesa Operacional sobre Receita Operacional	Proporção das Despesas Operacionais e as Receitas Operacionais, no mês corrente.	$= \frac{\text{Despesas Operacionais}}{\text{Receitas Operacionais}} \times 100$	%	Quadrimestral	Quanto menor melhor	93,78	43,74	126,83	107,06	97,00	243,30	76,79	90,11	69,11	88,46	42,70	188,47
Índice de autossuficiência tarifária	Proporção entre a Receita Tarifária e as Despesas Operacionais, no período.	$= \frac{\text{Receita Tarifária}}{\text{Despesas Operacionais}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor	30,25	27,31	29,26	23,48	22,65	10,98	30,99	29,25	39,84	29,41	47,55	9,80
Proporção em representação entre as receitas (tarifárias e total)	Representatividade de valor da receita tarifária	$= \frac{\text{"Receita Tarifária"}}{\text{Receitas Totais}} \times 100$	%	Mensal	-	28,37	11,94	37,12	25,14	21,97	26,72	26,90	26,36	27,53	26,02	20,30	18,47
Índice de arrecadação da receita patrimonial futura	Proporção da receita patrimonial arrecadada líquida e a Receita patrimonial futura, no mês corrente.	$= \frac{\text{Receita Patrimonial Arrecadada}}{\text{Receita Patrimonial Futura}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10	79,10
Proporção em representação entre as receitas (patrimonial e total)	Representatividade de valor da receita patrimonial	$= \frac{\text{"Receita Patrimonial"}}{\text{Receitas Totais}} \times 100$	%	Mensal	-	2,64	2,13	3,61	3,52	3,34	3,25	3,03	2,95	2,99	2,84	3,20	2,28
Imobilização do Patrimônio Líquido	Relação do Patrimônio Líquido que está aplicado no Ativo Permanente	$= \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	%	Mensal	Quanto menor melhor	-109,75	-109,67	-110,82	-109,55	-109,52	-109,46	-109,42	-109,34	-109,30	-109,21	-109,32	-164,37
Lucratividade	Lucratividade do negócio	$= \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receitas Totais}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor	93,78	43,74	126,83	107,06	97,00	243,30	86,79	90,11	69,11	88,46	42,70	188,47

Indicador	Descrição	Cálculo	Unidade de Medida	Período	Melhor Sentido	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18
Porcentual de execução de investimentos previstos no PDG	Porcentual de execução do orçamento de investimentos da Companhia	$= \frac{\text{Investimentos Realizados}}{\text{Investimentos Previstos}} \times 100$	%	Mensal	Quanto mais perto de 100% melhor	0,00%	0,13%	1,31%	3,93%	11,00%	11,00%	12,12%	15,61%	16,53%	22,60%	22,60%	59,36%
Execução do Orçamento de Investimentos	Proporção entre a Execução do Orçamento de Investimentos e o Limite anual do PDG para investimentos, definido para o ano corrente.	$= \frac{\text{Execução do Orçamento}}{\text{Limite Anual do PDG}} \times 100$	%	Mensal	Quanto maior melhor	0,00%	0,09%	0,93%	2,78%	7,78%	7,78%	8,58%	11,05%	11,70%	15,99%	15,99%	42,01%
Orçamento realizado (PDG) - Recurso (sempre acumulado até mês)	Índice para avaliar a execução do orçamento que foi faturado pela Companhia x orçamento que era previsto para ser faturado	$= \frac{\text{Recurso Realizado}}{\text{Orçamento Previsto}} \times 100$	%	Mensal	Quanto mais próximo de 100% melhor	7,79%	22,99%	29,61%	35,50%	44,57%	52,11%	60,06%	69,12%	77,82%	86,95%	95,02%	110,44%
Orçamento realizado (PDG) - Dispendio (sempre acumulado até mês)	Índice para avaliar a execução dos dispêndios realizados x orçamento acumulado previsto, o que exceder o gasto acima de 10%, obrigatório justificar à SEP.	$= \frac{\text{Dispendio Realizado}}{\text{Orçamento Acumulado}} \times 100$	%	Mensal	Quanto mais próximo de 100% melhor	4,61%	10,36%	16,20%	24,29%	30,91%	39,76%	44,81%	50,66%	58,45%	70,95%	78,29%	92,78%

RESERVAÇÕES: Execução abaixo do planejado devido a projetos em fase de licitação. Alguns projetos não têm recursos aprovados suficientes para dar prosseguimento a licitação. O resultado acima do planejado para Orçamento realizado se deu devido a melhoria na movimentação de cargas. Execução abaixo do planejado porém com algumas extrapolações nas cobranças de bloqueios judiciais.

Tabela 15 – Indicadores de Negócio

PERSPECTIVA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, almeja para os próximos exercícios o cumprimento das Iniciativas Estratégicas que tem como base as perspectivas financeiras, processos internos, clientes e aprendizado e crescimento formando um conjunto dependente e harmonioso de ações para alcançar os resultados pretendidos.

Desafios e Incertezas para o Planejamento Estratégico

No cenário das quatro perspectivas estratégicas (Financeiro, Clientes, Processos, Aprendizado e Crescimento) nosso desafio está pautado no desenvolvimento e direcionamento estratégico dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói. Nosso objetivo estratégico vem sendo alcançados na proporção que a Alta Direção da Companhia prioriza as iniciativas estratégicas em desdobramento de Ações as quais são acompanhadas e monitoradas através de seus respectivos status. As nossas incertezas continuam avaliadas através da Análise SWOT, ferramenta utilizada para análise competitiva do ambiente interno e externo. O nosso ambiente interno pode ser controlado pela Companhia com o objetivo de manter e potencializar seus pontos fortes e atuar no sentido de eliminar ou atenuar os pontos fracos. O ambiente externo está fora do nosso controle por isso a Companhia deve conhecê-lo e monitorá-lo, a fim de aproveitar as oportunidades, bem como, mitigar as ameaças caso venham interferir negativamente na atividade da empresa.

Desempenho Futuro

As discussões para o desempenho futuro, inclui o ambiente Externo e os riscos seguido de uma análise de como os mesmos podem afetar a realização dos objetivos estratégicos.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUARIA

Alocação de recursos e
Áreas Especiais de
Gestão.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

ESTRATÉGIA – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O decreto nº 9.240/2017 aprovou o Programa de Dispêndios Globais para o exercício de 2018 com uma dotação total de R\$ 425,5 milhões, correspondendo R\$ 398,3 milhões para despesas correntes e R\$ 47,4 milhões para despesas de capital. A lei nº 13.587/2018 (LOA/2018) aprovou o Orçamento de Investimentos (total das despesas de capital). Os ajustes no decorrer do exercício elevaram o orçamento total para R\$ 530,1 milhões.

Em real R\$

Ato Legal	Dotação	Correntes	Capital	TOTAL
Decreto nº 9.240/2017	Dotação Inicial	398.275	47.412	445.687
Portaria nº 381/2018-MP	Reprogramação	467.460	62.593	530.053
Ofício nº 108169/2018-MP	Remanejamento	467.460	62.593	530.053

Tabela 16 – Gestão Orçamentária e Financeira

Evolução das Despesas 2014-2018

Em mil R\$

	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	434.285	413.107	399.184	435.361	465.504
Capital	14.406	31.821	136.281	28.122	26.297
TOTAL	448.691	444.928	535.465	463.483	491.801

Tabela 17 – Evolução das Despesas 2014-2018

A partir de 2015, a crise econômica brasileira se aprofundou juntamente com o conturbado cenário político e o processo de impeachment da presidente da República. Essa crise gerou uma acentuada queda nas receitas próprias, sendo necessários cortes orçamentários no intuito de buscar o equilíbrio das contas. Em 2017 houve uma melhora no cenário econômico e político, confirmado em 2018, retomando o patamar do ano de 2014.

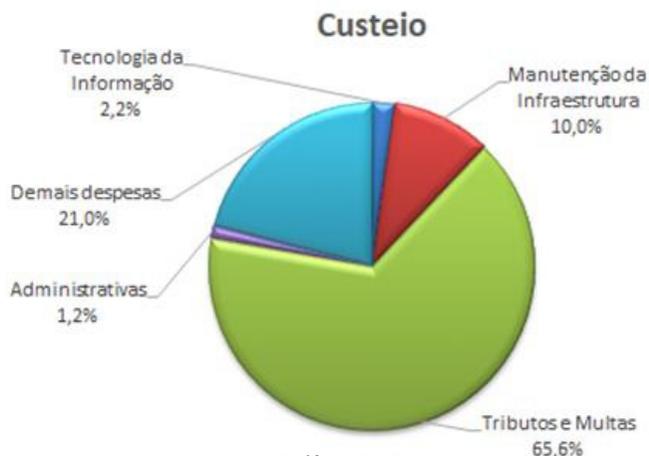


Gráfico 15 – Custeio



Gráfico 16 – Gastos com Pessoal



Gráfico 17 – Investimentos

Evolução das Despesas 2014-2018

Em 2018, as despesas de custeio executaram um total de R\$ 108,3 milhões, os quais incluem despesas com manutenção e conservação da infraestrutura operacional e administrativa, além tributos diversos e outros gastos com custeio.

Os gastos com pessoal mantiveram o nível de execução do exercício anterior, porém com um crescimento das demandas judiciais trabalhistas. Os outros gastos que compõem esse grupo compensaram esse aumento.

Nos investimentos, destacam-se o reembolso do financiamento das Obras do Terminal 1 no Porto do Rio de Janeiro e a Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios.

Previsão e Execução das Despesas em 2018 e 2017

Despesa	2018		2017		Variação R\$ =b-d	Variação % =b/d
	Dotação (a)	Executado (b)	Dotação (c)	Executado (d)		
Gastos com Pessoal	352.754.605	357.160.800	341.367.237	354.384.975	2.775.826	0,78%
Custeio	114.705.461	108.343.498	84.294.003	81.562.560	26.780.938	32,83%
Investimentos	54.978.028	26.296.647	74.635.105	28.122.259	(1.825.612)	-6,49%
TOTAL	522.438.094	491.800.945	500.296.345	464.069.793	27.731.152	5,98%

Tabela 18 – Previsão e Execução das Despesas em 2018-2017

Orçamento de Investimentos – Ações e Projetos

O Orçamento de Investimentos da CDRJ é dividido em dois programas, constantes no Plano Plurianual 2016-2019: Programa 2086 – Transporte Aquaviário e Programa 0807- Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

No Programa 2086 contempla, dentre outros, o Projeto de Modernização Portuária para Implantação dos Sistemas de Apoio e Gestão de Tráfego de Navios – VTMS, Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, a Expansão do Terminal 1 no Porto do Rio de Janeiro (reembolso de financiamento), Adequações das instalações gerais e de suprimentos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, Implantação do sistema de sinalização náutica e Estudos para o Planejamento do Setor portuário. Executado nesse programa R\$ 25,7 milhões.

O Programa 0807 são investimentos continuados para a manutenção de bens móveis e imóveis, inclusive de tecnologia da informação. Executado R\$ 588 mil.

	Lei+Créditos	Disponível	Realizado
2018	54.978.008	44.296.866	26.296.647
0807-Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	4.014.700	3.464.200	587.481
Recursos Próprios	4.014.700	3.464.200	587.481
2086-Transporte Aquaviário	50.963.308	40.832.666	25.709.166
Recursos Tesouro	34.351.300	24.420.658	9.323.933
Recursos Próprios	16.612.008	16.412.008	16.385.233
Total Geral	54.978.008	44.296.866	26.296.647

Tabela 19 – Orçamento de Investimentos

Desempenho Orçamentário – Análise da Execução

Com desempenho semelhante ao exercício anterior, o orçamento de 2018 sofreu com os bloqueios judiciais, que cresceram muito a partir do segundo semestre de 2017, causando extrapolatões com relação a previsão. Porém, o excesso de custos/despesas fixas prejudicaram o equilíbrio das contas, que chegam a 89% da despesa total.

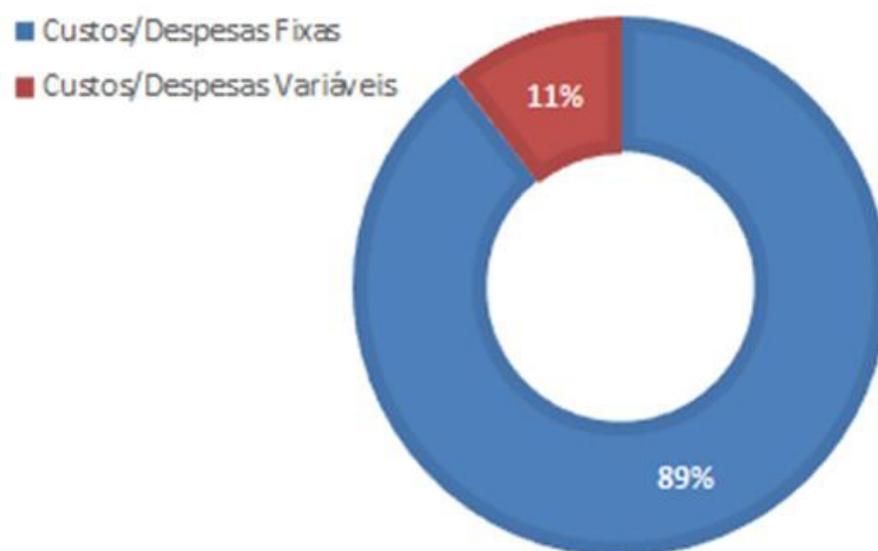


Gráfico 18 – Desempenho Orçamentário

Desempenho Orçamentário – Análise da Execução

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira na CDRJ;

Promover a melhoria da programação e planejamento orçamentário através da metodologia OBZ;

Implementar uma modelagem de custeio baseado em atividades portuárias.

GESTÃO DE PESSOAS

Legislação Aplicada

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tem seu regime de contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Leis das Estatais, Portaria DEST/SE/MP nº 27, de 12 de dezembro de 2012, Resoluções CGPAR dentre outras legislações específicas do TCU e CGU.

O limitador do efetivo máximo dos empregados da CDRJ, é regulamentado pela Portaria, nº 17, de 22 de dezembro de 2015 da Secretaria Executiva do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Análise dos Indicadores de Gestão de Pessoas

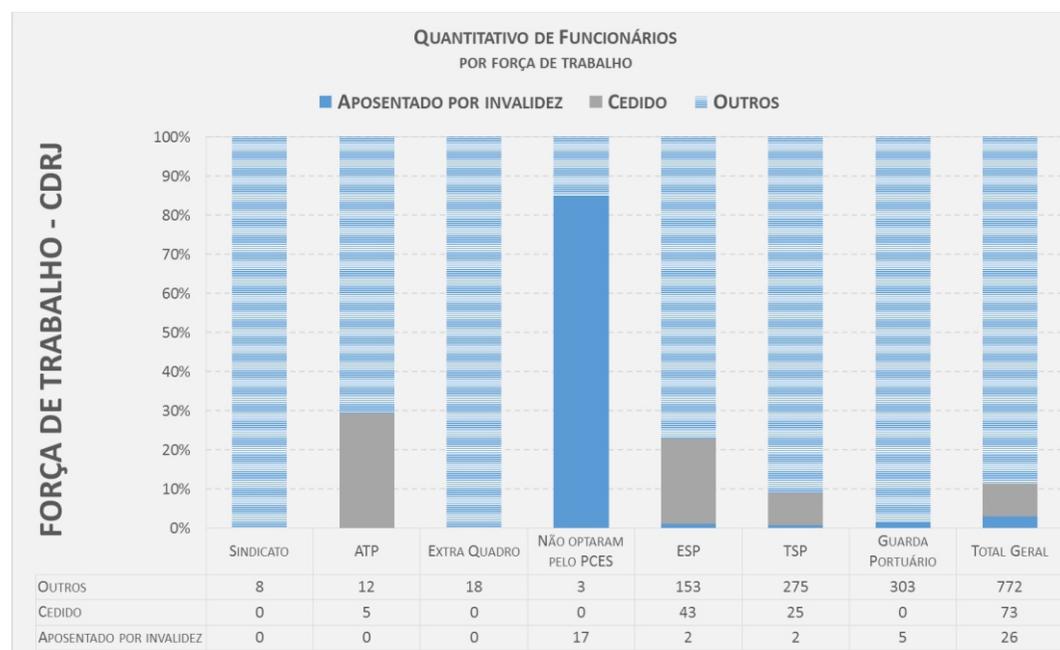


Gráfico 19 – Quantitativo de Funcionários

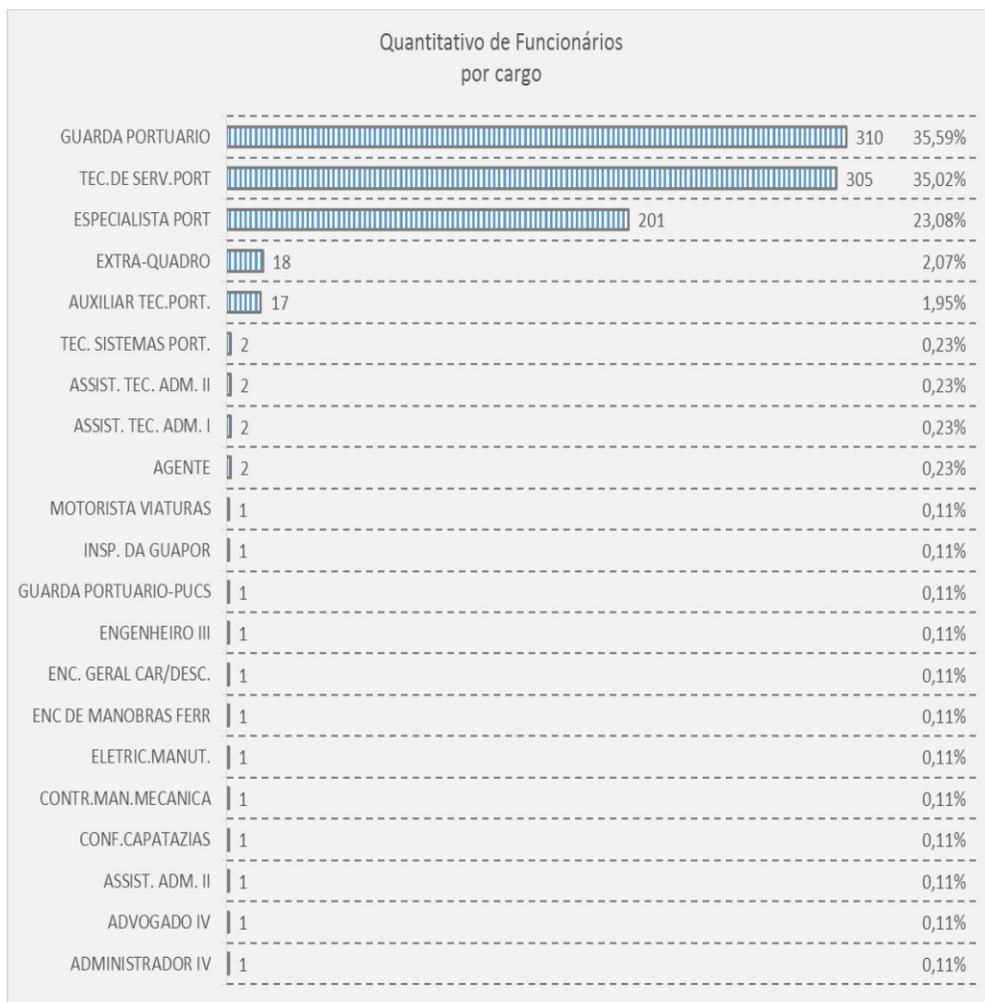


Gráfico 20 – Quantitativo de Funcionários por Cargo

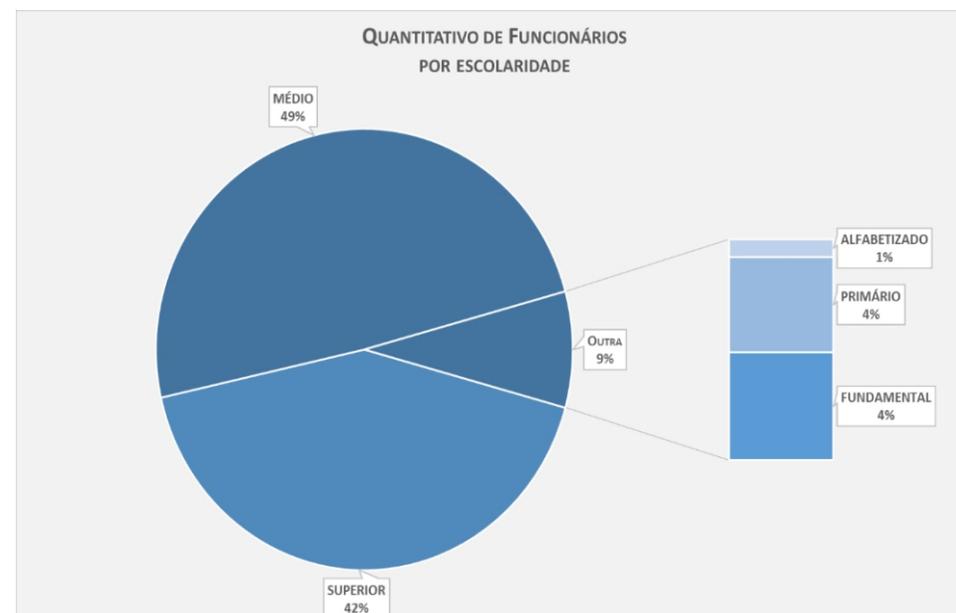


Gráfico 21 – Quantitativo de Funcionários por Escolaridade

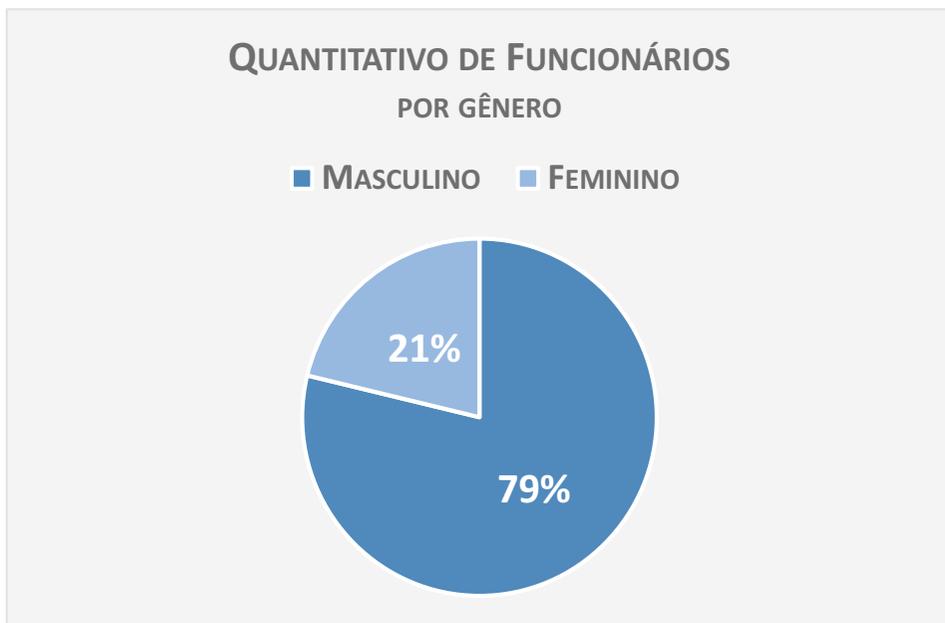


Gráfico 22 – Quantitativo de Funcionários por Gênero

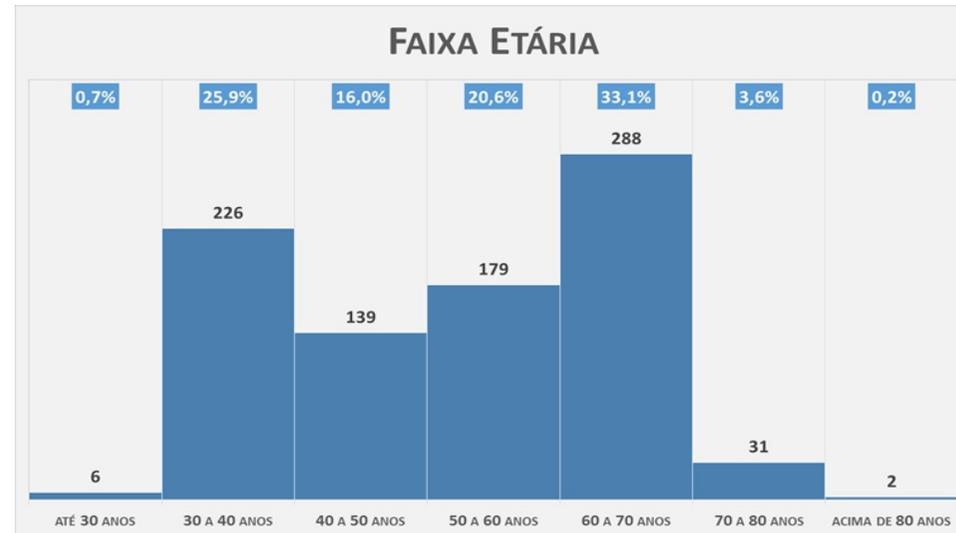


Gráfico 23 – Quantitativo de Funcionários por Faixa Etária

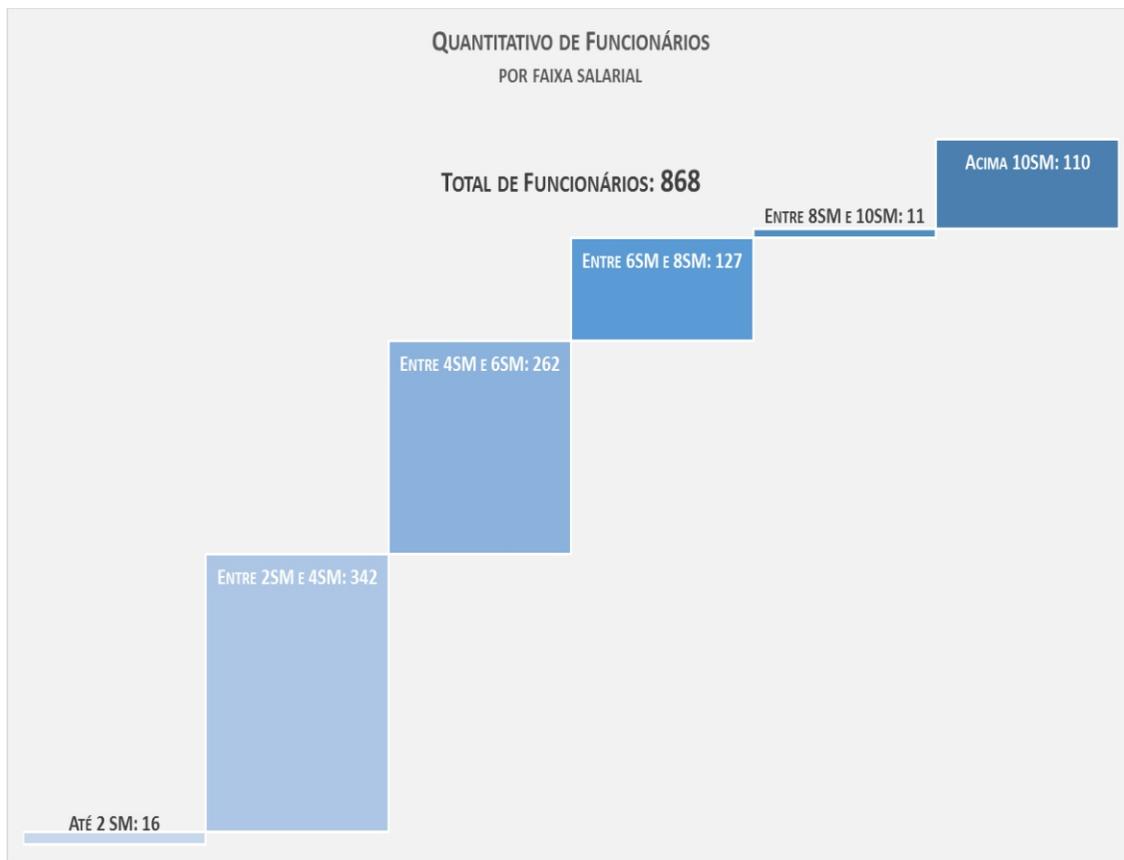


Gráfico 24 – Quantitativo de Funcionários por Faixa Salarial

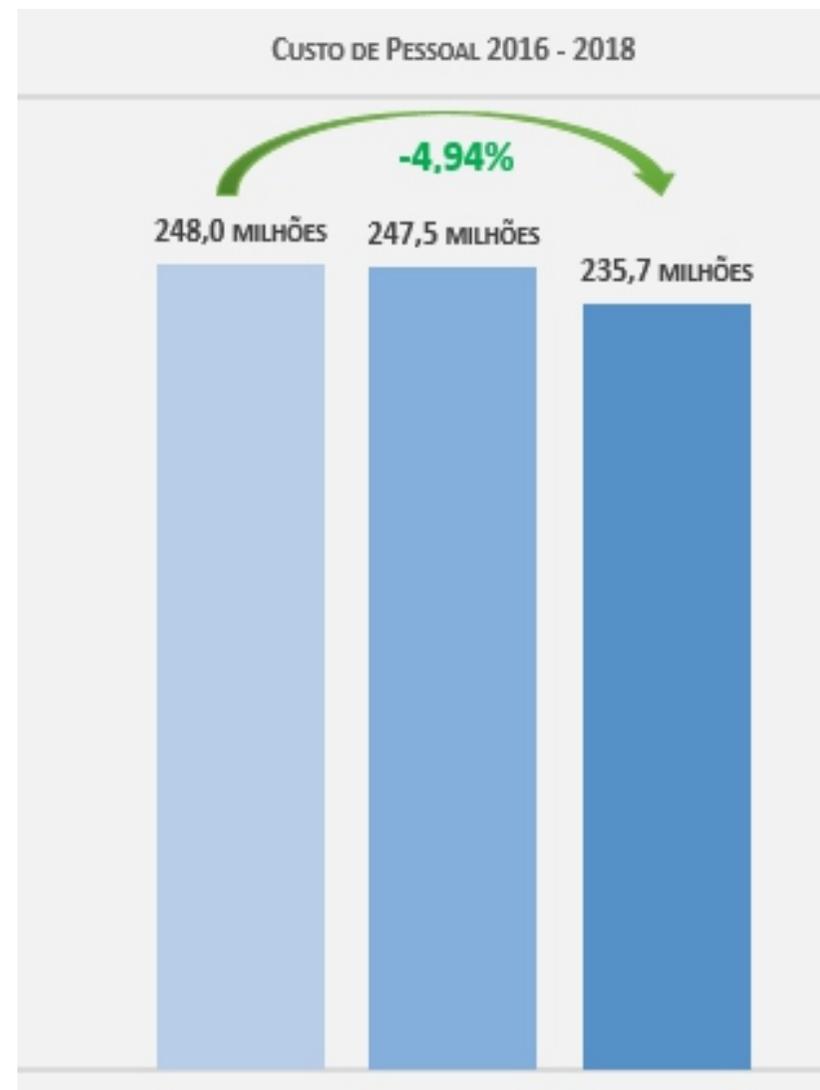


Gráfico 25 – Custo de Pessoal 2016-2018

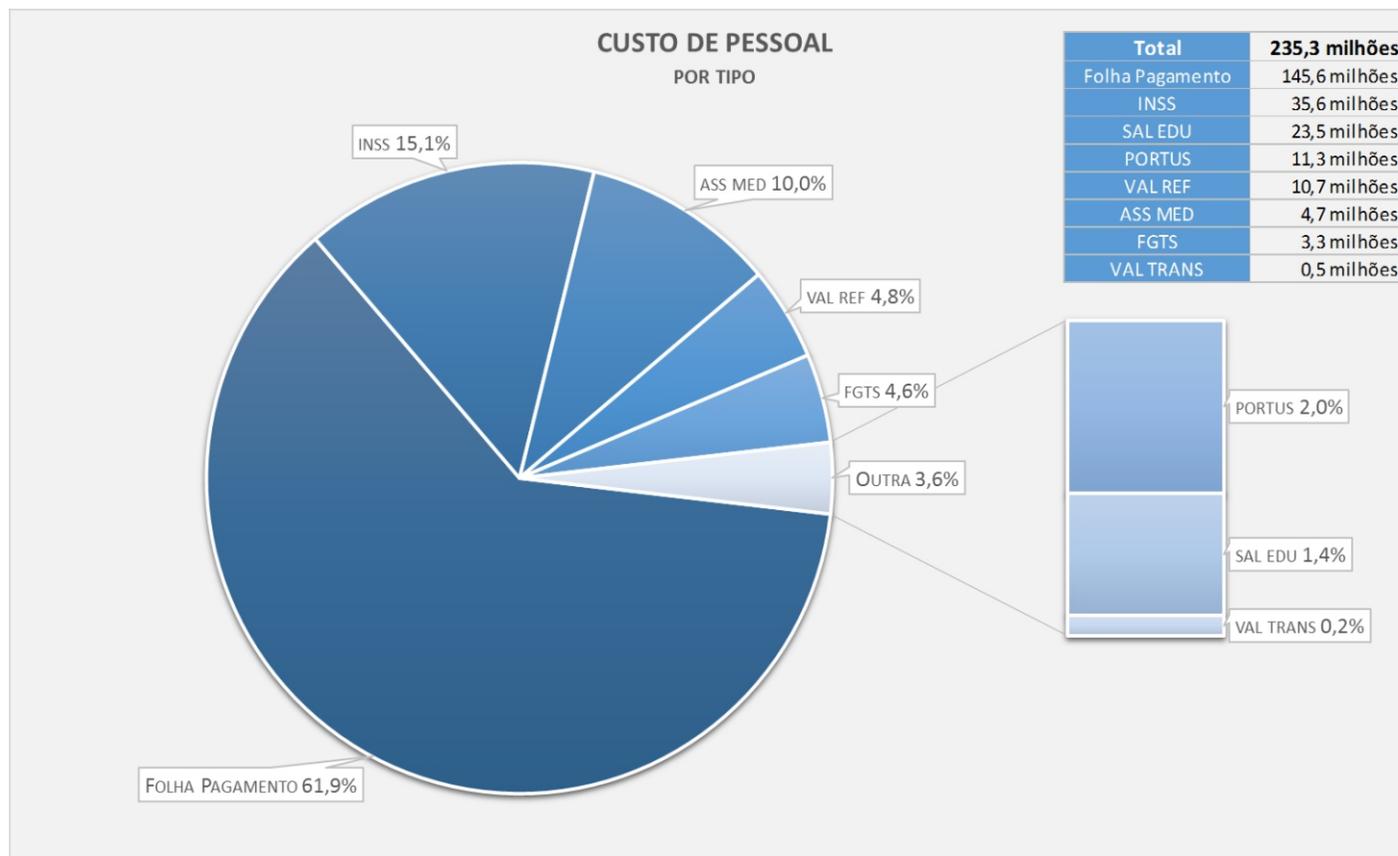


Gráfico 26 – Custo de Pessoal por Tipo

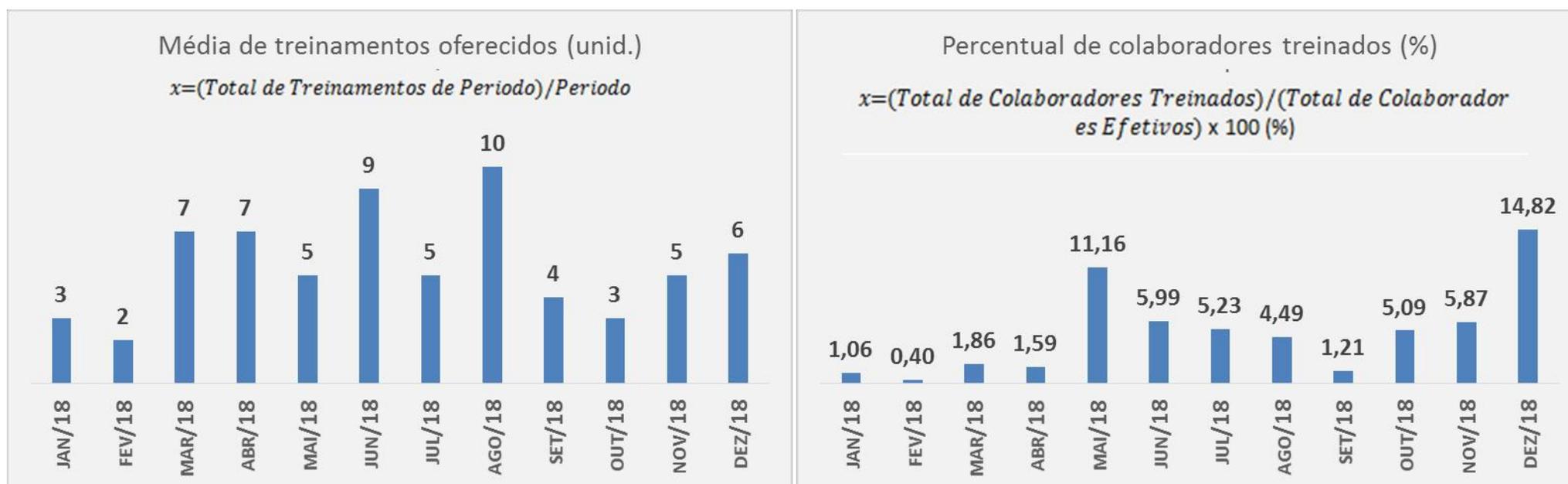


Gráfico 27 – Treinamentos 2018

Política de Remuneração dos Administradores e Membros do Colegiado

A Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado é objeto de Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) que delibera sobre um quadro com a autorização das previsões das remunerações dos diretores, conselheiros e membros do comitê de auditoria. Essa deliberação da AGO ainda é objeto de Nota Técnica da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, vinculada ao Ministério do Planejamento (atualmente vinculada ao Ministério da Economia), que conclui pela aprovação do montante aprovado. As divulgações dos valores são restritas de acordo com o parágrafo 2º do art. 5º do Decreto nº 7.724/12.

Política de Participação dos Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade

As políticas de participação dos empregados e administradores depende dos resultados positivos da entidade no ano de avaliação. No ano de 2018, a companhia teve um prejuízo apurado no valor de R\$ 349.721 mil. Ainda que inferior em 10,09% ao ano de 2017 (R\$ 388.969 mi), não permite a possibilidade de qualquer participação sobre esse resultado negativo. Acrescente-se, ainda, os passivos existentes referentes ao leasing originado da extinção da Portobras e o pagamento da securitização de receitas de contrato de arrendamento, que dificultam ainda mais a efetividade do programa de participação dos empregados e administradores nos resultados da entidade.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

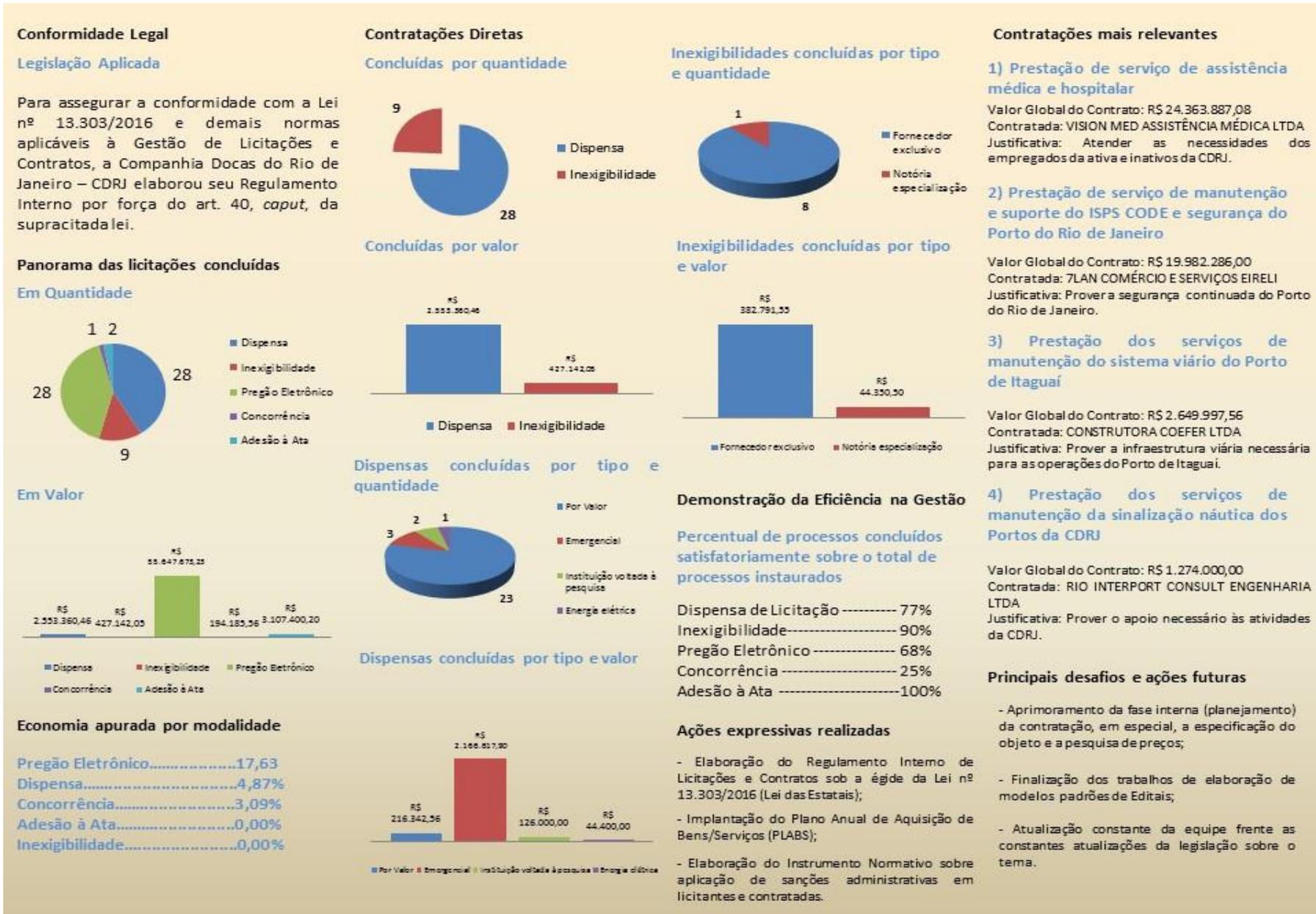


Figura 20 – Gestão de Licitações e Contratos

Avaliação nos Reflexos da Desoneração da Folha de Pagamento nos Contratos de Administração Pública

A CDRJ em 2014 fez referência ao acórdão nº 2859/2013 do tribunal de contas da União - TCU que baseava-se na Lei nº 12.346/2011 que orientava empresas estatais a adotarem medidas necessárias à revisão de seus contratos e a buscar o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados, firmados com empresas beneficiadas pela Lei da desoneração da folha de pagamento.

Logo o diretor presidente da companhia por meio de portaria DIRPRE, criou uma comissão técnica para estudo dos contratos, onde foi concluído que 11 contratos por 9 empresas estariam sujeitos a ressarcimento de valores aos cofres da CDRJ, somando-se o valor de R\$ 670.010,86.

A CDRJ realizou diligências junto as empresas, com envio de cartas, solicitando manifestação acerca do enquadramento como empresa beneficiada pela desoneração.

No final do exercício de 2018 foi constatado que nenhum reembolso havia sido efetuado, sendo que no exercício de 2019, à companhia fará buscas judiciais para reaver os valores devidos.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal da Gestão Patrimonial

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, Autoridade Portuária no Estado do Rio de Janeiro, assegura a conformidade com a legislação e normas aplicáveis a Gestão Patrimonial monitorando o conjunto de normativos e diretrizes estabelecidos e referendados pelo Governo Federal, órgãos de Controle externo e Auditoria Interna.

Nesse contexto, a Companhia Docas do Rio de Janeiro verifica periodicamente, Acórdãos, Leis, regulamentos e especialmente as Resoluções publicadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, órgão que tem o condão de fiscalizar as Autoridades Portuárias.

Desfazimento de Ativos

A Companhia Docas do Rio de Janeiro vem sempre promovendo ações para alienar bens que estejam ociosos nas dependências dos Portos a fim de garantir a eficiência nas operações, bem como trazer receita extra para investimentos.

Neste momento a Companhia Docas do Rio de Janeiro vem promovendo a venda de 21 (vinte e um) lotes de bens inservíveis cuja perspectiva de receita ultrapassa a quantia de R\$ 1.000.000,00. Entre os bens a serem alienados estão sucatas ferrosas de guindastes, empilhadeiras, estrutura de armazéns entre outros. O pedido atualmente encontra-se sob análise da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ (Processo Sei nº 503000021612019-40) para autorização por força da Resolução Antaq Nº 443/2005.

Locação de Imóveis e Equipamentos

A Companhia Docas do Rio de Janeiro atualmente possui diversos imóveis distribuídos em 4 (quatro) Municípios, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Município	Nº de Imóveis	Área (m ²)
Rio de Janeiro	47	1.384.405,24
Niterói	2	44.117
Angra dos Reis	6	163.986
Itaguaí	20	7.603.338
TOTAL	75	9.195.847

Tabela 20 – Locação de Imóveis e Equipamentos

Contratos de Arrendamento Vigentes por Município

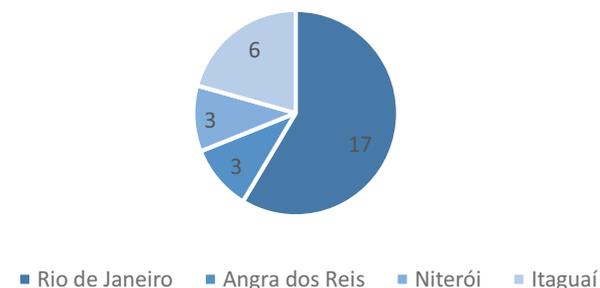


Gráfico 28 – Contratos de Arrendamento Vigentes por Município

Esses imóveis na sua maioria são afetos a atividade portuária e arrendados de acordo com a vocação planejada no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento de cada Porto administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Principais Desafios e Ações Futuras

Regularização das Dívidas de IPTU

A Companhia Docas do Rio de Janeiro vem pleiteando judicialmente a imunidade tributária perante aos Municípios. Todavia, enquanto tais questões ainda se encontram pendentes de resolução, os pagamentos são realizados de maneira parcelada a fim de evitar execuções fiscais e penhoras de bens e/ou receitas.

Regularização de dívidas de Aforamento e Taxa de Ocupação

A Companhia Docas do Rio de Janeiro vem buscando administrativamente na Superintendência de Patrimônio da União – SPU o reconhecimento do domínio pleno das propriedades porque as cobranças recaem sobre imóveis que foram integralizados ao capital social da Companhia. O reconhecimento da titularidade plena dos imóveis terá um impacto de diminuição de dívidas de mais de R\$ 200.000.000,00 que hoje são cobrados indevidamente. A matéria encontra-se em andamento na Superintendência de Patrimônio da União, sendo tratada no Processo Sei nº 04967.01563/2018.93.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal da Gestão de Tecnologia da Informação

A SUPTIN norteia seus instrumentos normativos nas regulamentações do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação), como forma de garantir a aplicação dos processos mais adequados à Administração Pública Federal. Para isso, criou a IN 48/2017 - Padronização de Contratações de TI, com base na SLTI/MP nº 4, de 11 de setembro de 2014, que agora está sendo atualizado para se adequar as recentes IN's SGD/ME nº 1 e 2, de 4 de abril de 2019.

Modelo de Governança de TI

Nos últimos anos, a SUPTIN vem otimizando seu modelo de governança, definindo processos que possibilitem um maior alinhamento da área tecnológica com as áreas estratégicas da Companhia, de modo a entregar resultados mais satisfatórios a longo prazo. Para isso, elaborou os seguintes normativos internos:

- a) Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI
- b) IN 49/2017 - Política de Padronização de Hardware
- c) IN 74/2017 - Política de backup
- d) IN.GERSOL.10.002 - Gerir Suporte da Tecnologia da Informação

Além disso, em colaboração com a SUPGEC, a SUPTIN elaborou seu catálogo de serviços de TI para a definição de metas e indicadores da área de Tecnologia da Informação, com o objetivo de estabelecer uma linha de base para avaliação de resultados na área.

Montantes de Recurso Aplicadas em TI

Visão Geral

No exercício de 2018, a SUPTIN concentrou esforços em projetos associados a modernização de sistemas e infraestrutura, além da manutenção dos contratos já existentes, renovando parcialmente o parque de computadores e desenvolvendo novos sistemas de gestão portuária. Abaixo, observa-se a distribuição de recursos nas rubricas orçamentárias:

Rubrica Orçamentária	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Executada
2218-54 (14KJ)	Imp. de Sis. de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios	R\$ 9.000.000,00	R\$ 5.943.450,80
2218-51 (145B)	Adequação de Instal. Gerais e de Suprimentos RIOPOR	R\$ 2.457.400,00	R\$ 2.457.400,00
2211-02	Material de Informatica e Teleprocessamento	R\$ 1.500.000,00	R\$ 566.972,22
2121-18	Tecnologia da Informação - peças, componentes e softwares	R\$ 589.970,00	R\$ 285.504,78
2131-09	Tecnologia da Informação - Serviços de terceiros	R\$ 6.748.029,00	R\$ 1.384.533,56
2142-12	Telecomunicações	R\$ 487.709,00	R\$ 454.024,02
2142-06	Locação de máquinas copiadoras e projetoras	R\$ 216.322,00	R\$ 265.083,00
2142-17	Locacao de Equip. de Radio comunic. e Telefonia	R\$ 13.373,00	R\$ 11.370,00
Total de recursos definidos		R\$ 21.012.803,00	
Total de recusus Aplicados		R\$ 11.368.338,38	

Tabela 21 – Distribuição de Recursos SUPTIN

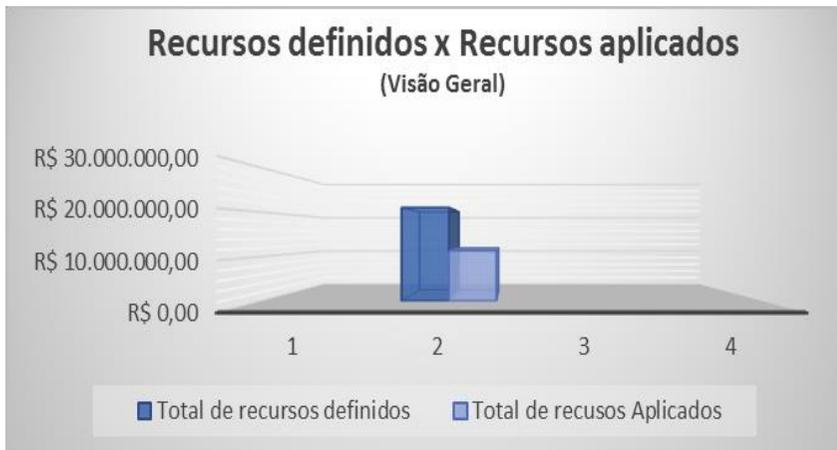


Gráfico 29 – Recursos Definidos X Recursos Aplicados

Visão por Projeto

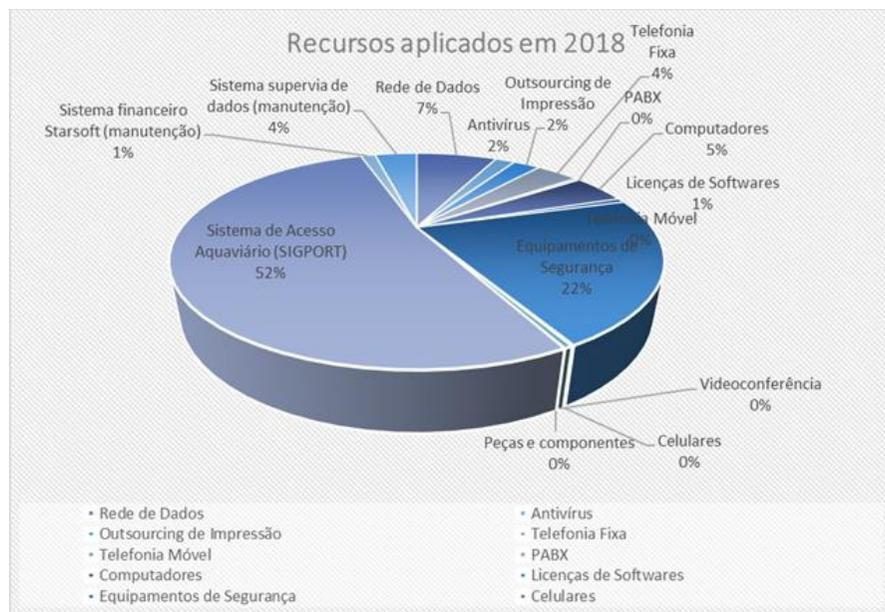


Gráfico 30 – Recursos Aplicados em 2018

Processo	Contrato	Objeto contratado	Recursos aplicados	Rubrica Orçamentária
18736/2017 e 20562/11	C-CDRJ 036/2018	Rede de Dados	R\$ 812.674,33	2131-09
11595/2017	C-CDRJ 087/2017	Antivírus	R\$ 196.265,00	2121-18
28773/2014	C-SUPJUR 034/2015	Outsourcing de Impressão	R\$ 265.083,00	2142-06
20352/2017 e 21625/2011	C-CDRJ 017/2018	Telefonia Fixa	R\$ 418.888,29	2142-12
8858/2016	C-CDRJ 042/2016	Telefonia Móvel	R\$ 35.135,73	2142-12
12827/2012 e 6308/2018	C-CDRJ nº 60/2018	PABX	R\$ 11.370,00	2142-17
11748/2017	OF Nº18/2018	Computadores	R\$ 367.999,19	2211-02
11748/2017	OF Nº19/2018	Computadores	R\$ 147.183,03	2211-02
5792/2018	OF Nº31/2018	Certificado Digital	R\$ 1.449,99	2121-18
9089/2019	C-CDRJ nº 46/2018	Solução de Segurança	R\$ 2.457.400,00	2218-51 (145B)
1386/2018	OF Nº22/2018	Celulares	R\$ 12.790,00	2211-02
15781/2017	C-CDRJ nº 04/2018	Videoconferência	R\$ 39.000,00	2211-02
5309/2018	OF Nº30/2018	Peças e componentes	R\$ 2.295,79	2121-18
5922/2018	OF Nº53/2018	Licença de autoCAD	R\$ 17.500,00	2121-18
5922/2018	OF Nº52/2018	Licença de MS Office	R\$ 67.994,00	2121-18
13776/2016	C-CDRJ 076/2017	Sistema de Acesso Aquaviário	R\$ 5.943.450,80	2218-54 (14KJ)
1794/2016	038/2018	Sistema financeiro Starsoft	R\$ 146.069,95	2131-09
15584/2016	023/2017	Sistema Supervia de dados	R\$ 425.789,28	2131-09
Montante total de recursos aplicados			R\$ 11.368.338,38	

Tabela 22 – Montante Total de Recursos Aplicados

Orçamento Estimado x Orçamento Executado

A não utilização de parte dos recursos destinados à SUPTIN ocorreu devido a diversos fatores, tais como:

- Prolongamento de certame licitatório para aquisição de solução integrada de TI, estimada em R\$ 974.293,33, impossibilitando a utilização dos recursos no exercício de 2018;
- Redução considerável do custo dos projetos licitados (Rede de dados, Telefonia e softwares de escritório), em relação ao custo estimado;
- Redefinição de prioridades nos projetos, como o projeto ISPS-Code, por exemplo, que necessitou de readequação no orçamento e;
- Redefinição do escopo de projetos, para um melhor custo benefício.

Rubrica Orçamentária	Descrição	Valor anual estimado	Valor anual Contratado	Redução
2131-09	Rede de Dados	R\$ 1.995.949,01	R\$ 483.311,52	75,79%
2142-12	PABX	R\$ 15.320,00	R\$ 10.378,00	32,26%
2142-17	Telefonia Fixa	R\$ 352.873,41	R\$ 315.459,30	10,60%
2211-02	Computadores	R\$ 596.688,00	R\$ 515.182,22	13,66%
Valor Total estimado para as contratações		R\$ 2.960.830,42		55,27%
Valor total contratado		R\$ 1.324.331,04		

Tabela 23 – Orçamento Estimado x Orçamento Executado



Gráfico 31 – Redução de Custos em Licitações

Contratações mais relevantes relacionadas a área de TI

A SUPTIN é a responsável por prover soluções tecnológicas que garantam melhorias nos processos de negócio e otimização das atividades operacionais, agregando valor à Companhia. Nesse contexto, destaca-se as seguintes contratações:

Rede de Dados

O projeto que originou o contrato CDRJ nº36/2018 proporcionou uma expansão em quase 70% do alcance da rede local e um aumento de mais de 100% na velocidade dos links de internet, possibilitando a utilização dos sistemas informatizados por uma gama ainda maior de usuários.

Sistema de Acesso Aquaviário

O sistema SIGPORT foi desenvolvido com o objetivo de prover melhorias na operação portuária e otimizar os processos de análise e gestão da atividade portuária. Com esse sistema é possível:

- Automatizar e agilizar todas as atividades do ciclo do tráfego aquaviário (elegíveis);
- Unificar as atividades realizadas em 6 programas e diversas planilhas;
- Integrar atividades de anuentes, parceiros e clientes;
- Incorporar atividades que impactam diretamente no ciclo de tráfego (fiscalizações);
- Dar segurança às informações: qualidade, histórico e rastreabilidade;
- Gerar informações estatísticas e gerenciais.

Aquisição de Computadores

A aquisição de computadores desktops permitiu a substituição de 150 máquinas obsoletas, que comprometiam significativamente o desempenho das atividades dos usuários e a segurança da rede corporativa da CDRJ.

Solução de Segurança de TI

Nova solução de segurança que contempla a aquisição de hardwares e serviços de instalação, configuração, manutenção e atualização dos equipamentos, garante maior segurança e disponibilidade pelo período de 3 anos.

A solução substitui a anterior, que se encontrava sem contrato de manutenção devido a ineficiência do fabricante em atender nossas solicitações e a baixa qualidade do produto.

Projeto ISPS- CODE

Consiste em um sistema de Segurança Portuária, seguindo as determinações da normativa ISPS-Code, sendo elaborado na modalidade outsourcing (locação), contemplando toda a infraestrutura necessária para que a solução funcione 24 horas por dia, com equipes de

manutenção preventiva e corretiva atuando por 36 meses. O projeto foi licitado e contratado em dezembro/2018 e, conseqüentemente, não se utilizou de seu orçamento nesse exercício.

Principais Iniciativas – Sistemas, Projetos e Resultados na área de TI por Cadeia de Valor

Em 2018 a SUPTIN deu continuidade aos projetos iniciados no ano anterior e iniciou novos processos e contratações, de modo a criar uma base estrutural para projetos futuros. Abaixo, pode-se observar a cadeia de valor resultante desse período:

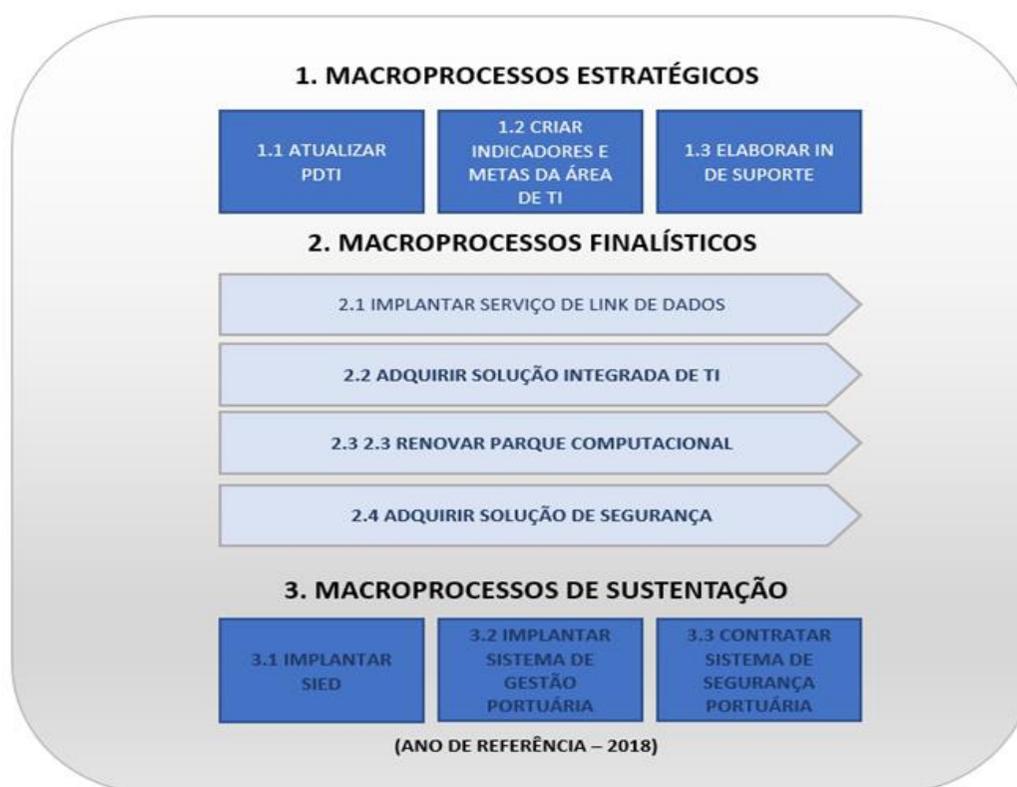


Figura 21 – Sistemas, Projetos e Resultados na Área de TI

Macroprocesso Estratégico



Figura 22 – Macroprocesso Estratégico

Macroprocesso Finalístico



Figura 23 – Macroprocesso Finalístico

Macroprocesso Finalístico

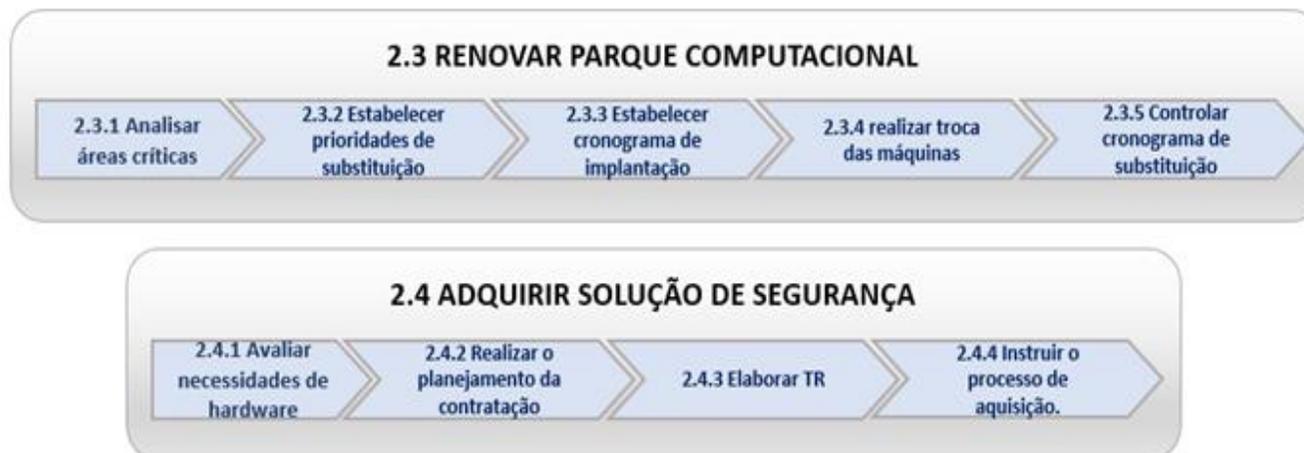


Figura 24 – Processo do Macroprocesso Finalístico

Macroprocesso de Sustentação



Figura 25 – Processo do Macroprocesso de Sustentação

Os projetos mais relevantes da área de TI demandaram, desde a sua concepção à contratação e implantação, um tempo superior a um ano. Desta forma, fica inviável avaliar os resultados obtidos no exercício de 2018 para a maioria dos projetos, onde o cronograma de operação está previsto para meados de 2019.

É importante salientar ainda que, devido a interdependência entre hardware, software e infraestrutura de rede, a geração de resultado na área entre hardware, software e infraestrutura de rede, a geração de resultado na área de TI necessita de diversas contratações anteriores ou paralelas, permitindo assim o pleno funcionamento das soluções. Nesse contexto, questões processuais ou orçamentárias podem afetar significativamente o cronograma de implantação definido.

Segurança da Informação

Tendo em vista que a informação se tornou uma arma estratégica nas organizações, faz-se necessário investir em políticas e insumos tecnológicos que visem garantir a sua integridade, autenticidade e disponibilidade.

A partir de 2017, a SUPTIN instituiu a Política de Segurança da Informação - PSI e vem adotando medidas para o seu cumprimento e atualização. Em seguida, criou a política de backup, definindo as diretrizes para o armazenamento de cópias de segurança de dados e aplicações.

Em 2018, a SUPTIN investiu cerca de R\$ 2.653.665,00 em equipamentos e softwares de segurança, reduzindo drasticamente a vulnerabilidade da rede corporativa da CDRJ.

Principais Desafios e Ações Futuras

Apesar dos esforços envidados, a infraestrutura de TI da CDRJ ainda carece de melhorias significativas. Em muitos casos, conciliar os projetos aos processos de contratação e aos recursos orçamentários disponíveis é um grande desafio. Devido a interdependência já citada anteriormente, a SUPTIN tem criado estratégias, definindo prioridades em seus projetos com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura de base, onde a adesão de novas tecnologias se torne viável. Nesse interim, podemos destacar as seguintes ações em andamento:

Projeto de Cabeamento Estruturado

Visa modernizar e padronizar a infraestrutura cabeada de rede corporativa. A partir desse projeto, será possível atender a diversas exigências da CDRJ, tais como:

- a) Centralizar a comunicação com os relógios de ponto da Companhia;
- b) Utilizar aplicações distribuídas, permitindo que diversas aplicações sejam utilizadas em qualquer parte da empresa, como o SSA, o GED e os sistemas de operação portuária.
- c) Melhorar o tráfego de informações na rede de dados, garantindo maior agilidade no acesso as informações.

Além disso, a partir da modernização do cabeamento estruturado, a CDRJ poderá aderir a tecnologias como a telefonia IP que é, reconhecidamente, uma alternativa melhor a telefonia fixa tradicional.

Projeto de Segurança

Sabe-se que as novas tecnologias têm propiciado um acesso indiscriminado a informação. Com isso, os órgãos reguladores têm visto a necessidade de se criar normas que estabeleçam critério os rigorosos para o acesso e a manutenção de informações em seus sistemas. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, criada em 2018, regula o tratamento de dados pessoais nos ambientes corporativos. Para que a CDRJ se adeque às determinações desse regulamento, será necessário realizar um estudo prévio para avaliar a necessidade de aquisição de softwares de segurança, auditoria e monitoramento, customizações em seus sistemas e serviços específicos. A SUPTIN está envidando esforços necessários para contratar uma consultoria especializada que realize esse levantamento.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

A CDRJ em seu instrumento normativo nº 06.001, referente ao assunto Gerir Compras e Instrumentos Contratuais, estabeleceu critérios de sustentabilidade a serem adotados nos processos de contratação de bens/serviços

Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

A CDRJ vem promovendo a substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

Outra iniciativa aplicada foi a aquisição de novos aparelhos de ar condicionado, os quais apresentam maior eficiência energética.

No porto de Itaguaí as arrendatárias estabeleceram um sistema de reuso o qual serve para prover parte da água utilizada para aspersão nas pilhas de minério.

CDRJ participa da Rede ReciclaPorto para desenvolver ações sustentáveis

09/07/2018



A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) acaba de formalizar sua participação na Rede ReciclaPorto, comitê formado por instituições federais localizadas na região portuária para propor, planejar e realizar programas e projetos conjuntos de responsabilidade socioambiental. A participação foi formalizada em uma Carta de Intenções assinada por todos os dirigentes das instituições envolvidas e é conduzida pela Superintendência de Relação Porto Cidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (SUPMAM).

Além da CDRJ, integram a Rede ReciclaPorto a Alfândega do Porto do Rio de Janeiro (RFB); o Hospital dos Servidores do Estado (HSE); o Instituto Nacional de Tecnologia (INT); a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Rio de Janeiro (FUNASA), a Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (SFA-RJ); e o Tribunal Regional Federal (TRF – 2ª região).

A iniciativa está pautada no atendimento à legislação vigente, incluindo o que determina o Decreto 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta. Nesse sentido, e com essa união de esforços, a SUPMAM/CDRJ pretende implementar, a curto prazo, a coleta seletiva do lixo no âmbito da empresa, passando a destinar para a reciclagem resíduos de materiais como eletrônicos, vidro, papel, plástico, borracha e madeira.

Por ASSCOM

A CDRJ formalizou sua participação na Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio visando desenvolver ações sustentáveis, dentre as quais inclui-se a racionalização do consumo de recursos naturais.

Redução de Resíduos Poluentes

Considerando que a CDRJ não realiza operações portuárias e nem industriais, não são gerados resíduos de alto potencial poluidor, resultando somente na geração de resíduos de escritório e doméstico.

Entretanto, na condição de autoridade portuária, a CDRJ busca sempre fiscalizar as atividades realizadas por terceiros nos portos organizados sob sua administração, objetivando minimizar a geração de resíduos poluentes.

Podemos citar como exemplo a vedação das atividades de pintura e raspagem do casco de embarcações dentro das áreas sob sua responsabilidade.

Eficiência e Conformidade Legal

Visando o cumprimento do Decreto Nº 5.940 de 25 de outubro de 2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências, a CDRJ deu um passo importante, tendo formalizado sua participação na Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio visando desenvolver ações sustentáveis tais como a implantação da coleta seletiva.

CDRJ realiza primeiras palestras da Rede ReciclaPorto

13/07/2018

Você sabe quantos copos plásticos são consumidos por ano no setor onde trabalha? Ao provocar os participantes com perguntas desse tipo, a coordenadora da Rede ReciclaPorto, Maria Carolina Santos, despertou a reflexão sobre diversas atitudes diárias que impactam diretamente o meio ambiente. Palestrante do evento que reuniu empregados da CDRJ, dia 12 de julho, no auditório da SUPRIO, Maria Carolina falou ainda sobre como economizar água e energia nas residências e todas as ações que já estão sendo realizadas no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), empresa da qual faz parte, para envolver os funcionários nas ações da ReciclaPorto.



Após formalizar recentemente sua participação na Rede, unindo-se a outras seis entidades federais localizadas na região portuária do Rio, essa é a primeira vez que a CDRJ realiza um evento para sensibilizar seus empregados a se engajarem nas iniciativas de sustentabilidade, que serão coordenadas pela Superintendência de Relação Porto Cidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (SUPMAM).

A coordenadora da Comissão Nacional de Sustentabilidade e Coleta Seletiva Solidária do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Ana Paula Pebito, também prestigiou o evento e ensinou a importância de cada um praticar os 7Rs do consumo sustentável: Refletir, Recusar, Reduzir, Reusar, Reeducar, Recuperar e Reciclar. Ana Paula falou ainda sobre as ações de educação continuada que estão sendo realizadas na CPMR, como a coleta seletiva e a horta orgânica, além das campanhas para evitar o desperdício de papel, reduzir o consumo de plástico e garantir o descarte adequado de medicamentos.

Por ASSCOM

Buscando atender os ditames das normas NBR 11174/1990 e NBR 12235/1992 (perigosos) está em fase de conclusão o processo de licitação da construção da área de transbordo temporário do Porto do Rio de Janeiro. No local estão previstas a instalação de dois autoclaves para o tratamento de resíduos perigosos.



Figura 26 – Área da Futura Central de Resíduos (Foto 1)

Área da Futura Central de Resíduos



Figura 27 – Área da Futura Central de Resíduos (Foto2)

Encontra-se vigente o Plano de Área da Baía de Guanabara que tem por finalidade atender situações de poluição ambiental por derramamentos de petróleo e/ou seus derivados na área da Baía de Guanabara.

O plano está conformidade com o que estabelece a Lei Federal nº 9.966/2000, o Decreto Federal nº 4.871/2003 e o Decreto Federal nº 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência - PNC; este plano tem por objetivo garantir a capacidade de resposta definida nos Planos de Emergência Individuais das instalações acionadas em incidente de poluição por óleo, até que estas instalações recuperem plenamente sua capacidade de resposta.

O Plano de Área da Baía de Guanabara é integrado por ao menos quarenta e uma instituições entre órgãos governamentais e empresas privadas, dentre elas a CDRJ, pelo porto do Rio de Janeiro e pelo porto de Niterói.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Demonstrações **Contábeis.**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS



RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2018



Fevereiro/2019



O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04 e 08
III. Extensão dos Trabalhos	09
IV. Balanço Patrimonial	10 e 11
V. Demonstração de Resultado dos Exercícios	12
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15
VII. Demonstração do Fluxo de Caixa	13
VIII. Demonstração do Valor Adicionado	14
IX. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	16 a 30
X. Relatório Circunstanciado da Auditoria	31 a 37



Campinas/SP, 22 de fevereiro de 2019.

À
Diretoria da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

Estivemos nas dependências da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**, realizando trabalhos de auditoria sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as Normas Brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balço Patrimonial;
Demonstração do Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Demonstração do Valor Adicionado;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP
Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável
CTCRC 1SP242826/O-3 S "RJ"

3



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Contas a receber de partes relacionadas

A companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor tem origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contra-partida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Estudos anuais sobre vida útil de imobilizados e intangíveis

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R3 - ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e

4



Campinas/SP, 22 de fevereiro de 2019.

À
Diretoria da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

Estivemos nas dependências da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**, realizando trabalhos de auditoria sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as Normas Brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balço Patrimonial;
Demonstração do Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Demonstração do Valor Adicionado;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP
Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável
CTCRC 1SP242826/O-3 S "RJ"

3



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Contas a receber de partes relacionadas

A companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor tem origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contra-partida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Estudos anuais sobre vida útil de imobilizados e intangíveis

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R3 - ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e

4



amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizados". Conseqüentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante.

Teste de recuperabilidade sobre os ativos (teste de impairment)

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Conseqüentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Cálculo atuarial e valores a pagar - PORTUS

Conforme nota explicativa nº 15, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada. A responsabilidade da companhia, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelos PORTUS, é de R\$ 701,611 milhões em 31/12/2018 (R\$ 954,493 milhões em 2017). Os valores reconhecidos pela companhia montam R\$ 582.969 milhões em 2018 (R\$ 587,321 milhões em 2017). A discussão está judicializada. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33 (R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios a Empregados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

5



evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2018 com opinião com modificação sobre essas demonstrações contábeis, devido aos seguintes assuntos: (i) – contas a receber de partes relacionadas; (ii) – falta de estudos e sobre o imobilizado; (iii) – falta de evidências suficientes sobre parte da conta "instalações"; (iv) – diferença de reconhecimento de benefícios a empregados, contrariando as normas contábeis; (v) - falta de evidências suficientes sobre 2 (dois) contratos de leasing.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

6



distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

7



distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 22 de fevereiro de 2019



CNPJ 07.791.963/0001-08
CRC2SP023856/O-1 S "RJ"

Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável
CTCRC1SP242826/O-3 S "RJ"

8



amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizados". Conseqüentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante.

Teste de recuperabilidade sobre os ativos (teste de impairment)

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Conseqüentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Cálculo atuarial e valores a pagar - PORTUS

Conforme nota explicativa nº 15, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada. A responsabilidade da companhia, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelos PORTUS, é de R\$ 701,611 milhões em 31/12/2018 (R\$ 954,493 milhões em 2017). Os valores reconhecidos pela companhia montam R\$ 582.969 milhões em 2018 (R\$ 587,321 milhões em 2017). A discussão está judicializada. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33 (R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios a Empregados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

5



evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2018 com opinião com modificação sobre essas demonstrações contábeis, devido aos seguintes assuntos: (i) – contas a receber de partes relacionadas; (ii) – falta de estudos e sobre o imobilizado; (iii) – falta de evidências suficientes sobre parte da conta "instalações"; (iv) – diferença de reconhecimento de benefícios a empregados, contrariando as normas contábeis; (v) - falta de evidências suficientes sobre 2 (dois) contratos de leasing.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

6



distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

7



distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 22 de fevereiro de 2019



CNPJ 07.791.963/0001-08
CRC2SP023856/O-1 S "RJ"

Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável
CTCRC1SP242826/O-3 S "RJ"

8



EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso contrato de prestação de serviços nº 082/2018, assinado em 28 de dezembro de 2018, foram realizados serviços de Auditoria de Demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2018.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.520	28.163
Caixa Restrito		37.625	45.769
Contas a Receber de Clientes	4	8.035	31.548
Estoques		412	47
Créditos Fiscais a Recuperar	5	6.176	3.815
Valores a Receber	6	8.272	7.980
Outros Ativos		2.820	1.829
		<u>77.860</u>	<u>119.151</u>
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	6	40.773	53.893
Depósitos Judiciais	7	329.969	335.665
Partes Relacionadas	8	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	9	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	10	284.108	250.422
Outros Ativos		539	482
		<u>953.530</u>	<u>938.603</u>
Propriedade para Investimento		4.792	4.792
Imobilizado	11	1.068.889	1.074.797
Intangível		372	651
		<u>2.027.583</u>	<u>2.018.843</u>
Total do Ativo		2.105.443	2.137.994

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2018	2017
Passivo Circulante			
Fornecedores		4.666	938
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	12	26.716	23.213
Obrigações Tributárias	13	113.677	90.022
Obrigações Contratuais	14	180.226	161.430
Benefícios Pós Emprego	15	274.094	234.041
Receitas Diferidas		7.023	7.023
		<u>606.402</u>	<u>516.667</u>
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	13	924.362	822.940
Obrigações Contratuais	14	48.872	382.346
Benefícios Pós Emprego	15	308.875	353.280
Arrendamento Mercantil	16	748.760	614.857
Provisão Para Contingências	17	252.635	217.409
Receitas Diferidas		25.752	35.113
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	18	195.697	182.809
		<u>2.504.953</u>	<u>2.608.754</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	19	2.455.537	2.455.537
Prejuízos Acumulados		<u>(3.461.449)</u>	<u>(3.442.964)</u>
		<u>(1.005.912)</u>	<u>(987.427)</u>
Total do Passivo		2.105.443	2.137.994

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida		401.150	345.119
Custos da Operação	20	(103.748)	(91.875)
Lucro Bruto		297.402	253.244
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(231.991)	(255.995)
Depreciação		(3.993)	(3.894)
Provisões Contábeis Líquidas	22	(81.367)	(129.495)
Outras Receitas Operacionais	23	51.085	42.045
Outras Despesas Operacionais		(117)	(21.514)
		<u>(266.383)</u>	<u>(368.853)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		31.019	(115.609)
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	24	(380.740)	(273.360)
Resultado do Exercício		(349.721)	(388.969)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.562
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,29)	(0,32)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Fluxo da Atividade Principal		
Resultado do Exercício	(349.721)	(388.969)
(+) Resultados Anteriores	331.235	0
(+) Depreciação e Amortização	10.517	10.292
Resultado Ajustado	(7.969)	(378.677)
Contas a Receber	23.513	(1.983)
Estoques	(366)	182
Créditos Fiscais a Recuperar	(2.361)	133
Valores a Receber	(291)	13.957
Outros Ativos	(991)	(401)
Fornecedores	3.729	(3.683)
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	3.503	(2.569)
Obrigações Tributárias	23.655	(164.438)
Obrigações Contratuais	18.796	(465.490)
Benefícios Pós Emprego	40.053	134.229
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	101.271	(868.740)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Varição do Realizável a Longo Prazo	(14.927)	(325.669)
Varição do Ativo Permanente	(4.331)	(6.824)
Imobilizado	(4.331)	(5.429)
Intangível	0	(1.394)
Conta Única do Tesouro Nacional – SIAFI	8.144	1.550
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(11.114)	(330.943)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Varição do Passivo Financeiro	(103.801)	1.203.601
Empréstimos e Financiamentos	133.903	35.060
Receitas Antecipadas	(9.361)	(15.429)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.888	24.752
Outros Passivos	(241.230)	1.159.218
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	(103.800)	1.203.601
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(13.643)	3.918
Caixa e Equivalentes no Início do Período	28.163	24.245
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	14.520	28.163

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Receitas	378.974	311.602
Tarifas Portuárias	91.586	86.493
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	324.931	269.996
Provisão para Perdas Estimadas	(43.531)	(51.532)
Reversão de Provisões	5.988	6.645
Insumos Adquiridos de Terceiros	(83.359)	(99.964)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(28.347)	(18.180)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(47.511)	(74.450)
Outros custos	(7.501)	(7.334)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	295.615	211.638
Depreciação e Amortização	(10.517)	(10.292)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	285.098	201.346
Valor adicionado recebido em transferência	158.896	78.835
Receitas financeiras	158.702	75.966
Outras	194	2.869
Valor adicionado a distribuir	443.994	280.181
Distribuição do valor adicionado	443.994	280.181
Pessoal	232.546	253.222
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	96.747	118.881
Benefícios	55.498	43.097
Benefícios Pós-emprego	21.340	22.509
FGTS	10.664	10.767
INSS	34.056	38.186
Encargos	3.313	4.007
Provisões	8.995	14.055
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.933	1.719
Tributos	21.724	8.084
Federais	13.304	852
Estaduais	32	36
Municipais	8.388	7.196
Remuneração de capitais de terceiros	539.445	407.845
Despesas financeiras	539.445	370.795
Contratos	0	37.050
Resultado do Exercício	(349.721)	(388.969)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.455.537	(3.053.494)	(597.957)
Aumento de Capital	0	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(501)	(501)
Resultado do Exercício	0	(388.969)	(388.969)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.455.537	(3.442.964)	(987.427)
Aumento de Capital	0	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	331.236	331.236
Resultado do Exercício	0	(349.721)	(349.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.455.537	(3.461.449)	(1.005.912)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

15



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado - RJ.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorram operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRAS, conforme nota explicativa 16.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com

16



segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Demonstração do Resultado Abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes os quais pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

(iii) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos



serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos. Também haverá a constituição de perdas para os créditos vencidos há menos de 180 dias, quando for improvável a realização do crédito por motivos previamente conhecidos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidas por outros órgãos públicos.

3.9 Bens em Processo de Cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota explicativa 9.

3.10 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.11 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para



cada classe de bens e não ultrapassa os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.13 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.14 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, até a data do balanço.

3.15 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.16 Arrendamento Mercantil

Os valores provenientes de contratos de *leasing*, recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS, são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 16.

3.17 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.18 Receitas Diferidas

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no



DOCS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 180 dias, ou antes, caso seja improvável a realização do crédito. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2018	31/12/2017
Cientes Nacionais	180.953	161.103
(-) Perdas Estimadas	(172.918)	(129.555)
Totais	8.035	31.548

5 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	5.455	3.403
Contribuição Social	721	412
Totais	6.176	3.815

6 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Município do Rio de Janeiro	6.306	6.044	40.773	53.893
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Outros Valores a Receber	766	736	-	-
Totais	8.272	7.980	40.773	53.893

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de 14 (catorze) imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O Convênio CDRJ/INEA refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em



contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/12/2018	31/12/2017
Ações Judiciais - IPTU	13.408	19.506
Ações Judiciais - Portus	230.881	285.386
Outras Ações Judiciais	85.680	30.773
Totais	329.969	335.665

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, nas quais foram depositados em juízo os valores correspondentes ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU dos exercícios de 2013 a 2015.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos:

0105594-59.2004.8.19.0001 – 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro
 0022472-95.1997.8.19.0001 – 26ª Vara Cível do Rio de Janeiro
 0038850-87.2001.8.19.0001 – 33ª Vara Cível do Rio de Janeiro
 0148310-43.2000.8.19.0001 – 49ª Vara Cível do Rio de Janeiro
 0019587-82.2013.4.02.5101 – 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Em outubro, foi contabilizado o resgate de R\$ 81.426 mil referente ao processo 0105594-59.2004.8.19.0001, conforme alvará nº 21/669/2018.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais no processo da verba salarial denominada VPNI, no valor aproximado de R\$ 22.468 mil (R\$ 5.330 mil, em 2017), além dos bloqueios em processos das Varas do Trabalho.



8 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, segundo nota explicativa 3.4. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram transferidos, através do SIAFI, os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

9 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2018	31/12/2017
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	126.266	90.763
Bloqueios em Ações do Leasing	137.197	137.197
Recursos Judiciais	11.413	13.230
Totais	284.108	250.422

Recursos Bloqueados RSD referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas e algumas cíveis, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A.

**11 – IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado está assim composto:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Bens em Operação	287.301	(143.904)	143.397	144.936
Bens – Administração	985.367	(126.738)	858.629	863.534
Imobilizado em Andamento	51.292	-	51.292	50.752
Imobilizado a Classificar	16.321	(750)	15.571	15.575
Totais	1.340.281	(271.392)	1.068.889	1.074.797

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	10.054	9.770
Consignações	391	385
Mesada Judicial	284	274
Provisões e Encargos	15.987	12.784
Totais	26.716	23.213

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IPTU	13.191	13.143	-	-
ISS	3.382	3.367	469.334	370.242
Parcelamentos Federais	37.730	-	455.028	452.698
PASEP/COFINS	27.709	25.971	-	-
IR e CSLL	7.690	9.755	-	-
INSS/FGTS	5.099	30.779	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	11.322	-	-	-
Outros	734	187	-	-
Totais	113.677	90.022	924.362	822.940

O saldo de IPTU a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a

23



CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O ISS é referente aos impostos cobrados pelo Município do Rio de Janeiro, vencidos e não pagos desde julho de 1989. Parte do crédito está sendo cobrado por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os Parcelamentos Federais compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINS, aderidos em 28 de maio de 2018 e 13 de julho de 2018, respectivamente, além de dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

O ATP – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

14 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, e possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósito Cauçionado	6.481	6.583	-	-
Expansão Terminal 1	21.081	15.400	48.872	37.253
Cessão de Crédito	149.898	136.696	-	345.093
Outros	2.766	2.751	-	-
Totais	180.226	161.430	48.872	382.346

A Expansão do Terminal 1 constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada. As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023.

A Cessão de Crédito refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2023. A União

24



efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeira do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas ou recolhidas parcialmente e à atualização de valores pagos em atraso. Em 2018, houve a reclassificação do longo prazo para o curto prazo porque o débito representa valores vencidos.

15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo "benefício definido", é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial, conforme informações apresentadas pelo Portus no seu relatório referente ao exercício de 2018, é de, aproximadamente, R\$ 701.611 mil (R\$ 954.493 mil em 2017). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está sendo discutida na esfera judicial.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22 de agosto de 2011, decretou intervenção na entidade.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contribuições Correntes	2.842	1.310	-	-
Confissão de Dívidas	271.252	232.731	-	-
RTSA	-	-	308.875	353.280
Totais	274.094	234.041	308.875	353.280

16 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil (Banco J.P. Morgan S/A)
- Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S/A; (Brooklin Empreendimentos S/A)

25



- Unibanco *Leasing* S/A (DIBENS Leasing S.A)
- Manufactures Hannover (Banco J.P. Morgan S/A)

Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% (quarenta por cento) da receita bruta da CDRJ, até o valor aproximado de R\$ 135,6 milhões, para garantia do processo judicial nº 0190316-36.1998.8.19.0001, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível. No exercício de 2011, houve liberação de recursos ao Banco J.P. Morgan, agente financeiro da Credora. A execução foi extinta em 22 de novembro de 2015, época em que a credora deu quitação da dívida.

Quanto ao contrato firmado com o Comind, em 21 de setembro de 2010 foi expedida intimação pelo TJ/RJ, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.0000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da Comind. Também houve liberação de recursos bloqueados no exercício de 2011. A execução foi extinta em 30 de janeiro de 2017.

A CDRJ entendeu que os valores bloqueados superaram as ordens de bloqueio e entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro para a liberação do saldo remanescente. Apesar do pedido, os valores foram transferidos para as demais execuções judiciais movidas pela DIBENS Leasing S.A (sucessora da Unibanco Leasing) e pelo Banco J.P. Morgan, detentora dos direitos da Manufactures Hannover.

A CDRJ ingressou com petição requerendo o declínio das execuções em curso (DIBENS e J. P. Morgan) para a Justiça Federal, haja vista a alteração da natureza jurídica da CDRJ que passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública. Até 30 de setembro de 2018, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ainda não havia proferido a decisão.

Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

	Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017
Unibanco	607.099	498.551
Hannover	141.661	116.306
Totais	748.760	614.857

26



17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	251.013	207.117
Cíveis	406	10.097
Tributárias	1.216	195
Totais	252.635	217.409

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados e estimativas sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, na hipótese de condenação por sentença definitiva. Os critérios utilizados pela Superintendência Jurídica para apuração dos montantes das contingências e classificação das demandas estão relacionados ao andamento dos processos. Assim, nos casos de execução, o valor estimado considerado como perda provável será o valor da condenação e, nos casos em que os processos se encontram em fase de cognição, o montante considerado será o valor da causa. As ações demandam apuração em sede de procedimento judicial específico de liquidação, o que é sempre realizado no momento processual adequado, individualmente, por perícia/assistência técnica, resguardado o interesse da Companhia. A Sociedade de Advogados Tostes & de Paula Advocacia Empresarial atua nos processos trabalhistas. Já as ações Cíveis e Tributárias são acompanhadas pelos próprios advogados da Companhia.

17.1 – Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências trabalhistas, cíveis e tributárias nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 831.336 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 64.240
- Ações Cíveis - R\$ 164.144
- Ações Tributárias - R\$ 602.952

18 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998. O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Repasso ao Portus	183.853	172.745
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	9.579	9.000
Gerenciamento de Resíduos	1.132	-
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.131	1.062
Totais	195.697	182.809

27



19 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações, totalmente integralizadas assim distribuídas:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Totais	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

Respalda na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a CDRJ resgatou as ações de propriedade de acionistas privados, no exercício de 2018, o que resultou na alteração de sua forma jurídica para Empresa Pública.

20 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e Encargos	69.049	73.316
Manutenção	13.403	8.429
Serviços de Terceiros	4.889	3.794
Depreciação e Amortização	6.245	6.145
Provisões	2.698	155
Impostos e Taxas	7.464	36
Totais	103.748	91.875

21 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e Encargos	190.146	195.396
Manutenção	13.913	8.056
Serviços de Terceiros	3.373	3.103
Legais e Judiciais	8.924	3.274
Contratuais	-	37.050
Impostos e Taxas	14.260	8.018
Outras	1.375	1.098
Totais	231.991	255.995

28



Os encargos com a atualização dos contratos de cessão de créditos, citados na nota explicativa 14, classificados como Despesas Contratuais, passaram a ser registradas como despesas financeiras, no exercício de 2018.

22 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2018	31/12/2017
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(43.441)	(49.227)
Provisão de Férias	833	(842)
Provisão para o 13º Salário	(6.286)	(10.165)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(11)	(792)
Provisão para Contingências	(32.459)	(68.456)
Provisão para Perdas em Investimentos	(3)	(13)
Totais	(81.367)	(129.495)

O registro das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa leva em consideração os créditos vencidos há mais de 180 dias e não pagos até a data do balanço, além daqueles que, embora vencidos há menos tempo, apresentam incerteza quanto à sua liquidez.

23 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Aluguel	11.921	9.604
Multas Aplicadas	2.967	378
Recuperação de Vencimentos	35.406	28.998
Outras	791	3.065
Totais	51.085	42.045

A conta Recuperação de Vencimentos registra o recebimento do ressarcimento com os gastos relativos aos empregados da CDRJ cedidos a outros órgãos ou entidades.

24 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras	31.673	15.283
Despesas Financeiras	(306.733)	(278.151)
Variações Monetárias Ativas	127.029	60.683
Variações Monetárias Passivas	(232.709)	(71.175)
Totais	(380.740)	(273.360)



25 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	Valores expressos em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Maior remuneração paga aos diretores	40.395,99	34.679,01
Maior remuneração paga aos empregados	65.623,35	56.575,39
Menor remuneração paga aos empregados	1.502,28	1.590,31
Remuneração média aos empregados	11.659,87	13.229,31

26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 28 de fevereiro de 2019

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA DIRETOR – PRESIDENTE CPF Nº 332.852.767-20	SHALON CHARLES S. GOMES DIRETOR CPF Nº 014.363.387-27	FREDERICO RIBEIRO KLEIN DIRETOR CPF Nº 012.950.577-35
---	---	---

HELIO SZMAJSER
DIRETOR
CPF Nº 553.615.367-68

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Relacionadas ao Setor Público, e Normas Brasileiras de Contabilidade, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa instituição para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma instituição, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.



2. LIVROS SOCIETÁRIOS OBRIGATÓRIOS

Em relação aos livros obrigatórios, a lei das sociedades anônimas (Lei 6.404/76) assim determina:

"CAPÍTULO IX

Livros Sociais

Art. 100. A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, *revestidos das mesmas formalidades legais*:

I - o livro de Registro de Ações Nominativas, para inscrição, anotação ou averbação: [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

a) do nome do acionista e do número das suas ações;

b) das entradas ou prestações de capital realizado;

c) das conversões de ações, de uma em outra espécie ou classe; [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

d) do resgate, reembolso e amortização das ações, ou de sua aquisição pela companhia;

e) das mutações operadas pela alienação ou transferência de ações;

f) do penhor, usufruto, fideicomisso, da alienação fiduciária em garantia ou de qualquer ônus que grave as ações ou obste sua negociação.

II - o livro de "Transferência de Ações Nominativas", para lançamento dos termos de transferência, que deverão ser assinados pelo cedente e pelo cessionário ou seus legítimos representantes;

III - o livro de "Registro de Partes Beneficiárias Nominativas" e o de "Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas", se tiverem sido emitidas, observando-se, em ambos, no que couber, o disposto nos números I e II deste artigo;

IV - o livro de Atas das Assembléias Gerais; [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

V - o livro de Presença dos Acionistas; [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

VI - os livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, se houver, e de Atas das Reuniões de Diretoria; [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

VII - o livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

§ 1º A qualquer pessoa, desde que se destinem a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários, serão dadas certidões dos assentamentos constantes dos livros mencionados nos incisos I a III, e por elas a companhia poderá cobrar o custo do serviço, cabendo, do indeferimento do pedido por parte da companhia, recurso à Comissão de Valores Mobiliários. [\[Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\]](#)

§ 2º Nas companhias abertas, os livros referidos nos incisos I a V do caput deste artigo poderão ser substituídos, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, por registros mecanizados ou eletrônicos. [\[Redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011\]](#)



2.1 Livro de Presença de Acionistas

Analisamos o livro de presença de acionistas, com termo de abertura datado de 13/04/1978, não estando registrado na JUCERJA, e observamos o seguinte:

- a) Não consta a assinatura do (a) secretário (a) no livro de presença da AGE de 11/12/2015;
- b) Não consta a assinatura do (a) secretário (a) no livro de presença da AGE de 08/12/2017;
- c) Não consta a assinatura do (a) secretário (a) no livro de presença da AGE de 07/05/2018;
- d) Não consta a assinatura do (a) secretário (a) no livro de presença da AGE de 29/06/2018;
- e) Não consta a assinatura do (a) secretário (a) no livro de presença da AGO de 01/10/2018;

Recomendamos que as assinaturas faltantes sejam colhidas, e o livro registrado na Junta Comercial, conforme determina a Lei.

2.2 Livro de Registro de Acionistas (ações nominativas)

Não foi apresentado. Segundo informações, não foi escriturado.

2.3 Livro de Transferências de Ações Nominativas

Não foi apresentado. Segundo informações, não foi escriturado.

Recomendamos que tais livros sejam escriturados, pois são obrigatórios pela Lei citada acima.

3. POSIÇÃO DOS ASSESSORES JURÍDICOS

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

33



a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a companhia;

b) o período em que foram gerados;

c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e

d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

Os assessores jurídicos, TOSTES & DE PAULA ADVOCACIA EMPRESARIAL cuidam das ações trabalhistas, as ações cíveis e tributárias são patrocinadas pelos assessores jurídicos internos da companhia e forneceram as informações solicitadas. Os montantes foram classificados da seguinte forma:

TIPO	PERDA PROVÁVEL	PERDA POSSÍVEL	PERDA REMOTA
Trabalhistas	251.013.116,23	64.240.011,63	229.269.265,40
Cíveis	405.703,22	164.144.262,94	169.297.391,41
Tributárias	1.216.471,24	602.952.205,07	67.904.160,81
TOTAL	252.635.290,69	831.336.479,64	466.470.817,62

A contabilidade tem registrado o valor de R\$ 252.635.290,69, estando portanto, de acordo com os relatórios dos assessores jurídicos.

4. PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

O total de empregados da companhia em 31/12/2018 era de: 882 colaboradores.

Os portadores de deficiências e ou reabilitados eram 05 empregados.

A Lei 8.213/1991 determina o seguinte preenchimento obrigatório:

As empresas com 100 (cem) ou mais colaboradores está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitada na seguinte proporção:

de 100 a 200 colaboradores2%

34



de 201 a 500 colaboradores3%
de 501 a 1.000 colaboradores ...4%
de 1001 em diante5%

Mediante tabela acima, a fundação em 31/12/2018, teria que possuir 36 (trinta e seis) empregados portadores de deficiência e ou reabilitados em seus quadros, e somente possui 5 (cinco).

Recomendamos seguir a legislação tendo em seu quadro funcional o número exigido de empregados beneficiários estipulados pela legislação.

5. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor tem origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, em 2014, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contra-partida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Recomendamos baixar o contas a receber.

6. ESTUDOS ANUAIS SOBRE VIDA ÚTIL DE IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R3 - ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizados". Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros

35



procedimentos de auditoria, caso a companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante.

A contabilidade nos informou que já há um processo administrativo para a licitação dos serviços de estudos e teste de impairment.

7. TESTE DE RECUPERABILIDADE SOBRE OS ATIVOS (TESTE DE IMPAIRMENT)

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

A contabilidade nos informou que já há um processo administrativo para a licitação dos serviços de estudos e teste de impairment.

8. CÁLCULO ATUARIAL E VALORES A PAGAR - PORTUS

Conforme nota explicativa nº 15, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada. A responsabilidade da companhia, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelos PORTUS, é de R\$ 701,611 milhões em 31/12/2018 (R\$ 954,493 milhões em 2017). Os valores reconhecidos pela companhia montam R\$ 582.969 milhões em 2018 (R\$ 587,321 milhões em 2017). A discussão está judicializada. Consequentemente, as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33 (R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios a Empregados.

Recomendamos seguir a legislação, e contabilizar os valores segundo o estudo apresentado pelo instituto, ou contratar laudo independente.

36



9. RELATÓRIOS TRIMESTRAIS

Nossa empresa é contratada pela companhia e realiza auditoria intermediárias trimestrais. No decorrer do exercício de 2018 foi emitido outro relatório de auditoria do terceiro trimestre, que foi entregue à Administração da companhia para as devidas providências, quando apontadas.

Três apontamentos no relatório do 3º trimestre/2018 devem ser regularizados o mais breve possível, que são: (i) - VALORES A RECUPERAR - CONTA: 01.01.07.02.99.002 e (ii) - RECEBIMENTOS A IDENTIFICAR - Conta 01.01.03.01.01.999 e (iii) - SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR - Conta 02.01.03.01.01.002.

10. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que as informações estão subsidiadas em documentos, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos pontos comentados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP
CNPJ 07.791.963/0001-08
CRC2SP023856/O-1 S "RJ"

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Roberto Araújo de Souza".

Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável
CTCR1SP242826/O-3 S "RJ"



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Outras
Informações
Relevantes.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Tratamento de Recomendações do TCU

01

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.421/2017-0	998/2018-TCU-Plenário	1.8 e 1.9	Ofício 0081/2018 - TCU /SECEX - RJ	18.01.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Diligência tendo em vista o não atendimento do Ofício 3934/2017-TCU-SECEX/RJ, de 20/12/2017, sobre possíveis irregularidades no contrato da Golden Cross.				
Providência adotada				
Ofício 3934/2017-TCU-SECEX/RJ respondido pela CARTA-DIRPRE 667/2018, de 11/01/2018. Acórdão encaminhado para ciência do DIRAFI em 28/05/2018.				

Tabela 24 – Tratamento de Recomendações do TCU

02

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.325/2017-7	10909/2011-TCU - 2ª Câmara	-	Ofício 0114/2018 - TCU /SECEX - RJ	19.02.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				Prazo
Companhia Docas do Rio de Janeiro				15 dias
Descrição da determinação/recomendação				
Monitoramento do cumprimento do item 1.6.5.1 do Acórdão nº 10.909/2011/ TCU- 2ª Câmara, no sentido de serem prestadas informações atualizadas requeridas no subitem 1.6.3.2 do mencionado Acórdão , que foi ratificado pelo subitem 1.9.2 do Acórdão nº 7.373/2012 – TCU 2º Câmara e pelo Acórdão nº 4.542/2015 – TCU 2º Câmara, que determinaram o encaminhamento bimestral de informações relativas ao Projeto Porto Maravilha, enquanto houver participação da CDRJ no referido projeto, sobre os atos por ela praticados, entre outras determinações.				
Providência adotada				
Respondido pela CARTA DIRPRE Nº 3972/2018, de 06/03/2018.				

Tabela 25 – Tratamento de Recomendações do TCU

03

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
024.768/2017-0	-	-	Ofício 0119/2018/TCU /Seinfra PortoFerrovia	16.03.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Relatório Sigiloso sobre análise do TCU quanto a atuação das Companhias Docas no provimento de infraestrutura pública dos Portos organizados, processo de emissão de Licença de Importação por parte da Anvisa e regulação da ANTAQ sobre terminais portuários na importação e exportação de contêineres.				
Providência adotada				
Resposta do Diretor-Presidente via e-mail em 29/03/2018.				

Tabela 26 – Tratamento de Recomendações do TCU

04

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.405/2018-0	2974/2018 -TCU - 1ª Câmara	1.6	Ofício 0270/2018 – TCU/SECEX-RJ	20.02.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			5 dias úteis	
Descrição da determinação/recomendação				
Conforme Despacho do Relator, Ministro Bruno Dantas, de 09/02/18, proferido em processo de Representação, TC 002.405/2018 -0 com pedido de medida cautelar formulada por Audrey Magalhães Advogados Associados em face da Concorrência 05/2016, promovida pela Companhia Docas do Rio de Janeiro para contratação de sociedade dos advogados para a prestação de serviços técnicos profissionais de natureza jurídica, foi determinada a oitiva prévia da Companhia para se manifestar sobre os fatos apontados na representação.				
Providência adotada				
Encaminhado a SUPJUR em 23.02.18				

Tabela 27 – Tratamento de Recomendações do TCU

05

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.368/2016-2	1832/2018 – TCU - Plenário	9.1, 9.2 e 9.5.3	Ofício 0400/2018-TCU/Sefti	10.09.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Comunica a emissão do Acórdão 1832/2018 – TCU – Plenário, por meio do qual o Tribunal apreciou o Relatório de Auditoria TC 017.368/2016-2, que trata de avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais das organizações dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público da União e de empresas estatais do Poder Executivo Federal.				
Providência adotada				
Encaminhado à Diretoria Executiva em 11/09/2018.				

Tabela 28 – Tratamento de Recomendações do TCU

06

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
024.768/2017-0	2310/2018 - TCU - Plenário	9.2.2 e 9.3	Ofício 0426/2018/TCU /Seinfra PortoFerrovia	19.10.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Comunica a emissão do Acórdão 2310/2018 – TCU – Plenário, por meio do qual o Tribunal apreciou o Relatório de Auditoria Operacional com o objetivo de verificar os gargalos que impactam a eficiência dos portos brasileiros.				
Providência adotada				
Respondido pela CARTA DIRPRE Nº 19434/2018, de 22/11/2018.				

Tabela 29 – Tratamento de Recomendações do TCU

07

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
024.768/2017-0	2310/2018 - TCU - Plenário	9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3	Ofício 0544/2018/TCU /Seinfra PortoFerrovia	20.12.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			-	
Descrição da determinação/recomendação				
Comunica a emissão de Despacho do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, de 06/12/2018, nos autos do processo em tela, que trata de relatório de auditoria operacional com o objetivo de verificar os gargalos que impactam a eficiência dos portos brasileiros, o qual suspendeu os efeitos dos Itens do referido acórdão, em relação à ANTAQ, conforme exame de admissibilidade.				
Providência adotada				
Tramitando no Sistema SIED sob o nº 320/2018-E, com permanência na SUPLAM em 28/02/2019.				

Tabela 30 – Tratamento de Recomendações do TCU

08

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.421/2017-0	998/2018-TCU-Plenário	1.8 e 1.9	Ofício 1037/2018-TCU/SECEX-RJ	15.05.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			-	
Descrição da determinação/recomendação				
Encaminha Acórdão em tela para conhecimento da CDRJ e cumprimento das recomendações contidas nos itens 1.8 e 1.9.				
Providência adotada				
Encaminhado Acórdão para ciência do DIRAFI em 17/05/2018.				

Tabela 31 – Tratamento de Recomendações do TCU

09

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.871/2017-3	-	-	Ofício 1113/2018 – TCU /SECEX - RJ	18.05.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Solicitação de informações complementares para o saneamento do processo de denúncia sobre indícios de irregularidades ocorridas na Companhia, atinentes à contabilidade, à inscrição no CADIN não quitados e pagamento do adicional por tempo de serviço, objeto do Ofício 3261/2017-TCU-SECEX/RJ, de 13/10/2017.				
Providência adotada				
Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 9721/2018, de 05.06.2018 e 10278/2018, de 14.06.18.				

Tabela 32 – Tratamento de Recomendações do TCU

10

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.564/2011-2	4.324/2018 TCU – 2ª Câmara	-	Ofício 1310/2018 - TCU /SECEX - RJ	15.06.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			-	
Descrição da determinação/recomendação				
Deu conhecimento dos recursos de reconsideração interpostos pelos ex-diretores Ailton Fernando Dias e Jorge Luiz de Mello contra o Acórdão 3.296/2016-TCU-2ª Câmara, no processo de prestação de contas TC 032.564/2011-2, exercício de 2010, para no mérito negar-lhes provimento.				
Providência adotada				
Encaminhado o assunto à DIREXE, CONSAD e CONFIS por meio de CI-AUDINT. Tramitando no Sistema SIED sob o nº 64/2018-E. Encaminhado o assunto à DIREXE, CONSAD e CONFIS por meio de CI-AUDINT do Acórdão nº 8332/2018-TCU-2ª Câmara, o qual rejeitou, no mérito, os embargos de declaração interpostos pelo ex-Diretor-Presidente Jorge Luiz de Mello.				

Tabela 33 – Tratamento de Recomendações do TCU

11

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.418/2018-5	2725/2019-TCU-1ª Câmara	1.7; 1.8.1-	Ofício 1364/2018 – TCU /SECEX - RJ	22.06.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Diligência para o saneamento do processo de monitoramento, solicitando o encaminhamento de informações sobre os órgãos e entidades que, tendo formalmente requerido, obtiveram da Companhia autorização para adesão à ata de registro de preços do Pregão 17/2016, assim como de demais elementos relativos a mesma.				
Providência adotada				
Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 11.551/2018, de 06.07.2018. Z Foi constituído processo apartado pelo TCU do tipo “Representação”.				

Tabela 34 – Tratamento de Recomendações do TCU

12

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.760/2018-5	-	-	Ofício de Requisição 2-154/2018	10.07.18
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			5 dias úteis	
Descrição da determinação/recomendação				
Auditoria de Conformidade FISCALIS 154/2018, com o objetivo de avaliar a conformidade em aquisições relativas a bens e serviços de TI.				
Providência adotada				
Encaminhado e-mail prévio ao DIRPRE em 04.07.2018. O prazo do atendimento começou a contar a partir de 10.07.18. Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 12092/2018, de 16.07.2018.				

Tabela 35 – Tratamento de Recomendações do TCU

13

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.405/2018-0	10765/2018 -TCU - 1ª Câmara	1.6	Ofício 2457/2018 - TCU/SECEX-RJ	26.09.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			30 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Determina à CDRJ que, ao realizar a licitação para contratação de sociedade de advogados para a prestação de serviços técnico s profissionais de natureza jurídica, encaminhe ao Tribunal cópia do edital, no prazo de 30 dias.				
Providência adotada				
Dada ciência do acórdão à DIREXE, CONSAD, CONFIS, DIRAFI, SUPJUR e SUPGAB, mediante CI's AUDINT em 02.10.2018.				

Tabela 36 – Tratamento de Recomendações do TCU

14

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
000.413/2018-6	-	-	Ofício 2466/2018 - TCU/SECEX-RJ	01.10.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Diligência sobre possíveis danos à CDRJ decorrentes a execução do contrato de arrendamento C_DEPJUR nº 100/1997, firmado com a Pier Mauá S/A, Processo Administrativo 1402/2002, em razão de vícios encontrados em seu desenvolvimento.				
Providência adotada				
Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 17190/2018, de 10.10.2018 e pela CARTA-DIRPRE Nº 1046/2018, de 22.01.2019.				

Tabela 37 – Tratamento de Recomendações do TCU

15

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.297/2018-2	-	-	Ofício de Requisição 12-280/2018 - SeinfraPortoFerrovia	14.11.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			8 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Reporta-se à Portaria de Fiscalização 689/2018-SeinfraPortoFerrovia que informa a realização de auditoria operacional no MTPA e na ANTAQ com o objetivo de realizar avaliação dos obstáculos ao desenvolvimento da navegação de cabotagem entre os portos nacionais, assim como identificar a forma de sua atuação na formulação e implementação da política nacional de cabotagem e na integração com as demais políticas de transporte.				
Providência adotada				
Tramitando no SIED sob o nº 161/2018-E. Respondido via e-mail em 26/11/2018.				

Tabela 38 – Tratamento de Recomendações do TCU

16

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.297/2018-2	-	-	Ofício de Requisição 24-280/2018 - SeinfraPortoFerrovia	28.11.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			8 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Reporta-se à Portaria de Fiscalização 1.100/2018-SeinfraPortoFerrovia, de 28/09/18, que informa a realização das fases de execução e relatório de auditoria operacional no MTPA e na ANTAQ com o objetivo de realizar avaliação dos obstáculos ao desenvolvimento da navegação de cabotagem entre os portos nacionais, assim como identificar a forma de sua atuação na formulação e implementação da política nacional de cabotagem e na integração com as demais políticas de transporte.				
Providência adotada				
Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 20420/2018, em 07/12/2018.				

Tabela 39 – Tratamento de Recomendações do TCU

17

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.871/2017-3	-	-	Ofício 3171/2018 - TCU/SECEX-RJ	10.12.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			5 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Reitera solicitação para apresentação de informações complementares aos questionamentos contidos no Item b, do Ofício nº 1113 /2018-TCU-SECX/RJ (ATS e VPNI), para o saneamento do processo de denúncia sobre indícios de irregularidades ocorridas na Companhia, atinentes à contabilidade, à inscrição no CADIN não quitados e pagamento do adicional por tempo de serviço.				
Providência adotada				
Tramitando no SIED sob o nº 274/2018-E. Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 234/2019, em 04.01.2019.				

Tabela 40 – Tratamento de Recomendações do TCU

18

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.367/2018-0	-	-	Ofício 3250/2018 - TCU/SECEX-RJ	19.12.2018
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita apresentação de informações, esclarecimentos e/ou documentos relativos ao Instrumento Normativo 15.004, de 4/4/2018, editado pela CDRJ.				
Providência adotada				
Tramitando no SIED sob o nº 316/2018-E. Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 175/2019, em 03.01.2019.				

Tabela 41 – Tratamento de Recomendações do TCU

19

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
042.867/2018-5	-	-	Ofício 3336/2018 - TCU/SECEX-RJ	02.01.2019
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Trata de processo de representação formulada pela empresa Primeiro Time Informática – EPP, em face do Pregão Eletrônico nº 23/2018, para aquisição instalação e configuração de solução integrada de TI, com deferimento de medida cautelar de suspensão dos atos decorrentes do pregão.				
Providência adotada				
Tramitando no SIED sob o nº 011/2019-E. Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 115/2019, em 03.01.2019. Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 913/2019, em 16.01.2019.				

Tabela 42 – Tratamento de Recomendações do TCU

20

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
042.867/2018-5	-	-	Ofício 3339/2018 – TCU/SECEX-RJ	02.01.2019
órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação			Prazo	
Companhia Docas do Rio de Janeiro			15 dias	
Descrição da determinação/recomendação				
Reiteração do Ofício nº 3336/2018-TCU/SECEX-RJ (Cópia integral do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 23/2018).				
Providência adotada				
Tramitando no SIED sob o nº 010/2019-E. Respondido pela CARTA-DIRPRE Nº 683/2019, em 11.01.2019.				

Tabela 43 – Tratamento de Recomendações do TCU

Atualizado em 08/03/2019

Tratamento de Recomendações do órgão de Controle Interno

1. Assessor Especial de Controle Interno - AECI/MTPA

Ofício	Assunto	Providência
CIRCULAR nº 13/2018	Mapeamento e Diagnóstico das Ações de Governança Pública do Sistema Transporte.	Respondido via e-mail em 19.02.18 por Graice Magalhães de Oliveira - Gerente de Controles Internos.
CIRCULAR nº 38/2018	Participação no processo de elaboração do 4º Plano de Ação Nacional (OGP).	Encaminhado à SUPGES em 07.05.18 pela AUDINT.
EMAIL 04.07.2018	Atualização de Dados - Sistema Monitor / CGU	Respondido pela AUDINT via e-mail no dia 11.07.18
Ofício nº 190/2018	Prestação de Contas do exercício de 2017.	-

Tabela 44 – Tratamento de Recomendações do órgão de Controle Interno

2. Controladoria Geral da União - CGU

Ofício	Assunto	Providência
1062/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Apresentação de Servidores – Auditoria sobre a avaliação da gestão dos contratos de arrendamento e dos contratos de obras e serviços de dragagem.	-
4192/2018/CGLOG/DAE/SFC-CGU	Encaminha relatório preliminar nº 201702497, que trata da análise da situação econômica financeira da CDRJ, no período de 2013-2016.	Respondido por e-mail em 20/03/2018.
11530/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Início dos trabalhos de auditoria anual de contas.	-
16115/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Relatório Preliminar de Auditoria nº 201702529 e agendamento da reunião de busca conjunta de soluções. Auditoria sobre a avaliação da gestão de contratos de dragagem.	-
16360/2018/CGLOG/DAE/SFC-CGU0	Encaminha relatório final nº 201702497, que trata da análise da situação econômica financeira da CDRJ, no período de 2013-2016, com propostas de recomendações.	Respondido pelo DIRPRE via e-mail em 12/09/2018.
11530/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Início dos trabalhos de auditoria anual de contas do exercício de 2017.	-
17956/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Encaminha relatório preliminar de auditoria anual de contas do exercício de 2017.	-
19722/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Indicações de informações sujeitas a sigilo do relatório nº 201702529 – Contratos de arrendamento e obras/serviços de dragagem.	Respondido pela AUDINT via e-mail em 26/10/2018.

19842/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Indicação de informações sujeitas a sigilo do relatório nº 201801138 – Auditoria anual de contas 2017.	Respondido pela AUDINT via e-mail em 23/10/2018.
20809/2018/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Cumprimento do Item 9.2 do Acórdão nº 882/2017-TCU-Plenário (Plano de Ação de TI da CDRJ).	Respondido pela DIRAFI via e-mail em 14/11/2018.
171/2018/CGATI/DG/SFC-CGU	Informa a disponibilização do serviço de envio de alertas por e-mail da ferramenta ALICE – Analisador de Licitações e Editais para as Assessorias Especiais de Controle Interno e Unidades de Auditoria Interna.	-

Tabela 45 – Tratamento de Recomendações do órgão de Controle Interno

(POSIÇÃO EM 21.03.2019)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Anexos e Apêndices.

ANEXO I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Planejamento Estratégico
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
2016 - 2020



Superintendência de Gestão Estratégica– SUPGES

1. INTRODUÇÃO

Para que a atividade de comércio entre países ou até mesmo entre regiões possa ser realizada de modo eficaz, no caso, a transferência de um determinado produto de um ponto de origem ao seu ponto de destino, deve-se possuir uma logística de transporte eficiente e a escolha do modal de transporte a ser utilizado está diretamente relacionada ao sucesso da operação. O transporte marítimo é responsável por grande parte da movimentação de cargas no Brasil, sendo que estudos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indicam que esta atividade aquaviária, é também o mais utilizado no comércio internacional. O transporte marítimo possui a maior capacidade de carga entre os modais, podendo transportar qualquer tipo de produto por um custo inferior, tratando-se de grandes distâncias, porém se encontra como desvantagem a distância entre os grandes centros de produção e o fato de muitas vezes ter que realizar transbordo em outros portos. Por este motivo, a infraestrutura portuária é fundamental para que haja celeridade e eficiência nos portos. De acordo com a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), o Brasil possui por volta de 45 portos marítimos e fluviais, porém nenhum deles é considerado, oficialmente, um porto concentrador de cargas. Porto concentrador de cargas é aquele com capacidade suficiente para receber navios de grande porte e que está localizado em um local estratégico do país, de onde possa cumprir seu papel de distribuidor de cargas. Logo as abordagens que decorreram ao longo do estudo visarão capacitar e direcionar a COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ como possível potencial para representarem o Brasil na questão do transbordo de cargas. E quais características o porto supracitado deverá reforçar e qual tenderá a se reinventar em aspectos, como movimentação, infraestrutura, processos e abordagens, sempre a fim de verificar qual sentido seria o mais hábil a se tornar o porto concentrador.

Ciclo de Planejamento Estratégico



2. DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O Direcionamento Estratégico da CDRJ consubstancia, de maneira racional e sistematizada, a sua rota voltada para a atuação como Autoridade Portuária e catalisador do desenvolvimento econômico e social, mediante um conjunto de ações e estratégias.



Figura 29 – Direcionamento Estratégico

3. MISSÃO

A missão é a razão de ser da Companhia e serve para delimitar seu campo de atuação. A missão deve refletir o propósito fundamental da organização, sobretudo, o que ela oferece aos clientes, de uma forma realista, flexível, motivadora e compreensível, refletindo as habilidades da empresa. Além de ser um elemento fundamental para a elaboração da estratégia da Companhia, a missão suporta a motivação dos funcionários, direcionando os esforços ao atingimento dos objetivos estratégicos.

A missão da CDRJ é:

Garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

4. VISÃO

A visão é a declaração responsável por nortear a Companhia, e permite definir os objetivos de médio e longo prazo da organização. Deve ser orientada para o mercado e expressar como a empresa quer ser vista pelo mundo em um período determinado, de forma clara, específica, mensurável e atingível. A definição da visão permite entender o que é preciso mudar dentro da Companhia para chegar onde se pretende. Uma visão compartilhada por todos os funcionários da empresa permite unir e incentivar as pessoas para atingirem seus objetivos, apesar das dificuldades.

A visão da CDRJ é:

Até 2020, ser reconhecida como a autoridade portuária referência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.

5. VALORES

São os princípios, filosofias e crenças que expressam as características de comportamento ou mostram o “caráter” da Companhia. Os valores atuam como a bússola interna que norteia as ações da empresa, e refletem o que é realmente importante para a mesma, a ideologia central e autêntica da organização. Os valores se tornam o alicerce para direcionar a conduta dos empregados individualmente, no relacionamento

entre si e com os clientes, bem como a comportamento da Companhia no tratamento a seus clientes, na realização de negócios, e no relacionamento com a comunidade.

Os Valores nos quais a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ pauta suas atividades e o relacionamento com seus clientes, acionistas e sociedade são:

- ✦ *Valorização do Capital Humano*
- ✦ *Comprometimento*
- ✦ *Transparência*
- ✦ *Foco na satisfação do cliente*
- ✦ *Responsabilidade Socioambiental*
- ✦ *Ética*
- ✦ *Inovação*

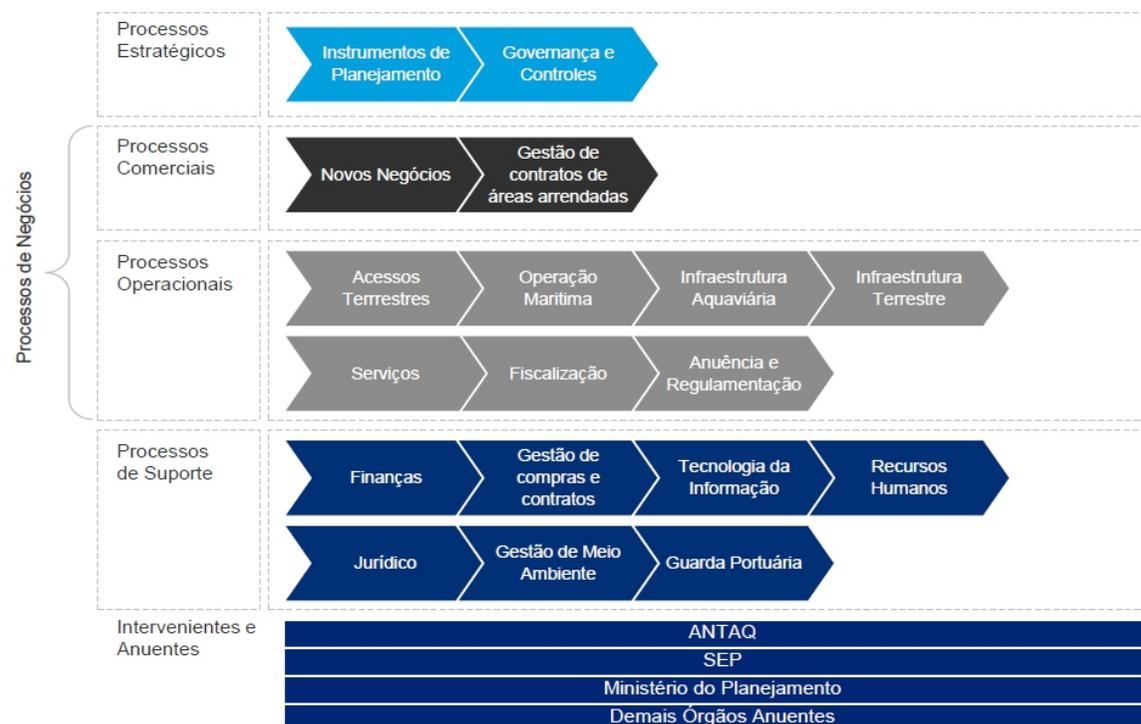
6. CADEIA DE VALOR

Uma cadeia de valor representa o conjunto de atividades desempenhadas por uma organização desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção e de venda até à fase da distribuição final. O conceito foi introduzido por Michael Porter em 1985.

Ao decompor uma organização nas suas atividades de relevância estratégica, torna-se possível analisar o comportamento dos custos e as fontes existentes assim como potenciais de diferenciação em cada processo de negócio, otimizando o valor final que o seu produto representa para o cliente. A liderança de custo e a diferenciação pela qualidade acrescem valor ao produto e proporcionam vantagem competitiva à organização no contexto da indústria em que se insere.

A vantagem competitiva é, cada vez mais, fruto das capacidades de eficácia e eficiência com que uma organização administra todo o sistema.

O conjunto dos processos e atividades desenvolvidas dentro da CDRJ é representado pela seguinte cadeia de valor:



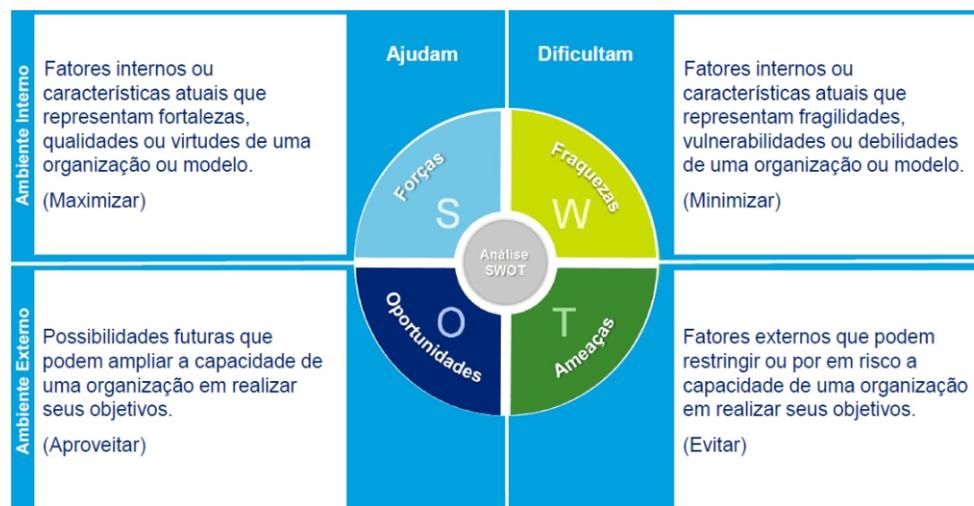
7. ANÁLISE SWOT

Análise SWOT se trata de uma ferramenta estrutural da administração, que possui como principal finalidade avaliar os ambientes internos e externos, formulando estratégias de negócios para a empresa com a finalidade de otimizar seu desempenho no mercado.

Permite-se identificar as *Forças* e *Fraquezas* da empresa, extrapolando então *Oportunidades* e *Ameaças* externas para a mesma.

Essa ferramenta é aplicada durante o planejamento estratégico, promovendo uma análise do cenário interno e externo, com o objetivo de compilar tudo em uma matriz e assim facilitar a visualização das características que fazem parte da sigla.

A análise SWOT da CDRJ foi realizada em conjunto com os gestores de todos os níveis da Companhia, em workshop realizado no âmbito do Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP.



8. FORÇAS

Localização privilegiada dos Portos (hinterlândia que representa 70% do PIB do Brasil);
 Instalações portuárias próximas aos maiores centros consumidores do país;
 Administração de portos geograficamente distintos;
 Administração de 4 unidades portuárias de diferentes características;
 Adaptabilidade às demandas do mercado;
 Disponibilidade de áreas de fundeio abrigadas;
 Disponibilidade de terminais especializados para movimentação de carga;
 Eficiência em movimentação de Contêiner e Veículos;
 Diversidade de movimentação de cargas diversas;
 Gestão da operação descentralizada e eficaz;
 Disponibilidade de imóveis;
 Destinação aos imóveis desocupados e / ou subutilizados;

Condições naturais favoráveis (Águas abrigadas e profundas) nos quatro portos administrados;
Estar localizada em área abrigada com baixa sedimentação, facilitando a logística portuária;
Grandes extensões de cais;
Referência em Apoio Marítimo às atividades OFFSHORE;
Conhecimento Técnico e Capital intelectual;
Fundeio abrigado;
Conhecimento da logística de mercadorias na área portuária;
Infraestrutura de acesso marítimo acima da média (profundidade e geometria);
Suporte à operação portuária.;
Grandes áreas disponíveis para projetos portuários, atividades industriais e outras;
Provimento de infraestrutura terrestre;
Navegabilidade segura aos navios –balizamento náutico;
Berços de atracação em condições seguras –defensas;
Apoio off shore pela proximidade das áreas de exploração de petróleo;
Capacidade de negociação de Arrendamentos;
Boa interação com os órgãos Regulatórios e fiscalização.

9. OPORTUNIDADES

Aumento nas atividades do Pré-sal;
Dragagem e melhorias no acesso aquaviário;
Melhoria na acessibilidade terrestre com a conclusão do Arco Metropolitano e com as obras do Porto Maravilha;
Nova estrutura do Porto Maravilha, facilitando a captação de novos negócios;
Expansão da malha rodoviária de acesso aos portos;
Reconhecimento mundial como cidade maravilhosa, simpática e turística;
Crescimento de Apoio Marítimo OFFSHORE;

Atendimento a atividades de apoio marítimo e pequenos reparos (offshore);
Modal Ferroviário;
Melhorar o relacionamento local e regional;
Disponibilidade de áreas patrimoniais para novos negócios tais como: turística, culturais e econômicas;
Possibilidade de utilizar as áreas de expansão para a instalação de empresas que utilizem as instalações portuárias para a importação de matérias primas e ou a exportação de seus produtos;
Ordenamento de desenvolvimento de operações portuárias através de terminais especializados;
Revitalização da zona portuária;
Melhor aproveitamento das áreas não operacionais;
Novos Arrendamentos. Existência de áreas à serem exploradas;
Exploração de novas receitas do tipo locação de áreas para eventos e outros.

10. FRAQUEZAS

Carência de Tecnologia da Informação e Comunicação;
Falta de interlocução com outras agências reguladoras;
Falta de padronização procedimentos;
Ausência Integração entre os setores da empresa;
Incapacidade de desenvolver projetos portuários logisticamente integrados;
Incapacidade de adequar seus portos às necessidades de mercado na velocidade exigida;
Conflito Porto –Cidade;
Baixa execução orçamentária;
Dificuldade na gestão de pessoal;
Escassez de recursos humanos adequados;
Falta de capacitação para os empregados;
Burocracia no processo de compras e serviços;

Burocracia em excesso (exigência de controladores externos);
Excesso de centralização que dificulta a rapidez nas decisões de investimento;
Carência de Infraestrutura adequada;
Falta de planejamento para utilização das áreas secundárias;
Dificuldade no acesso rododiferroviário;
Falta de áreas operacionais para expansão das atividades;
Alto passivo contencioso;
Verticalização das responsabilidades;
Resistência à mudança (cultura centenária);
Base tarifária inconsistente;
Dragagem deficiente;
Deficiência nos acessos rodoviários;
Falta de profundidade adequada;
Controle de acesso;
Ausência de banco de dados único;
Não há estratégia de Marketing;
Falta de gestão documental;
Alto custo operacional, destacando-se o alto custo com pessoal.

11. AMEAÇAS

Crise da Petrobras;
Baixa no valor do minério de ferro;
Crise econômica;
Interferência política;
Impactos na acessibilidade terrestre e na desapropriação de imóveis da CDRJ,
por parte Projeto Porto Maravilha;
Surgimento de novos Terminais de Uso Privado;
Influência política;

Os efeitos do novo marco regulatório (perda de autonomias para analisar, licitar novos arrendamentos e estabelecer tarifas competitivas);
Possibilidade da perda de controle do canal de acesso motivada pela privatização dos serviços de dragagem e a consequente perda expressiva de receita;
Excesso de regulamentações;
Preço das commodities;
Planos urbanísticos municipais;
Limitações por legislação ambiental;
Status institucional;
Perda do controle do canal de acesso;
Insegurança jurídica que inibe as ações de investimento (marco regulatório);
Sistema regulatório desconforme com a realidade;
Perda de competitividade;
Perda de receita;
Conflito Porto-Cidade em três dos quatro portos administrados pela CDRJ;
Outros modais de transporte.

12. MAPA ESTRATÉGICO

A finalidade do Plano Estratégico é orientar a organização para atingir os melhores objetivos institucionais com o capital humano e os recursos disponíveis, em face das ameaças e oportunidades delineadas pela conjuntura. A CDRJ, o contexto cambiante que envolve o panorama mundial indica que as mudanças vão acontecer de modo cada vez mais intenso e frequente, impondo ao sucesso do planejamento estratégico duas características fundamentais: dinamismo e flexibilidade. Vale dizer que a instituição está sendo induzida a adaptar-se com rapidez e competência a um ambiente mutável. Outro aspecto importante foi a antecipação e apropriação do futuro. Planejamentos estratégicos realizados exclusivamente com base em dados históricos e análises da conjuntura atual estão condenados ao fracasso. Por isso foi incluída consistente visão prospectiva, propiciando alternativas inéditas ao processo decisório. O planejamento foi também compreensivo, isto é, envolveu em inúmeras áreas representantes de todas os setores da instituição, criando sinergias que por consequência abrem novas perspectivas de exploração das potencialidades, na medida em que as pessoas e a empresa passem a internalizar e assumir, como seus, os desafios organizacionais.

O Mapa Estratégico é a representação visual da Estratégia, mostrando como os Objetivos Estratégicos relacionam-se entre si através de vínculos de Causa – Efeito.



Os objetivos estratégicos foram amplamente discutidos e constantemente aperfeiçoados em sucessivas reuniões interdisciplinares, ao tempo em que eram debatidos, consolidados e validados, os indicadores, as metas, os projetos, as iniciativas e processos que permitiram a elaboração dos planos táticos. A experiência permite assegurar que o planejamento estratégico da CDRJ é um processo de aprendizagem

institucional, a ser continuamente aperfeiçoado e ajustado à complexidade do ambiente nacional e internacional que envolve a formulação e a condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação, bem como o fomento à pesquisa científica e tecnológica e à formação de pesquisadores. O Mapa Estratégico permite visualizar os caminhos a serem seguidos, para concretizar a visão e cumprir a missão institucional.

Os valores estão no topo, ou seja, acabam por nortear e balizar todas as demais atividades. Vale dizer que a visão e um trabalho a ser alcançado e a missão cumprida, porém sem ferir, em nenhum momento, os valores que devem ser praticados por toda a instituição. Diretamente apoiada nos valores, a perspectiva “financeiro” envolve alcançar o equilíbrio econômico-financeiro, implementar novos negócios, otimizar custos, maximizar arrecadação e melhorar a execução orçamentaria, todos fundamentais para avançar na excelência dos trabalhos financeiros. A seguir, a perspectiva “Clientes” compreende os temas estratégicos de grande estimacão para a CDRJ como a melhorar o índice de satisfação dos clientes, captar e fidelizar clientes e fortalecer a imagem institucional. Os respectivos objetivos alcançados, irão possibilitar o sucesso da relação institucional da empresa com seus clientes, já os aspectos destacados na perspectiva “processos” balizarão pontos como, a estruturação da organização, na infraestrutura de processos, tecnologia de informação, infraestrutura portuária e a aprimoração de relacionamentos com o governo e parceiros. A última perspectiva, mas não menos importante, “aprendizado e crescimento” abordará pontos de grande relevância como, adequar a estrutura organizacional, estabelecer a cultura voltada para a colaboração com foco na satisfação do cliente e na responsabilidade sócio ambiental, atrair e desenvolver melhores profissionais, criar e compartilhar o conhecimento dentro da organização e aprimorar a comunicação entre as áreas.

A constante avaliação dos resultados das perspectivas supramencionadas permitirá oportunas correções e adequações, sempre com a finalidade de assegurar que a CDRJ, dentro da linha temporal de 2021, alcance sua visão e cumpra, com excelência sua missão, sem momento algum fugir dos valores afixados na companhia.

13. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Para consecução dos objetivos estratégicos de curto a longo prazo, a Companhia Docas do Rio de Janeiro apresentou iniciativas estratégicas que tem como base as perspectivas financeira, processos internos, clientes e aprendizado e crescimento, formando um conjunto dependente e harmonioso de ações para alcançar os resultados pretendidos.

PERSPECTIVA FINANCEIRA

O planejamento financeiro consiste em uma projeção de receitas e despesas para determinado período, analisando-se o cenário projetado e a possível determinação de metas com base nestas informações.

O projeto financeiro da empresa tende a organizar as diretrizes financeiras de maneira a fazer com que a empresa cresça de forma sustentável, desviando de perigos e de dificuldades financeiras, amenizando possíveis influências externas.

Uma das vantagens na qual o planejamento financeiro proporciona para a instituição é a transparência em relação a todas as movimentações financeiras, tanto de receitas quanto despesas. Sendo essas projeções utilizadas em um conjunto, de análise de mercado, análise de experiência do cliente e alinhamento do cenário interno e externo com os objetivos da Companhia.

O planejamento financeiro acarreta em uma leitura orçamentaria muito mais dinâmica e eficaz, trazendo celeridade e competitividade nas ações da instituição. Ou seja, ter um planejamento financeiro é uma atividade de alta relevância não só para a manutenção do negócio, mas para seu desenvolvimento.

Desta forma, a Companhia Docas do Rio de Janeiro desdobrou os objetivos estratégicos em iniciativas estratégicas e ações, conforme tabela abaixo, visando sintetizar as execuções que podem contribuir para melhoria dos resultados financeiros.

OBJETIVOS E STRATÉGICOS	INICIATIVAS E STRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Otimizar custos operacionais e não operacionais	Integração dos sistemas financeiros com sistemas da operação portuária.	Aquisição de Sistema do Controle de Acesso Aquaviário Integrado aos Sistemas Supervia de Dados, SIGEP, Sistema de Programação de Navios, SSA e ao Sistema de Faturamento.	SUPTIN
		Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar o desenvolvimento, a implantação e operacionalização do Sistema.	
	Racionalização dos processos de trabalho com base em sistemas integrados.	Mapear os processo de Negócio da Companhia.	SUPTIN/SUPGES
		Aquisição do Sistema Eletrônico de Documentação - SIED	
		Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação e operacionalização do SIED.	
	Redução de gastos administrativos e racionalização de material de consumo.	Plano de Redução de Custos. (à realizar)	SUPADM/SUPFIN
		Aquisição do Sistema Eletrônico de Documentação - SIED	
	Otimização folha de pagamento / auditoria da folha de pagamento	Mapear os processo de Recursos Humanos.	SUPREC
		Padronizar os normativos de Recursos Humanos (Políticas, Instrumento Normativo e Instrução de Trabalho).	
		Aquisição do Sistema de Recursos Humanos.	
		Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar o desenvolvimento, a implantação e operacionalização do Sistema.	
	Revisão de Tarifas Portuárias e Controle de Margem de contribuição	Pesquisas junto aos usuários em relação as demandas/necessidades para alteração da tarifa Portuária.	SUPLAM/SUPRIO
Análise dos Custos Tarifários.			
Revisão Tarifária no ano de 2019. (à realizar)			
Implementação efetiva do sistema de custeio por atividade	Definir a forma de custeio.	SUPFIN	
	Verificar a viabilidade de implementação pelo Sistema (SSA)		
	Customização do Sistema. (à realizar)		

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL	
Alcançar o equilíbrio econômico-financeiro	Equacionar as dívidas junto ao PORTUS.	Reunião do Ministério Supervisor com as patrocinadoras.	SUPREC/SUPFIN	
		Elaboração de Nota Técnica para o Ministério Supervisor.		
		Proposta do Ministério Supervisor com o Plano de Equacionamento.		
	Buscar administrativamente / judicialmente a imunidade das cobranças da SPU e a renegociação das cobranças de IPTU	Negociação para liquidação dos valores devidos com as Prefeituras referente ao IPTU.	Transformar taxa de ocupação para taxa de foro (SPU).	SUPADM/SUPJUR
			Requerimento no SPU solicitando a extinção de todos os processos em andamento e a extinção da cobrança das taxas do SPU, sob alegação que a integralização do imóvel no capital da empresa se deu na sua totalidade.	
	Equacionar as dívidas dos contratos de securitização junto à União.	Levantamento do histórico dos contratos e dos motivos vinculados à securitização.	Redução do saldo devedor em 200 milhões junto ao Tesouro Nacional acerca da cobrança de Comissão de Permanência.	SUPFIN/SUPJUR
			Reunião conjunta com o Tesouro Nacional e o Ministério do Planejamento e Marinha para elaborar estratégias relacionadas ao contrato de securitização.	
			Inclusão no PERT de parte do débito dos contratos da Libra que estavam inscritos em dívida ativa da União.	
Buscar indenização, junto à União, dos imóveis da CDRJ de posse de outros órgãos, como é o caso da Marinha em Itaguaí (Base de Submarinos).	Solicitação em conjunto da Marinha de avaliação da área à SPU.	SUPJUR/SUPADM		
Afastar áreas de interesse do Porto do Rio de Janeiro.	Aderir ao Programa de refinanciamento de dívidas tributárias no Governo Federal - PERT para regulação Tributária	Contratar empresa de tecnologia para atender aos pré-requisitos do Plano de Segurança do Porto do Rio de Janeiro.	SUPRIO / SUPLAM / SUPJUR	
		Ação Jurídica buscando a liminar para reestabelecer a operação portuária.		
Implementar sistema de controle rígido dos valores dos bloqueios judiciais sobre a receita da CDRJ.	Relatório dos valores e ações que geraram os bloqueios.	Ajuízo do processo de Plano Especial de execução ainda pendente de aprovação pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT.	SUPJUR	
		Início do Plano Especial de execução (se aprovado) ou ajuste conforme portuado pelo Tribunal Regional do Trabalho. (à realizar)		

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Alcançar o equilíbrio econômico-financeiro	Fomentar novos arrendamentos, em especial nos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, conforme previsto nos PDZs.	Solicitação de autorização da Licitação do cais da Gamboa e São Cristóvão do Porto do Rio de Janeiro, à Secretaria Nacional de Portos.	SUPLAM/SUPRIO/SUPITA
		Contratação do estudo de viabilidade técnica (EVTEA) do Porto de Itaguaí.	
		Projeto de expansão do Porto do Rio de Janeiro (Ilha da Pombeba)	
	Equacionar, junto à União, as dívidas herdadas quando da extinção da Portobras.	Levantamento do histórico dos contratos e dos processos vinculados à extinta Portobras.	SUPJUR
		Verificação da situação legal dos contratos quitados em 2011 e baixados na contabilidade. Negociação junto ao credor atual ofertando quitação dos contratos vigentes com saldos bloqueados em excesso.	
Repactuação contratual dos Arrendamentos - Revisão Tabela I	Exclusão da Tabela I nas fórmulas de cálculo da remuneração dos arrendatários à CDRJ.	SUPCON	
Buscar, junto à União, o ressarcimento dos investimentos realizados na obra de expansão do Terminal de Contêineres 1 - Libra (fechamento do prolongamento).	Encontro de contas com a Libra.	SUPJUR	
	Negociação com o Ministério Supervisor.		
Implementar novos negócios para a maximização da receita	Fomentar novos arrendamentos, em especial nos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, conforme previsto nos PDZs.	Solicitação de autorização da Licitação do cais da Gamboa e São Cristóvão, do Porto do Rio de Janeiro, à Secretaria Nacional de Portos.	SUPCON
		Contratação do estudo de viabilidade técnica (EVTEA) do Porto de Itaguaí.	
	Atuação institucional para atração de novas cargas.	Projeto de expansão no Porto de Itaguaí.	SUPCON / SUPLAM
		Projeto de expansão do Porto do Rio de Janeiro - Ilha da Pombeba.	
	Conclusão do arrendamento do Terminal de Grãos (trigo) no porto do Rio de Janeiro.	Acompanhamento das obras de implantação do novo terminal de trigo.	SUPENG/SUPRIO/SUPCON
Buscar um estreitamento comercial com os arrendatários.	Comunicação ativa com os arrendatários, incluindo reuniões periódicas, buscando feedback da relação entre as partes.	SUPCON / SUPRIO / SUPITA	
Determinar diretrizes de rentabilização para os imóveis localizados fora da área de Porto Organizado.	Realizar licitação das áreas fora do Porto Organizado.	SUPCON	
	Revisão dos contratos firmados para redimensionamento dos valores.		
Melhorar execução orçamentária de investimentos	Revisão e readequação do processo de trabalho da área com maior participação nos projetos de grande vulto.	Mapear os principais processos da área financeira.	SUPFIN/SUPGES
		Padronizar os normativos da Companhia.	
Atualização de Ordem de Serviço (O.S. 17/2012)		Mapeamento dos principais processos da área financeira.	SUPFIN/SUPGES
		Implantação das novas Políticas, Novas e Procedimentos.	

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPON SÁVEL
Melhorar execução orçamentaria de investimentos	Implantação de sistema eletrônico de documentação para otimização da comunicação interna.	Aquisição do Sistema Eletrônico de Documentação - SIED Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação e operacionalização do SIED.	SUPTIN
	Revisão dos limites de alçada de aprovação.	Realizar estudo prévio para entendimento de valores médios por licitação, seguindo as legislações vigentes. Desenvolver e validar novas escalas de aprovações para junto à DIREX/CONSAD	SUPADM
Maximizar a arrecadação de receitas operacionais e não operacionais	Elaborar editais para aluguel de áreas disponíveis fora do Porto Organizado	Realizar levantamento e Avaliação de imóveis fora do Porto Organizado.	SUPCON / SUPJUR
		Realizar licitação das áreas fora do Porto Organizado.	
		Revisão dos contratos firmados para redimensionamento dos valores.	
	Prospecção comercial buscando interessados em contratos de transição ou novos arrendamentos.	Revisão dos contratos de arrendamento. Arrendamento do Berço 201 do Porto de Itaguaí.	SUPCON
Buscar reestabelecer o alfundamento de áreas nos Portos.		Aderir ao Programa de refinanciamento de dívidas tributárias no Governo Federal - PERT para regularização Tributária.	SUPJUR / SUPRIO / SUPLAM
		Contratar empresa de tecnologia para atender aos pré-requisitos do Plano de Segurança do Porto do Rio de Janeiro.	
		Ação Jurídica buscando a liminar para reestabelecer a operação portuária.	
		Tese Jurídica apresentada ao Ministério visando a não necessidade de apresentação da Certidão Negativa de Débitos - CND	

PERSPECTIVA CLIENTES

Para quem a sua Organização trabalha? A Organização conhece seus clientes? Quantos desses clientes compram regularmente os produtos/ serviços da organização? Como anda a concorrência? Quanto mais você conhecer seus clientes, mais poderá agregar valor aos produtos ou serviços que comercializa.

As organizações precisam dos clientes para sobreviver, portanto a organização e seus colaboradores precisam saber se relacionar e entender como os seus clientes os veem e os interpretam.

Relações duradouras e confiáveis com seus clientes, são de responsabilidade da organização por inteiro e não somente de setores comerciais, marketing ou institucional. O cliente quer se sentir importante e ser bem tratado, desde a telefonista ou recepcionista até a alta direção. Instituições bem sucedidas tendem a construir relações fortes e fidedignas com seus clientes, buscando conquistar a confiança e a ver qual o foco do cliente para, aí, procurar satisfazer suas necessidades. À medida que isso ocorre, todos buscam o sucesso mútuo.

Com o passar dos anos os clientes veem se tornando cada vez mais exigentes e a concorrência cada vez mais acirrada. O interesse pela excelência cresce a cada dia no mundo inteiro, fazendo com que as organizações procurem programas de melhoria de qualidade, evitando a má qualidade de seus produtos e serviços, o que por consequência prejudica a imagem da organização, logo para evitar que isso ocorra, passam a estudar e investir em programas de melhorias.

Desta forma, a Companhia Docas do Rio de Janeiro desdobrou os objetivos estratégicos em iniciativas estratégicas e ações de fatores importantes para os clientes, conforme tabela abaixo, visando sintetizar as medidas específicas das propostas de valor que a Companhia oferecerá aos clientes do seu segmento, podendo proporcionar maiores lucros financeiros futuros.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Fortalecer a imagem institucional	Promoção de eventos e encontros com instituições públicas e privadas.	Participação anual em eventos de logística Internacional.	SUPCON / SUPGAB
		Participação em eventos de Segurança Pública na área Portuária.	
		Divulgação e visibilidade da marca.	
	Participação ativa em eventos de logística e desenvolvimento econômico.	Participação anual em eventos de logística Internacional.	SUPCON / SUPGAB
		Participação em eventos de Segurança Pública na área Portuária.	
		Divulgação e visibilidade da marca.	
Participação ativa junto às autoridades municipais e estaduais, buscando os interesses portuários.	Criar um fórum/reunião com as autoridades municipais e estaduais.	GERPOC	

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Melhorar o índice de satisfação do clientes	Centralizar o atendimento presencial aos clientes .	Levantamento preliminar de todos os atendimento presenciais realizados na Companhia. (à realizar)	SUPTN / SUPFN / SUPRIO / SUPITA / SUPGUA
		Elaborar proposta de centralização por tipo de serviços. (à realizar)	
		Elaborar Política, Normas e Procedimentos para padronização de atendimento aos clientes. (à realizar)	
		Realizar em conjunto com a área de tecnologia da informação estudo da viabilidade de contratação de um sistema único de atendimento aos clientes. (à realizar)	
	Aperfeiçoar os sistemas de interface com os clientes.	Implementar o Projeto da Cadeia Logística Portuária - Portolog. (à definir)	SUPCON/ SUPLAM/ SUPTN
	Pesquisa de satisfação e identificação de demandas não atendidas.	Elaborar questionário para satisfação dos arrendatários.	SUPCON
		Elaborar questionário para operador portuário, armadores e agente marítimos.	
Realizar pesquisa de satisfação.			
Realizar Diagnóstico da pesquisa realizada e Plano de ação das demandas (no que couber). (à realizar)			
Captar e fidelizar clientes	Elaborar estratégia comercial para promoção dos portos.	Participação anual de Eventos em eventos de logística Internacional.	SUPCON
		Participação em evento de Segurança Pública na área Portuária.	
		Divulgação e visibilidade da marca.	
	Aperfeiçoar os sistemas de interface com os clientes.	Implementar o Projeto da Cadeia Logística Portuária - Portolog.	SUPCON/ SUPLAM/ SUPTN

PERSPECTIVA PROCESSOS

Os Processos organizacionais dentro de uma organização são de suma importância, pois são um conjunto de atividades inter-relacionadas, que envolve pessoas, equipamentos, procedimentos, estrutura e informações e, quando executadas, transformam entradas (insumos) em saídas (produtos ou serviços), que atendem a necessidade de uma demanda interna ou externa na qual agregam valor e produzem resultados par uma organização.

A gestão desses processos envolve o conhecimento da organização e das etapas de suas ações para que seja possível o mapeamento dos processos e suas possíveis falhas e ameaças tanto externas quanto internas.

O mapeamento dos processos torna possível conhecer de maneira mais aprofundada a inter-relação entre eles e as áreas da organização facilitando a elaboração de um plano de gestão mais eficiente e eficaz para a empresa, trazendo consigo um melhor resultado para a instituição como um todo.

Desta forma, a Companhia Docas do Rio de Janeiro desdobrou os objetivos estratégicos em iniciativas estratégicas e ações posteriormente as perspectivas financeiras e de clientes, com o objetivo de atingir a excelência nos processos internos para alcançar os objetivos financeiros e dos clientes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Estruturar uma área de tecnologia de informação que seja capaz de melhorar a produtividade dos processos	Dotar a área de TI com capacidade de planejamento de projetos com foco no aumento da produtividade.	Contratação e Remanejamento de mão de obra especializada.	SUPTIN
		Treinamento de Pessoal na área de Planejamento e Projetos.	
	Implantação do sistema de virtualização de processos.	Aquisição de Sistema Eletrônico de Documentos - SED.	SUPTIN
		Aquisição do Sistema Legado.	
Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação e operacionalização do Sistema.			
Aprimorar o relacionamento com o governo, parceiros e órgãos reguladores	Estabelecer uma agenda de atividades e reuniões com os entes públicos e parceiros, atraindo-os para o âmbito da CDRJ.	Criar um fórum com os arrendatários, Diretoria executiva e Superintendentes.	SUPGAB / ASSER / SUPJUR
Estruturar a organização, infraestrutura e processos eficientes e ágeis	Implementar a virtualização dos processos e a gestão eletrônica de documentos.	Aquisição de Sistema Eletrônico de Documentos - SED.	SUPTIN
		Aquisição do Sistema Legado.	
		Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação e operacionalização do Sistema.	
	Aprimorar a implementação e a gestão dos indicadores de desempenho operacionais.	Elaboração de Normativo padronizando os procedimentos das medições dos indicadores de Desempenho.	SUPGES / SUPLAM/SUPTIN / SUPRIO / SUPITA
		Elaboração de Relatórios periódicos.	
		Estabelecimento de Metas.	
		Implementação do Gestão à Vista.	
	Integração dos sistemas gerenciais - Banco Único de dados		Implementação de nova infraestrutura de servidores e ativos de TI. (à realizar)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Prover infraestrutura portuária adequada e moderna com custos competitivos	Conclusão da Avenida Portuária (alça rodoviária) até o Portão 32 (Projeto Ecoponte).	Elaboração do Projeto dos Gates.	SUPENG
		Contratação de infraestrutura e Obras (construção dos Gates) - conclusão das obras até 2020.	
	Obra de reforço do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro.	Atualização do Projeto de EVTEA do cais da Gamboa.	SUPENG
		Licitação para execução das obras.	
	Dragagem do canal de acesso para os terminais de contêineres dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí.	Comunicações Periódicas entre a Secretaria Nacional de Portos e o INPH para elaboração de estudos para manutenção dos calados.	SUPENG
		Manter a Secretaria Nacional de Portos e o INPH informando sobre a contratação e andamento da obra de reforço do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro.	
	Dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Niterói	Comunicações Periódicas entre a Secretaria Nacional de Portos e o INPH para elaboração de estudos para manutenção dos calados.	SUPENG
	Dragagem de manutenção do canal de acesso e bacia de evolução dos terminais de minério do porto de Itaguaí.	Comunicações Periódicas entre a Secretaria Nacional de Portos e o INPH para elaboração de estudos para manutenção dos calados.	SUPENG
	Construção de novos píeres de atracação no porto de Itaguaí	Projeto de Estudo de Viabilidade Técnica da expansão do Porto de Itaguaí	SUPENG
		Licitação para contratação de Projeto Executivo das obras.	
		Licitação para contratação da execução das obras.	
	Construção do terminal da Ilha da Pombeba.	Projeto de Estudo de Viabilidade Técnica da construção da Ilha da Pombeba.	SUPENG / SUPRD
Licitação para contratação de Projeto Executivo das obras.			
Licitação para contratação da execução das obras.			
Garantir recursos para execução da manutenção da infraestrutura portuária.	Otimização de custos e revisão de tarifas.	SUPENG / SUPFN	
	Prever no Orçamento e no Plano de Aquisição de Bens e Serviços - PLABS as contratações que serão realizadas.		
	Captação de investimentos junto ao Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil.		

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Assegurar a fiscalização efetiva dos portos	Implantação do Centro de Controle Operacional (CCO-CDRJ).	Criação do grupo para estudo e acompanhamento do controle de acesso	SUPRIO / SUPITA / SUPTIN
		Atualização do projeto técnica e econômica e licitação para execução e compra de equipamentos e obras	
		Contratação de empresa para execução e compra de equipamentos para adequação do ISPS CODE.	
	Implantação de controle informatizado no acesso de pessoas e veículos e entrada e saída de mercadoria na área alfandegada.	Criação do grupo para estudo e acompanhamento do controle de acesso.	SUPRIO / SUPITA / SUPTIN
		Atualização do projeto técnica e econômica e licitação para execução e compra de equipamentos e obras.	
		Contratação de empresa para execução e compra de equipamentos para adequação do ISPS CODE.	
	Implantação do VMIS (<i>Vessel Traffic Management Information System</i>).	Revalidação do Projeto original elaborado pela Universidade de Santa Catarina.	SUPRIO / SUPTIN
		Licitação para contratação da Implantação do VMIS. (à realizar)	
	Prover lancha para fiscalização no porto do Rio de Janeiro.	Aquisição e/ou bcação de lancha para fiscalização. (à realizar)	SUPRIO
	Estabelecer rotina de fiscalização conjunta Meio Ambiente / Guarda Portuária / Segurança do Trabalho / Operação.	Revisão/atualização de Planejamento Anual de Fiscalização, incluindo a área de Segurança de Trabalho, Meio de Ambiente e Guarda Portuária. (à realizar).	SUPMAM / SUPGUA / SUPRIO / SUPITA

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Hoje em dia cresce cada vez mais nas organizações a necessidade da estimulação dos profissionais para um pleno conhecimento, direcionando-os para um diferencial estratégico, competitivo e de sucesso. Aumenta-se a necessidade da geração de informações e que as mesmas sejam úteis e significativas, promovendo desta forma o aprendizado individual e organizacional, produzindo assim melhores resultados (CHIAVENATO, 2009). Sendo importante ressaltar que treinamento e desenvolvimento são coisas distintas, por mais que possuam semelhanças e cheguem a utilizar técnicas em comum.

Para Volpe (2009), o treinamento remete a um processo educacional de curto e médio prazo, aplicando-se de maneira organizada, por meio do qual as pessoas adquiram conhecimentos, posições e habilidades em função de objetivos previamente definidos dentro de uma instituição organizacional, sempre com o intuito de aumentar a produtividade sem prejudicar ou influenciar em seus comportamentos. Já o desenvolvimento, está caracterizado a um processo dinâmico de melhoria, que implica em uma mudança na evolução, no crescimento, incremento e avanço de uma nova tecnologia.

Segundo Almeida (2007) as funções de treinamento e desenvolvimento de pessoas nas organizações adquire um papel de preparação de indivíduos para o exercício satisfatório de suas atividades, especificamente no cargo que ocupam. Ultimamente visualiza-se no treinamento e no desenvolvimento uma maneira eficaz para ampliação de competências que aumentam a produtividade e a criatividade, como também, à competitividade no atual mercado.

A perspectiva de aprendizado e crescimento é considerada a base para obtenção dos objetivos estabelecidos nas perspectivas financeira, de clientes e de processos internos. Nesse sentido, a Companhia Docas do Rio de Janeiro desdobrou os objetivos estratégicos em iniciativas estratégicas e ações, visando melhorar e atualizar o conhecimento dos envolvidos na Organização, bem como investir em sistemas e recursos humanos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
Atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais	Realizar Pesquisa de Clima Organizacional.	Levantamento preliminar da forma como a pesquisa será realizada. (à realizar)	SUPREC
		Contratação de empresa para elaboração e realização da pesquisa. (à realizar)	
	Revisar o Plano de Cargos e Salários.	Elaboração de proposta de Revisão do Plano.	SUPREC
		Aprovação validação dos órgãos superiores. (à realizar)	
	Estabelecer metas de treinamentos e capacitação.	Implantar indicadores de Desempenho e estabelecer metas referentes aos treinamentos e capacitação.	SUPREC / SUPGES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL	
Aprimorar a comunicação entre áreas e profissionais	Publicação periódica de ações a serem realizadas e de resultados alcançados.	Manter contato com o Comitê de Programa de Modernização de Gestão Portuária - PMGP e com os Gestores para apurar as informações referentes aos resultados alcançados. (à realizar)	ASSCOM	
		Criar um Plano de Mídia específico para divulgação do Planejamento Estratégico no âmbito interno e externo. (à realizar)		
		Realizar um media training com os principais gestores para mostrar a importância da divulgação das ações e resultados alcançados na formação de imagem da Companhia. (à realizar)		
		Contratar empresa para realização de media training. (à realizar)		
	Revisão e estabelecimento de procedimentos para comunicação interna mais ágeis.	Criação do Grupo de Trabalho multidisciplinar do Programa de Modernização de Gestão Portuária - PMGP	Mapear os processos de Negócio da Companhia.	SUPGES / SUPTN
			Implementação de instrumentos Normativos e Instruções de Trabalho dos processos da Companhia.	
			Aquisição do Sistema Eletrônico de Documentação - SED.	
			Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação e operacionalização do SED.	
	Estabelecer rotina de diálogos temáticos entre as áreas.	Criar seminários internos voltados aos stakeholders de cada ação estratégica da Companhia. (à realizar).	SUPREC	
Criar e compartilhar o conhecimento dentro da organização	Estabelecer agenda de seminários internos e troca de experiências.	Elaboração de agenda semestral para cada ação estratégica a ser discutida. (à realizar)	SUPREC	
	Instituir Programa de compartilhamento de conhecimento	Estabelecer Política de Multiplicadores de Informação. (à realizar)	SUPREC	
		Estabelecer, a cada treinamento, de interesse de demais empregados/áreas multiplicadores internos. (à realizar)		
		Disponibilizar na Intranet materiais dos cursos realizados pelos empregados da CDRJ.		
	Criação de plataforma de E-Learning	Implementação de nova infraestrutura de servidores e ativos de TI (à realizar)	SUPREC / SUPTIN	
		Elaboração de Estudo para viabilizar a plataforma. (à realizar)		

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL	
Adequar a estrutura organizacional à estratégia corporativa	Implantação total do PCCFC.	Elaboração do Plano de Adequação e das Regras de Transição	SUPREC / SUPGAB	
		Revisão do PCCF.		
		Aprovações superiores.		
	Elaborar e implementar PDV.		Criação do Grupo de Trabalho para estudos do Processo de Demissão Assistida - PDA.	SUPREC
			Levantamento dos custos e impacto financeiro.	
			Levantamento de necessidade de reposição de pessoal.	
			Mapeamento de público-alvo.	
			Impacto Financeiro no Portus. (à realizar)	
		Elaboração da proposta do PDV para envio à SNP/SEST. (à realizar)		
	Redimensionamento da força de trabalho da CDRJ.		Mapeamento de atividades e consulta aos Gestores.	SUPREC
Elaboração de proposta de remanejamento e contratações. (à realizar)				
Implantação da Gestão por Competência.		Contratação de empresa para realização do mapeamento de competências por área. (à realizar)	SUPREC	
Estabelecer a cultura voltada para a colaboração com foco na satisfação do cliente e na responsabilidade socioambiental	Estabelecer agenda de seminários internos e troca de experiências.	Elaboração de agenda semestral para cada ação estratégica a ser discutida. (à realizar)	SUPREC	
	Realizar campanhas de endomarketing.	Levantamento de demanda em conjunto com a área de Recursos Humanos.	ASSCOM	
		Definir cronograma e ações de cada campanha.		
		Trabalhar em conjunto com a área comercial para organização das campanhas.		
	Implementar iniciativas ambientais na área de influência do porto organizado		Integração da CDRJ no Projeto Recicla Porto.	SUPMAM
Implementação do Projeto Recicla Porto. (à realizar)				

14. APROVAÇÃO

O Planejamento Estratégico da Companhia do Rio de Janeiro deverá ser aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. Percepção de Gestores e Técnicos sobre o processo de Gestão por Competência sem Organizações no Brasil. Dissertação mestrado em Administração. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

CHIAVENATO, I Gestão de Pessoas. São Paulo: 3ª edição, 2009.

VOLPE, Renata Araújo & LORUSSO, Carla Bittencourt. A importância do treinamento para o desenvolvimento do trabalho. www.psicologia.com.pt. 1-8 p.

ANEXO II – ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1. Análise da Estratégia da Empresa

Durante o processo de consultoria realizada pela empresa contratada pela Secretaria de Portos, à época, a CDRJ definiu, através do Workshop de Planejamento Estratégico, as diretrizes e os objetivos estratégicos. Com o viés de monitoramento contínuo a Companhia concluiu a atualização dos planos de comunicação e treinamento além da implantação e medição dos indicadores de desempenho (KPIs), em busca de um monitoramento adequado dos processos, maior eficiência e ganho de produtividade, considerando os indicadores relevantes para a política setorial e a gestão estratégica. O Planejamento foi desenvolvido a partir dos stakeholders, da análise SWOT, do mapa Estratégico e das iniciativas estratégicas. Os objetivos estratégicos foram amplamente discutidos e constantemente aperfeiçoados em sucessivas reuniões interdisciplinares, ao tempo em que eram debatidos, consolidados e validados, os indicadores, as metas, os projetos, as iniciativas e processos que permitiram a elaboração dos planos táticos.

Em que pese a não aprovação do Planejamento Estratégico, a Companhia seguiu com suas rotinas com o intuito de atingir os objetivos estratégicos definidos. Dessa forma, no ano de 2017 e início de 2018, a empresa concluiu as seguintes ações:

Objetivo Estratégico 1 – Otimizar custos operacionais e não operacionais

Foi adquirido um Sistema de Controle de Acesso Aquaviário integrando-o aos demais Sistemas existentes, como o Sistema Supervia de Dados, SIGEP, Sistema de Programação de Navios, SSA e o Sistema de Faturamento. Com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento, a implantação e a operacionalização, foi constituído um Grupo de Trabalho interno.

Em relação à Racionalização do Processo de Trabalho, foi realizado mapeamento de alguns processos considerados importantes bem como a aquisição de um Sistema Eletrônico de Documentação – SIED visando à otimização dos custos e da administração de tempo.

No que diz respeito às ações de Recursos Humanos foram realizados mapeamentos e o desenvolvimento das normas e procedimentos dos principais processos da área. Além disso, também foi adquirido o Sistema de Recursos Humanos que tem a previsão de completa implantação no início de 2019.

Quanto ao Custeio da CDRJ, encontra-se em análise a viabilidade de implantação no SSA o Plano de Custeio da Companhia. Dessa forma, a análise dos Custos tarifários depende da completa implantação do Custeio.

QUADRO RESUMO 1

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	STATUS	COMENTÁRIOS
Otimizar custos operacionais e não operacionais	Aquisição do Sistema Eletrônico de Documentação - SIED e do Sistema de Recursos Humanos	Cumprida	Implantação dos Sistemas SIED - Novembro 2018 RH - Início 2019
	Criação dos Grupos de Trabalho para acompanhar a implantação e operacionalização.		-
	Mapear os processo de Negócio da Companhia, área de Recursos Humanos e Padronizar os Normativos.	Cumprida	-
	Plano de Redução de Custos. (à realizar)	Em andamento	nov/18
	Análise dos Custos Tarifários.		2019
	Revisão Tarifária no ano de 2019. (à realizar)		-
	Definir a forma de custeio.	Cumprida	-
	Verificar a viabilidade de implementação pelo Sistema (SSA)	Em andamento	nov/18
	Customização do Sistema. (à realizar)		
	Pesquisas junto aos usuários em relação as demandas/necessidades para alteração da tarifa Portuária.		

Objetivo Estratégico 2 – Alcançar o equilíbrio econômico-financeiro

Para a concretização desse objetivo, foram realizadas as seguintes ações:

- 1) Buscou-se equacionar as dívidas junto ao PORTUS através de reuniões e Nota Técnica que teve com produto a proposta do Plano de Equacionamento elaborada pelo Ministério Supervisor;
- 2) Encontra-se em negociação a liquidação dos valores devidos com as Prefeituras referente ao IPTU;
- 3) Equacionar as dívidas dos contratos de securitização junto à União através da inclusão no PERT de parte do débito de um dos contratos de Arrendamento;
- 4) Solicitou-se à SPU a avaliação da Base de Submarinos com o objetivo de buscar a indenização, junto à União, dos imóveis da CDRJ de posse de outros órgãos;
- 5) Tentativas de reestabelecer o alfandegamento do Porto do Rio de Janeiro;
- 6) Controle rígido dos valores de bloqueios judiciais por meio do Plano Especial de Execução, que foi ajuizado pelo TRT. Essa iniciativa encontra-se em fase de aprovação por esse Tribunal.
- 7) Contratação de EVTEA para fomentar novos Arrendamentos nas áreas disponíveis da CDRJ, em especial as áreas de expansão do Porto de Itaguaí e a Ilha da Pombeba no Porto do Rio de Janeiro;
- 8) Simulações para repactuação dos Contratos de Arrendamento com a inclusão da Tabela I como remuneração devida à CDRJ.

QUADRO RESUMO 2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Alcançar o equilíbrio econômico-financeiro	Equacionar as dívidas junto ao PORTUS.	Em Andamento	Final 2018
	Buscar administrativamente / judicialmente a imunidade das cobranças da SPU e a renegociação das cobranças de IPTU	Em Andamento	Final 2018
	Equacionar as dívidas dos contratos de securitização junto à União.	Em Andamento	Final 2018
	Buscar indenização, junto à União, dos imóveis da CDRJ de posse de outros órgãos, como é o caso da Marinha em Itaguaí (Base de Submarinos).	Em Andamento	Final 2018
	Alfandegar áreas de interesse do Porto do Rio de Janeiro.	Em Andamento	Final 2018
	Implementar sistema de controle rígido dos valores dos bloqueios judiciais sobre a receita da CDRJ.	Em Andamento	Final 2018
	Equacionar, junto à União, as dívidas herdadas quando da extinção da Portobras.	Em Andamento	Final 2018
	Repactuação contratual dos Arrendamentos - Revisão Tabela I	Em Andamento	Final 2018
	Buscar, junto à União, o ressarcimento dos investimentos realizados na obra de expansão do Terminal de Contêineres 1 - Libra (fechamento do prolongamento).	Em Andamento	Final 2018

Objetivo Estratégico 3 – Implementar novos negócios para a maximização da receita, captar e fidelizar clientes

Foi concluído o processo licitatório do novo Terminal de Trigo no Porto do Rio de Janeiro, com a previsão do início das operações ao longo do ano de 2019. Além disso, as ações já mencionadas no item 07 do Objetivo Estratégico anterior também impactam nesse objetivo, assim como as ações comerciais na busca de novos interessados em firmar contratos de transição ou novos arrendamentos.

QUADRO RESUMO 3

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Implementar novos negócios para a maximização da receita	Fomentar novos arrendamentos, em especial nos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, conforme previsto nos PDZs.	Pregão EVTEA Porto de Itaguaí - OK Licitação EVETA Porto do Rio - Em Andamento	Final 2018
	Conclusão do arrendamento do Terminal de Grãos (trigo) no porto do Rio de Janeiro.	Cumprida	Início da Operação do Terminal 2019
	Buscar um estreitamento comercial com os arrendatários.	Em Andamento	Final 2018
	Determinar diretrizes de rentabilização para os imóveis localizados fora da área de Porto Organizado.	Em Andamento	Final 2018

QUADRO RESUMO 4

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	COMENTÁRIOS
Maximizar a arrecadação de receitas operacionais e não operacionais	Elaborar editais para aluguel de áreas disponíveis fora do Porto Organizado	Em Andamento	Avaliação de imóveis - Cumprida Licitações das áreas - 2018/2019
	Prospecção comercial buscando interessados em contratos de transição ou novos arrendamentos.	Em Andamento	Contrato de Transição Berço 201 - Cumprida Revisão de outros contratos - 2018/2021
	Buscar reestabelecer o alfandegamento de áreas nos Portos.	Em Andamento	Final 2018

QUADRO RESUMO 5

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Captar e fidelizar clientes	Elaborar estratégia comercial para promoção dos portos.	Em Andamento - Ação Contínua	2018/2021
	Aperfeiçoar os sistemas de interface com os clientes.	Em Andamento	Final 2018

Objetivo Estratégico 4 – Fortalecer a imagem institucional e melhorar o índice de satisfação dos clientes

A CDRJ manteve a sua participação em eventos nacionais e internacionais de logística e segurança portuária para divulgação e visibilidade da Organização. São ações contínuas ao longo dos anos.

QUADRO RESUMO 6

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
<p>Fortalecer a imagem institucional</p>	<p>Promoção de eventos e encontros com instituições públicas e privadas.</p>	<p>Em Andamento - Ação Contínua</p>	<p>2018/2021</p>
	<p>Participação ativa em eventos de logística e desenvolvimento econômico.</p>		
	<p>Participação ativa junto às autoridades municipais e estaduais, buscando os interesses portuários.</p>		

QUADRO RESUMO 7

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Melhorar o índice de satisfação do clientes	Centralizar o atendimento presencial aos clientes .	Em Andamento	2º Semestre 2019
	Aperfeiçoar os sistemas de interface com os clientes.	Em Andamento	Final 2018
	Pesquisa de satisfação e identificação de demandas não atendidas.	Em Andamento - Ação Contínua	2018/2021

Objetivo Estratégico 5 – Estruturar a organização, infraestrutura e processos eficientes e ágeis

Foi adquirido o SIED e o Sistema Legado para implementar a virtualização dos processos e a gestão eletrônica de documentos. Entretanto, a estruturação da área de tecnologia da informação e a integração dos sistemas gerenciais – Banco único de Dados não foram concretizadas. A ação de implantação do referido Sistema de Virtualização encontra-se em andamento.

QUADRO RESUMO 8

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Estruturar uma área de tecnologia de informação que seja capaz de melhorar a produtividade dos processos	Dotar a área de TI com capacidade de planejamento de projetos com foco no aumento da produtividade.	Não Cumprida	2019/2020
	Implantação do sistema de virtualização de processos.	Em Andamento	nov/18
Estruturar a organização, infraestrutura e processos eficientes e ágeis	Implementar a virtualização dos processos e a gestão eletrônica de documentos.	Em Andamento	nov/18
	Aprimorar a implementação e a gestão dos indicadores de desempenho operacionais.	Em Andamento	1º Semestre 2019
	Integração dos sistemas gerenciais - Banco Único de dados	Não Cumprida	2019/2020

Objetivo Estratégico 6 – Assegurar a fiscalização efetiva dos portos

Em parceria com os Arrendatários, encontra-se em desenvolvimento um módulo de controle informatizado de acesso de pessoas e veículos e entrada e saída de mercadorias na área alfandegada. Foi atualizado o projeto básico para contratação de empresa de execução de obras e compras de equipamentos para adequação do ISPS CODE.

QUADRO RESUMO 9

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Assegurar a fiscalização efetiva dos portos	Implantação do Centro de Controle Operacional (CCO-CDRJ).	Em Andamento	1º Semestre 2019
	Implantação de controle informatizado no acesso de pessoas e veículos e entrada e saída de mercadoria na área alfandegada.	Em Andamento	Final 2018
	Implantação do VTMS (<i>Vessel Traffic Management Information System</i>).	Não Cumprida	1º Semestre 2021
	Prover lancha para fiscalização no porto do Rio de Janeiro.	Em Andamento	1º Trimestre 2019
	Estabelecer rotina de fiscalização conjunta Meio Ambiente / Guarda Portuária / Segurança do Trabalho / Operação.	Não Cumprida	1º Trimestre 2019

Objetivo Estratégico 7 – Aprimorar a comunicação entre áreas e profissionais e compartilhar o conhecimento dentro da Organização

Criado Grupo Multidisciplinar para acompanhamento do Programa de Modernização de Gestão Portuária – PMGP.

QUADRO RESUMO 10

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Aprimorar a comunicação entre áreas e profissionais	Publicação periódica de ações a serem realizadas e de resultados alcançados.	Criação de Comitê multidisciplinar (PMGP) - Cumprida. Demais ações - Ação Contínua	Início de 2019
	Revisão e estabelecimento de procedimentos para comunicação interna mais ágeis.	Criação de Comitê multidisciplinar (PMGP) - Cumprida. Criação de Grupo de Trabalho para Implantação e Operacionalização do SIED - Cumprida. Demais Ações - Em andamento	nov/18
	Estabelecer rotina de diálogos temáticos entre as áreas.	Ação Contínua	Início de 2019
Criar e compartilhar o conhecimento dentro da organização	Estabelecer agenda de seminários internos e troca de experiências.	Não cumprida - Ação Contínua	Início no 2º Trimestre de 2019
	Instituir Programa de compartilhamento de conhecimento	Não cumprida	1º Trimestre de 2019
	Criação de plataforma de E-Learning	Não cumprida	2º Semestre de 2021

Objetivo Estratégico 8 – Adequar a estrutura organizacional à estratégia corporativa

Criado Grupo de Trabalho de estudo de processo de demissão assistida para realizar o Mapeamento de Público Alvo, o levantamento de necessidade de pessoal bem como o estudo do impacto financeiro dessa ação.

QUADRO RESUMO 11

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Adequar a estrutura organizacional à estratégia corporativa	Implantação total do PCCFC.	Em andamento	2º Trimestre 2019
	Elaborar e implementar PDV.	Em andamento	1º Trimestre 2019
	Redimensionamento da força de trabalho da CDRJ.	Não cumprida	2º Trimestre 2019
	Implantação da Gestão por Competência.	Não cumprida	1ª Trimestre 2019

Objetivo Estratégico 9 – Atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e estabelecer cultura voltada para colaboração

Para o cumprimento desse objetivo é necessário realizar a contratação de empresa para elaborar e realizar a pesquisa de clima organizacional. Além disso, deve ser elaborada a proposta de Revisão e validação do Plano de Cargos e Salários. Essas atividades não foram cumpridas e têm seus prazos estabelecidos, conforme quadro abaixo:

QUADRO RESUMO 12

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais	Realizar Pesquisa de Clima Organizacional.	Não cumprida.	Final 2018
	Revisar o Plano de Cargos e Salários.	Não cumprida.	2º Semestre 2019
	Estabelecer metas de treinamentos e capacitação.	Em andamento - Ação Contínua	2018/2021

QUADRO RESUMO 13

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Estabelecer a cultura voltada para a colaboração com foco na satisfação do cliente e na responsabilidade socioambiental	Estabelecer agenda de seminários internos e troca de experiências.	Não cumprida - Ação Contínua	2º Trimestre 2019
	Realizar campanhas de endomarketing.	Não cumprida	2º Semestre 2019
	Implementar iniciativas ambientais na área de influência do porto organizado	Em andamento	Início 2019

Objetivo Estratégico 10 – Melhorar execução orçamentária de investimentos

A CDRJ realizou o mapeamento dos principais processos da área financeira, entretanto, é necessária a padronização e implantação das Políticas, Normas e Procedimentos. Essas atividades têm seus prazos estabelecidos, conforme quadro abaixo:

QUADRO RESUMO 14

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Melhorar execução orçamentária de investimentos	Revisão e readequação do processo de trabalho das área com maior participação nos projetos de grande vulto.	Em Andamento	1º Trimestre 2019
	Atualização de Ordem de Serviço (O.S. 17/2012)		1º Trimestre 2019
	Revisão dos limites de alçada de aprovação.		jun/19

Objetivo Estratégico 11 – Prover infraestrutura portuária adequada e moderna com custos competitivos

Nesse objetivo estão contempladas atividades que envolvem grandes obras de Engenharia que depende de uma significativa verba e tempo para conclusão. No caso da Conclusão da Avenida Portuária, esse Projeto pertence ao Governo Estadual e a CDRJ tem a necessidade de apresentar o Projeto de adequação dos Gates.

QUADRO RESUMO 15

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	STATUS	PRAZO
Prover infraestrutura portuaria adequada e moderna com custos competitivos	Conclusão da Avenida Portuária (alça rodoviária) até o Portão 32 (Projeto dos Gates).	Em Andamento	2º Semestre 2019
	Obra de reforço do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro.	Em Andamento	2º Semestre de 2019
	Dragagem do canal de acesso para os terminais de contêineres dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí.	Em Andamento - Ação Contínua entre INPH, CDRJ e Ministério Supervisor	2018/2021
	Dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Niterói	Em Andamento - Ação Contínua entre INPH, CDRJ e Ministério Supervisor	2018/2021
	Dragagem de manutenção do canal de acesso e bacia de evolução dos terminais de minério do porto de Itaguaí.	Em Andamento - Ação Contínua entre INPH, CDRJ e Ministério Supervisor	2018/2021
	Construção de novos píeres de atracação no porto de Itaguaí.	Em Andamento	2º Semestre de 2021
	Construção do terminal da Ilha da Pombeba.	Em Andamento	2º Semestre de 2021
	Garantir recursos para execução da manutenção da infraestrutura portuária.	Em Andamento - Ação Contínua	2018/2021



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

DECLARAÇÃO

A Diretoria Executiva da Companhia Docas do Rio de Janeiro declara junto aos órgãos de controle interno e externo que os padrões de Gestão da empresa atendem aos requisitos de conformidade, confiabilidade e integralidade das informações prestadas nesse documento.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2019.



Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira

Diretor-Presidente



Helio Szmajser

Diretor Administrativo-Financeiro



Shalon Charles da Silva Gomes

Diretor de Gestão Portuária



Frederico Ribeiro Klein

Frederico Ribeiro Klein

Diretor de Relações com o Mercado e Planejamento



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EDIFÍCIO SEDE

 Rua Acre, 21 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20081-000

 Tels.: +55 21 2253-2620 / 1540 |  presidencia@portosrio.gov.br

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL